

A Internacional

Revista do Comité de Organização pela Reconstituição da IVª Internacional (CORQI)

Argélia

Crise Aberta



Em 22 de fevereiro de 2019, 900.000 argelinos saíram à rua em todas as cidades do país

França

Para a sua luta de classe, a classe operária tem que defender a sua independência política

Documentos Os trotskistas franceses e o chamado movimento dos “coletes amarelos”

Nossa História

Centenário do assassinato de Rosa Luxemburgo



Nº 13 - Fevereiro de 2019
4 euros



Índice

Apresentação	página 3
França	
Para a sua luta de classe, a classe operária tem de manter a sua independência política	página 5
Os trotskistas franceses e o chamado movimento dos “coletes amarelos”	página 13
Análise	
Argélia: Crise Aberta	página 21
História	
Centenário do assassinato de Rosa Luxemburgo	página 28
Correspondências da IVª Internacional	página 36

A Internacional

Revista do Comité de Organização pela
Reconstituição da IVª Internacional (CORQI)
Director de publicação: Daniel Gluckstein
Editor: Réveil ouvrier
67, avenue Faidherbe, 93100 Montreuil (França)
Tiragem: 3 000 exemplaires
CPPAP : 0618 G 93127

Aviso

A Internacional é a revista teórica e de informação política do CORQI (Comité de Organização pela Reconstituição da IVª Internacional). Aspira a ser um espaço de debate livre no quadro do que são os princípios da IVª Internacional.

Os artigos assinados publicados nesta revista reflectem a opinião dos seus autores. Não vinculam necessariamente a redacção da revista.

Notas editoriais

Há períodos – como o que neste momento vivemos – em que os acontecimentos da luta de classes sofrem uma aceleração.

Seria aventuroso querer, nas notas editoriais desta revista, publicada quatro vezes por ano, fazer vaticínios sobre a evolução destes sucessos entre o momento de darmos a revista ao prelo e o momento em que o leitor a terá entre mãos.

Assim, este número d'A *Internacional* deixa à reflexão dos seus leitores as notas transmitidas por um militante argelino “dois meses antes das eleições presidenciais” de 18 de abril. Notas que são datadas de 16 de fevereiro, não cobrindo os acontecimentos surgidos no dia 22 de fevereiro em que, em todas as cidades do país, dezenas de milhares de argelinos e argelinas (fala-se de 300.000 manifestantes) saíram à rua contra o “quinto mandato” solicitado pelo presidente Bouteflika. Em que dará isto, nos dias e semanas que se seguem? Ninguém pode prevê-lo, evidentemente.

Certas e sabidas são, sim, a frustração social e a necessidade de democracia sentidas pelas massas argelinas, a braços com instituições falidas e que, apesar da proibição de manifestação na capital há já dezoito anos, não foi possível barrar indefinidamente. Não menos certo é que as forças imperialistas que, há décadas, tentam comprometer a soberania nacional da Argélia e as conquistas da revolução e que, à falta de melhor, se preparavam para se adaptarem temporariamente ao *statu quo* do “quinto mandato” tentarão obter os seus objectivos doutra maneira.

E como evoluirá a situação em França? Este número d'A *Internacional* publica quer um artigo do camarada François Forge dedicado aos acontecimentos dos últimos meses em França, quer uma recolha de excertos dos documentos publicados pelos militantes trotskistas franceses (organizados na Tendência Comunista Internacionalista, integrada na construção do Partido Operário Independente Democrático, o POID) sobre a extremamente diversificada e heterogénea cena dos coletes amarelos. O que dá especial complexidade à situação francesa não é, por si só, o surto deste movimento, que põe de manifesto a exasperação e revolta de camadas sociais extremamente heterogéneas — se bem que todas elas esmagadas pela política da classe capitalista. O que faz da situação francesa algo de particularmente complexo para os trabalhadores é a desenfreada ofensiva, dentro do próprio movimento operário — especialmente dos sindicatos —, de algumas correntes políticas cujo propósito é subordinar as organizações de classe ao tal “movimento” e a todo o género de “populismos” que negam a luta de classes, chegando a ameaçar a independência das organizações e mesmo a

sua simples existência.

Os nossos leitores, pouco importa em que continente ou país, reconhecerão que isto não passa da forma mais propriamente “francesa” de um problema que se depara à classe operária no mundo inteiro. A saber, o da necessidade de dispor das suas próprias organizações, de defender a sua independência — e, mesmo, a sua simples existência — contra todas as tentativas, vindas do capital, suas instituições e governos, para comprometê-las.

E como terão evoluído os acontecimentos na Venezuela à publicação da revista? Ao darmos ao prelo, nunca o perigo de intervenção militar directa do imperialismo americano contra a Venezuela esteve tão próximo. Depois de empurrar Juan Guaidó para se auto-proclamar presidente da Venezuela, o que a administração Trump encena, servindo-se dos seus aliados nos governos colombiano e brasileiro e beneficiando da apoio da União Europeia, é o bem conhecido guião da ingerência pretensamente “humanitária”, na mira de provocar incidentes que justifiquem uma futura agressão, como ontem e anteontem no Afeganistão, no Iraque e por aí fora.

Como partidários do programa da IVª Internacional, as organizações do Comité de Organização pela Reconstituição da IVª Internacional (CORQI) tomaram posição desde o princípio contra todas as ingerências, contra todas as intervenções imperialistas. Logo em 24 de janeiro, o CORQI publicava uma declaração traduzida em numerosas línguas, que rezava:

“Abaixo o golpe de Estado na Venezuela! (...) *O secretariado do Comité de Organização pela Reconstituição da IVª Internacional (CORQI) condena o golpe de Estado na Venezuela e a ingerência imperialista. Está ao lado dos trabalhadores e do povo da Venezuela, que têm legitimidade para se defenderem por todos os meios da ingerência e defenderem a soberania nacional. Apoiar a decisão do governo venezuelano de romper relações diplomáticas com Washington. Está ao lado dos trabalhadores, militantes, jovens, organizações e coligações anti-guerra que, nos Estados Unidos, dizem a Trump: “Em nosso nome, não!”*, exigindo parar imediatamente com a ingerência imperialista. *Está ao lado dos trabalhadores brasileiros, pela realização da mais ampla frente unida das organizações operárias e populares para deter as ameaças de intervenção militar de Bolsonaro contra o povo irmão da Venezuela. O CORQI apela a todas as suas organizações em todo o mundo para participarem com as suas próprias palavras de ordem nas mobilizações operárias e populares contra a intentona na Venezuela: Abaixo o golpe de Estado! Imperialistas fora da Venezuela, fora da América Latina! Trump, Bolsonaro, União Europeia: baixem*

● NOTAS EDITORIAIS

as patas, não toquem na Venezuela! Direito do povo venezuelano a dispor livremente do seu destino!”

Esclareça-se que os militantes que lutam pela reconstituição da IVª Internacional não consideram que os governos Chavez e, depois, Maduro, sejam governos operários e camponeses que estejam a romper com a propriedade privada dos meios de produção. É, porém, absolutamente claro que, face à agressão imperialista, os militantes do CORQI estão incondicionalmente do lado da nação oprimida contra o imperialismo e a sua vontade de pilhagem. Não foi, de resto, por acaso que um dos primeiros anúncios de Guaidó após a sua autoproclamação apoiada por Washington e pela União Europeia tivesse consistido na nomeação de um novo conselho de administração da empresa Citgo Petroleum, filial da empresa pública Petróleos da Venezuela S.A. (PDVSA), sediada nos Estados Unidos. A Venezuela dispõe das maiores reservas mundiais de petróleo. Este petróleo foi nacionalizado em 1976 no quadro da PDVSA, escapando, portanto, à pilhagem imperialista (permitindo aos governos Chavez e Maduro utilizar uma parte da renda do petróleo em benefício de programas sociais). Não é preciso ir mais longe para encontrar as razões da sanha do imperialismo americano e seus lacaios na Europa e América Latina.

Ora, na questão da defesa da soberania nacional da Venezuela — como em todas as questões com que, em todas as latitudes, os trabalhadores e os jovens se debatem —, não se pode ignorar as consequências da crise histórica da direcção do proletariado. Ao passo que o movimento operário nascente inscrevera nas suas bandeiras a defesa do direito dos povos a disporem de si mesmos (um dos direitos democráticos mais elementares), o menos que se pode dizer é que as direcções tradicionais das organizações operárias do mundo têm brilhado pela ausência na questão da defesa da Venezuela. Da direcção da Internacional “Socialista” (da qual, recorde-se, faz parte o golpista Guaidó), que enfileirou como um só homem atrás de Trump,

aos que, condenando da boca para fora, se recusam a fazer a mínima campanha de massas do movimento operário para pôr em xeque os planos imperialistas, é óbvio que os aparelhos dirigentes do movimento operário arcam com uma pesada quota-parte da responsabilidade.

No que a nós, organizações e militantes do CORQI, diz respeito, reconhecemo-nos plenamente no apelo lançado pelo Comité Operário Internacional contra a guerra e a exploração, pela Internacional Operária, de 2 de fevereiro, que *“convida militantes, organizações operárias e democráticas do mundo inteiro a manifestarem a sua rejeição de todas as ingerências do governo dos Estados Unidos e seus aliados, a começar pela União Europeia, nos assuntos internos do povo venezuelano e a cerrarem fileiras com os trabalhadores e o povo venezuelanos em defesa da soberania nacional.”*

Argélia, França ou Venezuela, o que se manifesta nas situações específicas é deveras a unidade mundial da luta de classes. Unidade mundial que radica na falência do regime assente na propriedade privada dos meios de produção chegado ao estágio imperialista. Cem anos após o seu assassinato, a alternativa enunciada por Rosa Luxemburgo, “socialismo ou barbárie”, tem mais actualidade do que nunca (leia-se no presente número d’A Internacional a primeira parte de um artigo dos nossos camaradas alemães consagrado à actualidade da obra desta grande revolucionária). A unidade mundial da luta de classes manda os militantes de vanguarda apegados à resolução da crise da humanidade (crise da direcção revolucionária) tomarem como seu ponto de partida a luta pela reconstituição da IVª Internacional e das suas organizações em cada país. É por este ângulo que submetemos à reflexão dos nossos leitores os documentos publicados no presente número da nossa revista.

A Internacional, 25 de fevereiro de 2019

França: para a sua luta de classe, a classe operária tem que defender a sua independência política

Por François Forgeue

No discurso ritual sobre o estado da União que todos os presidentes americanos têm que pronunciar diante do Congresso, Donald Trump gabou-se, no dia 5 de fevereiro, da boa saúde da economia americana. Não obstante, são de tal ordem as incertezas que rodeiam a principal economia mundial, pedra de fecho de todo o sistema imperialista, que os responsáveis do banco central, a Federal Reserve, vacilam entre a vontade de aumentar as taxas de juro para fazer face à ameaça de rebentamento de novas “bolhas” especulativas comparáveis às que acarretaram a crise de 2007-2008 e o incentivo a continuar com a política dita “acomodatícia”, já que a única coisa que, de momento, livra a economia mundial de desabar é a injeção maciça de liquidez. Com o resultado de que, conforme titulava o diário *Les Echos* em 4 de janeiro, “a economia mundial regista um endividamento record. As estatísticas do Fundo Monetário Internacional (FMI) avaliam este endividamento global, público e privado, dos 190 países observados, em 184 biliões [milhões de milhões] de dólares, em finais de 2017”. Ele tem continuado a aumentar, representando, entretanto, uma dívida global correspondente a mais de 3 anos do PIB mundial: do valor de tudo o que se produziu à escala mundial durante o período. *Les Echos* acrescenta que “a dívida mundial passa agora de 86.000 dólares por habitante, portanto duas vezes e meia o rendimento médio por habitante.” No artigo “Primeiras reflexões sobre a actualidade da IVª Internacional, oitenta anos após a sua fundação” (nº 11 d’A Internacional), Daniel Gluckstein realçava que “sem este endividamento forçado, sem esta enorme punção nos rendimentos vindouros dos consumidores, a economia ter-se-ia desmoronado”. Porém, este remédio indispensável limita-se a preparar condições para uma catástrofe ainda pior, como reflexo da “incapacidade do capitalismo para rasgar, durável e suficientemente, novas áreas de crescimento”. Ou, dito de outra maneira, do beco sem saída absoluto em que o modo de produção capitalista está metido, condenando-o, para poder sobreviver, a extorquir cada vez mais mais-valia, agravando, portanto, a exploração, à escala mundial e em cada país.

A questão aqui não está simplesmente nos números, vertiginosos como são: a questão é a luta de classes, o choque entre a classe exploradora, que possui, em propriedade privada, os grandes meios de produção, e a classe explorada, que dispõe apenas da sua força de trabalho.

À escala mundial, como em cada país, os capitalistas e respectivos Estados intensificam insistentemente a exploração, por todos os meios. Eles não se resguardam, aliás, de falar a língua da luta de classes, não se cansando de apelar à “redução do custo do trabalho”, ou seja, directa ou indirectamente, à redução dos salários reais. É a raiz das ofensivas contra a legislação restritiva da exploração, contra o conjunto das conquistas sociais conseguidas pela classe operária nas suas lutas passadas. É o denominador comum da política praticada por todos os governos ao serviço do capitalismo, do governo Trump como do governo de “esquerda” de Portugal, do governo de coligação ainda presidido por Angela Merkel, do governo do PSOE em Espanha e do governo Macron. Se os porta-vozes dos exploradores não hesitam em afirmar que, para eles, é preciso extorquir ainda mais mais-valia, já aqueles que garantem falar em nome da classe operária não põem em causa, na maior parte dos casos, o sistema capitalista enquanto tal, apelando antes a moderá-lo.

Assim, as ensurdecedoras campanhas para afirmar que o sistema capitalista é “insuperável” constituem um elemento da própria luta entre as classes que elas têm por função negar. Por isso se torna necessário reafirmar, a cada momento, o já anteriormente determinado quanto à realidade da luta de classes.

Em cada país, como à escala mundial, se a realidade da luta de classes se manifesta na ofensiva desabrida do capital, ela imprime-se também, inegavelmente, na amplitude de resistência da classe operária, que aponta, na prática, para a necessidade de acabar com o próprio sistema capitalista. Hoje, esta resistência encontra expressão, só para dar alguns exemplos, na grande greve das *maquiladoras* no México, na série de greves dos professores nos Estados Unidos, assim como na multiplicação das greves em França.

Vazada nas próprias fundações da IVª Internacional e da sua acção está a afirmação de que não há solução para a crise actual da civilização humana que não passe pelo derrube do sistema capitalista, o que, por sua vez, exige a organização e a acção independente das massas trabalhadoras exploradas e oprimidas, forjando, na luta, a sua própria direcção e garantindo o controlo democrático do seu movimento.

Em todo o mundo, o obstáculo com que este movimento se depara são as velhas direcções estabelecidas do movimento operário, que se recusam a romper com

>>>

● ANÁLISE

>>> o sistema capitalista. Antes da Segunda Guerra Mundial, esta atitude teve a sua tradução na política das “frentes populares”, uma política que visava, portanto, submeter o movimento operário, as organizações sindicais, os partidos políticos que se reivindicavam da classe operária, aos imperativos da manutenção da ordem política e social da burguesia. Esta política, a política que conduziu ao desastre e à segunda guerra mundial, é a mesma que agora se recupera, por exemplo, em França, quando se tenta voltar a criar uma “união da esquerda” para praticar uma “política progressista” no âmbito da manutenção do sistema capitalista, portanto das instituições da Vª República e da União Europeia. Considerando que os partidos tradicionalmente ligados a uma solução desta índole se desfizeram, o que a fragiliza, esta política combina-se com a rejeição da existência pura e simples de organizações políticas próprias da classe operária, que se decretou pertencerem a um passado já morto. Tal orientação implica a rejeição de critérios de classe. As correntes que se constituem neste espírito denunciam, às vezes com virulência, a actividade dos “velhos partidos”, embora se reencontrem com eles na promoção de soluções do género “união da esquerda”.

No caso da França, a mais clara manifestação destas correntes foi a articulada pelos dirigentes de *La France Insoumise*, nomeadamente Jean-Luc Mélenchon. Seguidos, diga-se — às vezes, ultrapassados — pelos representantes do grupo que, em 2015, provocou uma cisão na secção francesa da IVª Internacional e uma crise profunda da IVª Internacional. Considerando a importância destes desenvolvimentos no ponto de vista da luta de classes internacional e da sua evolução, publicamos neste número d’*A Internacional* um dossiê que compila as posições que a nossa corrente política em França tomou⁽¹⁾.

Uma crise profunda

A ordem capitalista em França conhece uma crise profunda. A presidência e governo Macron nasceram desta crise, que não têm conseguido superar. Macron reconhece-o ele próprio, ao reconhecer que chegou ao poder por “*assalto*”. Se foi, efectivamente, eleito presidente, foi-o por apenas 18% do eleitorado, uma vez os partidos políticos directamente responsáveis pela situação criada nestes últimos anos — mormente o Partido Socialista — rejeitados pelos eleitores, enquanto a direita tradicional estourava. Macron foi unicamente eleito graças ao apelo a votar nele de toda a “esquerda” em nome da necessidade de barrar o caminho à Frente Nacional. É engraçado observar que muitos daqueles que não se sentem nada constrangidos em apelar a manifestações que têm a aprovação do *Rassemblement National* de Marine Le Pen eram, antes das eleições de 2017, os mais calorosos partidários do voto Macron.

Macron representa, de certa maneira, um concentrado de bonapartismo: foi por omissão que acedeu ao poder, como último recurso para defender as instituições da Vª República. Vê-se, assim, feito árbitro entre diferentes forças, nenhuma das quais dele depende.

O aprofundamento da crise procede, antes de mais nada, da luta da classe operária, da luta denodada que ela travou durante meses contra a vontade do governo Hollande de destruir o Código do Trabalho — empresa entretanto reatada por Macron — luta que, mau grado obstáculos e dificuldades, tem prosseguido, de múltiplas formas, após a eleição de Macron, nomeadamente na grande greve dos ferroviários e na multiplicação de greves em todos os sectores, principal marca de água da presente situação.

Populismo e “populismo de esquerda”

O termo populismo só se pode hoje empregar com prudência, considerando a maneira como tem sido utilizado. Tradicionalmente, uma das suas definições mais correntes era que ele correspondia a uma “*maneira de fazer política que opõe o povo às elites*”. O termo “populista” evocava, nomeadamente, as grandes correntes políticas que, na Rússia czarista do séc. XIX, lutavam pelo derrube do regime imperial, apelando ao povo — mormente à massa do campesinato — para se organizar contra aquele regime. Os marxistas russos opunham-se aos populistas, destacando a importância da organização específica da classe operária pelos seus interesses de classe próprios. Mesmo assim, o termo “populista” designava, portanto, os que lutavam contra os privilegiados e as elites do poder em nome dos “interesses do povo”.

Hoje em dia, os senhores da ordem estabelecida utilizam com frequência a palavra “populismo” como termo negativo. Por exemplo, todo o opositor à União Europeia — sejam quais forem as suas motivações — é apodado de “populista”. A publicação anual de *Le Monde* intitulada *Le Bilan du Monde*, edições de 2019, revisita nos seguintes termos, por exemplo, a eleição de Emmanuel Macron para a presidência: “*A sua eleição surpresa em maio de 2017 pareceu representar uma travagem a fundo da vaga populista que alastrava pelo Ocidente, com o referendo britânico sobre o Brexit e a eleição de Donald Trump para a Casa Branca.*” Identifica-se, portanto, a vontade legítima dos trabalhadores e do povo britânico de quebrar a canga da União Europeia e o seu cortejo de medidas antidemocráticas e anti-operárias com a eleição de Donald Trump para a Casa Branca, que foi um revés infligido à classe operária americana, propiciado pela recusa da direcção das organizações da classe operária de abrir uma saída política independente.

Há, no mais, algumas correntes políticas que se reivindicam do populismo e, especificamente, daquilo a que chamam “populismo de esquerda”, que é “uma ideologia política que combina os valores de esquerda com a retórica do populismo”, atribuindo-lhe a definição do dicionário Larousse “*o objectivo de libertar o povo sem recorrer à luta de classes*”. É, naturalmente, difícil determinar o que sejam exactamente os tais “valores de esquerda”, mas fica claro que há que rejeitar a luta de classes.

Se há necessidade de nos determos nesta noção de “populismo de esquerda”, não é propriamente pelo interesse de tal aguadilha ideológica indigesta, mas porque essa ideologia serve de cobertura, nomeadamente em França, para uma certa política, a política iniciada por

(1) Ver documentos “*Os trotskistas franceses e o chamado movimento dos coletes amarelos*” no presente número d’*A Internacional*...

Jean-Luc Mélenchon e outros responsáveis de *La France Insoumise*. A referência deles é um livro de Chantal Mouffe, “*Por um Populismo de Esquerda*”⁽²⁾. Uma das responsáveis de *La France insoumise*, Raquel Garrido, referia, em entrevista ao jornal americano *Jacobin*, reproduzida em *Europe solidaire* (12 de abril de 2017): “*A nossa ideologia é o populismo humanista em muitos aspectos, adoptámos a estratégia populista de Chantal Mouffe e Ernesto Laclau.*”

Chantal Mouffe explica que, “*na génese do seu livro*” está a “*urgência de a esquerda apreender a natureza da actual conjuntura e o desafio que o ‘momento populista’ representa*” (p. 11). Por “*momento populista*” entende Chantal Mouffe um período aberto pela crise financeira de 2007-2008, em que aquilo a que ela chama “*a hegemonia neoliberal se vê contestada por diferentes movimentos anti-‘establishment’, tanto de direita como de esquerda*”. A questão, para Chantal Mouffe, está em substituir essa hegemonia, no quadro inalterado do capitalismo, por uma nova hegemonia assente na “*defesa do ambiente, na luta contra o racismo e outras formas de dominação*”. Deixando Chantal Mouffe às voltas com as suas complicadas tentativas para opor uma “*hegemonia de esquerda*” a uma “*hegemonia de direita*” no quadro do sistema capitalista, em que, para ela, não há que tocar.

Para ela, daí decorre a necessidade de “*levar em conta movimentos que emergiram na esteira das revoltas de 1968 e que era impossível apreender a partir da noção de classe*” (p. 12). As coisas começam a ficar mais definidas — embora nem por isso mais claras. A ideia é investir contra aquilo que é designado como “*concepção essencialista*”, a concepção de que essencial é a luta entre duas classes decisivas — a classe exploradora e a classe dos explorados. Falando claramente: o inimigo é a concepção marxista da luta de classes — a “*noção de classe*” — e, por conseguinte, a necessidade de uma revolução social, a que Chantal Mouffe opõe “*uma perspectiva mais ampla, a da revolução democrática*”. Importará, portanto, empenhar-se na luta “*contra várias formas de subordinação, sem atribuir a priori carácter mais central a uma ou outra delas*”. Ela acrescenta: “*A estratégia populista de esquerda que advogo alimenta-se da concepção anti-essencialista, que afirma que as sociedades serão sempre divididas (p. 22) (...) Uma estratégia populista de esquerda visa federar as reivindicações democráticas numa vontade colectiva de construir um ‘nós’, um povo unido contra um adversário comum: a oligarquia. Isso exige estabelecer uma cadeia de equivalências entre reivindicações de trabalhadores, imigrantes, da classe média em vias de precarização e, ainda, outras reivindicações democráticas, como as carreadas pela comunidade LGTB. A finalidade de tal cadeia é criar uma nova hegemonia que permita radicalizar a democracia.* (p. 40)”

Tudo no mesmo plano. Não estamos aqui para pôr termo a este sistema de exploração capitalista pela revolução social, mas para mantê-lo, modificando — se possível! — algumas das suas formas. Não é a exploração capitalista a fonte de várias formas de opressão e discriminação, não é ela que há que combater.

Esta “*estratégia*”, conforme refere Chantal Mouffe, encontrou aplicação bem sucedida no movimento de *La France Insoumise*.

Jean-Luc Mélenchon retribui, de resto, o cumprimento a propósito dos recentes acontecimentos políticos em França, num artigo do seu blogue datado de 2 de dezembro de 2018, intitulado “*A Propósito da Revolução Cidadã dos Coletes Amarelos*”, em que escreve que essa “*revolução marca a ruptura com a centralidade do conceito de proletariado (salarizado / revolução socialista) como binómio insuperável da dinâmica da história*”.

A forma poderá ser rebuscada, mas a substância da mensagem é clara: o grande mérito da “*revolução cidadã dos coletes amarelos*” é, segundo Jean-Luc Mélenchon, o de negar a realidade da luta de classes,

Das citações, sua utilidade, seu uso

Para aclarar as questões versadas neste artigo, vamo-nos apoiar nalgumas citações de escritos de Trotsky dos anos que antecederam a chegada ao poder dos nazis, na Alemanha (1930-1933), bem como dos que consagrou à França no período que desaguou na greve geral de 1936.

Os autores de textos citados não são, evidentemente, responsáveis pela maneira como os seus escritos são usados: quantas vezes citações servem apenas de ponte entre duas ausências de pensamento, e isso é quando não são utilizadas como cortina de fumo para mascarar o verdadeiro conteúdo do texto que se pretende elas realçarem. Mesmo assim, são por vezes indispensáveis, sobretudo em textos cuja finalidade seja defender as posições do movimento operário revolucionário. Primeiro porque, quando se recorda o que é uma posição de princípio para marxistas, é mais simples e mais seguro dar uma formulação tirada de um “*clássico*” do marxismo do que socorrer-se de perifrases. Uma citação recorda muitas vezes a análise duma situação chave feita por um dirigente revolucionário, pelo que é útil tomá-la por base para reflectir nos acontecimentos actuais, recorrer, portanto, à analogia com acontecimentos passados para compreender os acontecimentos presentes.

É evidente que, como dizia Trotsky num artigo de 25 de agosto de 1931 (“*Contra o Nacional-Comunismo*”), “*as analogias históricas não passam de analogias, não há identidade nem de condições nem de tarefas*”. Contudo, justamente como ele afirmava numa carta de 1929, “*não recorrer a analogias com as revoluções dos séculos passados equivaleria simplesmente a privar-se da experiência histórica da humanidade. Hoje é sempre diferente de ontem. Apesar disso, é operando com analogias que aprendemos do que se passou ontem.*”

Acontece, por fim, que citações — mesmo utilizadas pouco judiciosamente — acabem por servir de recompensa para quem lê até ao fim um texto enjoativo. Por exemplo, a “*nota de informação*” distribuída pela direcção da CCI aos seus militantes em que se fica a saber que, na mais pura tradição estalinista, “*Daniel Gluckstein veicula esta ofensiva (a do ministro do interior Castaner), denunciando os coletes amarelos como*

(2) Chantal Mouffe, “*Pour un populisme de gauche*” (Éditions Albin Michel).

● ANÁLISE

>>> *um conglomerado heteróclito*”, prosseguindo depois com que, por Daniel Gluckstein ter, so seu editorial, recordado que operários desesperados se juntavam às manifestações nazis, para ele “os operários são responsáveis pelo fascismo, pelo genocídio e pela guerra.” (Mantemos à disposição dos leitores a nota de informação da CCI e a carta aberta que, no seu seguimento, a direcção da TCI enviou a todos os militantes da CCI). Salientemos simplesmente, neste ponto, que, se observar que havia operários a participar em manifestações nazis é tentar responsabilizá-los pelo fascismo, então Daniel Gluckstein tem antecessores à altura. Já lá iremos. Quem, todavia, saltar os obstáculos da calúnia e da estupidez entremeadas terá a sua recompensa, ao dar com a magnífica citação de Lenine, do seu texto de 1916 sobre a insurreição irlandesa.

“Quem estiver à espera de uma revolução social ‘pura’ nunca viverá o suficiente para vivê-la (...). Havia massas com os mais bárbaros preconceitos, que lutavam pelos mais vagos e fantásticos objectivos, havia grupúsculos que recebiam dinheiro japonês, havia especuladores e aventureiros. Objectivamente, o movimento das massas abalava o czarismo e abria alas à democracia, essa era a razão por que os operários conscientes o encabeçavam. A reivindicação socialista na Europa não pode ser senão a explosão da luta de massas dos oprimidos e descontentes de toda a espécie. Participação nela, inevitavelmente, elementos da pequena burguesia e operários atrasados — e, sem essa participação, a luta de massas não é possível, nenhuma revolução é possível — e, não menos inevitavelmente, trarão para o movimento todos os seus preconceitos, fantasias reaccionárias, fraquezas e erros. Objectivamente, estarão, porém, a investir contra o capital, e a vanguarda consciente da revolução, o proletariado avançado que traduzirá essa verdade objectiva de uma luta de massas variada, dissonante, berrante, à primeira vista sem unidade, poderá uni-la e orientá-la, e conquistar o poder.”

Magnífico texto — que se inclui justamente na categoria daqueles a que é indispensável fazer referência para compreender a dinâmica da revolução proletária no período imperialista, combinando chama revolucionária com precisão quanto às tarefas da vanguarda revolucionária. Contrariamente ao que se diz na nota da direcção da CCI, a citação não foca unicamente a revolução russa de 1905 — e menos ainda a sua “fase inicial” —, mas a insurreição irlandesa de 1916, que afirmava, em plena guerra imperialista, o direito à independência e à unidade do povo irlandês e que Lenine definia como início da revolução socialista na Europa.

É por analogia que Lenine se refere à revolução de 1905 na Rússia para ilustrar a sua afirmação. Na sua “nota de informação”, a CCI opera dois cortes. Por um lado, a seguir a “objectivamente, o movimento de massas abalava o czarismo”, suprime a parte seguinte da frase: “e abria alas à democracia, essa era a razão por que os operários conscientes o encabeçavam” Por definição, uma citação é apenas um excerto, que em algum momento há-de parar. Concordar-se-á, ainda assim, que excluir o que dizia respeito à direcção do movimento de 1905 — a vanguarda consciente da classe operária, ou seja, para Lenine, os militantes do Partido Operário Social-Democrata da Rússia e, muito particularmente, a sua fracção bolchevique — falseia deliberadamente a compreensão do passo citado

— e não é bem por uma questão de poupar uma linha de texto! Por outro lado, Lenine não fala de revolução pura, mas de “revolução social pura”. Uma revolução social não pode, com efeito, deixar de inflamar as mais amplas camadas da população: nela não se acharão, portanto, unicamente elementos provenientes da classe operária. Tanto mais importante é salientar que isso suscita a questão de pôr “os operários conscientes” à cabeça dos acontecimentos revolucionários. Como se sabe, a sociedade actual não é unicamente composta de capitalistas e operários explorados. Aquilo que às vezes se reveste do termo “classes médias” e constitui, em terminologia marxista, a “pequena-burguesia”, é um conjunto heterogéneo que, sem poder determinar o futuro da sociedade, desempenha um papel considerável para saber como se concluirá um grande enfrentamento entre as classes determinantes, a dos exploradores e a dos explorados.

É é nisto que consiste a utilidade das citações, que concentram já a experiência histórica, já as conclusões da análise marxista. Em 1934, quando, depois de o movimento da classe operária ter imposto a frente única na acção (12 de fevereiro de 1934), se preparam os maiores abalos revolucionários e, para lhes fazer frente, se urde a Frente Popular, Leão Trotsky escreve o artigo “Para Onde Vai a França?”. Nele, lembra que:

“A sociedade contemporânea é composta por três classes: a grande burguesia, o proletariado e as classes médias ou pequena burguesia. As relações entre estas classes determinam em última análise a situação política. As classes fundamentais são a grande burguesia e o proletariado. Só estas duas classes podem ter uma política independente, clara e consequente. A pequena burguesia caracteriza-se pela sua dependência económica e pela sua heterogeneidade social. O seu estrato superior bordejia directamente a grande burguesia. A sua camada inferior funde-se com o proletariado e pode chegar mesmo ao lumpen-proletariado. A condizer com a sua situação económica, a pequena burguesia não pode ter uma política independente. Oscila constantemente entre capitalistas e operários. A sua própria camada superior puxa-a para a direita; as suas camadas inferiores, oprimidas e exploradas, são capazes, em certas condições, de guinar bruscamente para a esquerda (...). É precisamente esta desilusão da pequena burguesia, a sua impaciência e o seu desespero que o fascismo explora. Os seus agitadores estigmatizam e maldizem a democracia parlamentar que ampara carreiristas e ‘staviscratas’ (nome dado aos políticos que se envolveram no escândalo Stavisky, caso famoso de corrupção), nada dando aos trabalhadores pequenos. Esses demagogos vibram o punho fechado contra os banqueiros, os grandes comerciantes, os capitalistas, palavras e gestos que respondem plenamente aos sentimentos dos pequenos proprietários que se sentem num beco sem saída. Os fascistas mostram audácia, vão para a rua, atacam a polícia, tentam expulsar o parlamento à força. Isto impressiona o pequeno-burguês, que soçobra desesperado (...) A camada inferior da pequena burguesia, as suas grandes massas, não acreditam na força dos partidos operários, não os sentem capazes de lutar

nem dispostos a, desta vez, dar batalha até ao fim.”

Prossegue Trotsky: “*A pequena burguesia é economicamente dependente e politicamente fragmentada. É por isso que não pode ter política própria. Precisa de um ‘chefe’ que lhe inspire confiança. Esse chefe, individual ou colectivo, indivíduo ou partido, pode-lhe ser emprestado por uma das duas classes fundamentais: ou pela grande burguesia ou pelo proletariado. O fascismo une e arma as massas disseminadas: faz de uma ‘poeira humana’ — na nossa expressão — destacamentos de combate. Confere, assim, à pequena burguesia a ilusão de ser uma força independente.”*

Desta análise não tira Trotsky a conclusão de que a classe operária deva virar costas à pequena burguesia; ele diz, bem pelo contrário, que “*aproximarmo-nos dos camponeses e da arraia miúda das cidades, atraí-los para o nosso lado, é condição necessária da luta contra o fascismo, já não falando da conquista do poder.”*

Trotsky parte da experiência do ascenso do fascismo na Itália e na Alemanha e da luta antifascista para relevar que a política independente do proletariado (em oposição, portanto, à política de Frente Popular) é condição necessária para este poder reunir à sua volta as camadas da pequena burguesia que se levantam contra a ordem existente.

Vê-se, deste modo, com clareza a diferença entre o uso racional de reflexões sobre a experiência do passado e a utilização, por portas travessas, de excertos de textos retirados do contexto e utilizados até, às vezes, como simples instrumentos de calúnia. Trotsky escrevia em 8 de dezembro de 1931: “*Os epígonos actuais, portanto os maus discípulos de Lenine, gostam de, por tudo e por nada, colmatar as suas lacunas com citações que tantas vezes não são nada apropriadas. Para um marxista, não é a citação, é o método correcto que permite resolver a questão. Ora, com a ajuda de um método correcto, não é difícil encontrar uma citação idónea.”*

Na sua “nota de informação”, os dirigentes da CCI vêem na observação de Daniel Gluckstein de que o nazismo arrastou operários a vera marca da sua infâmia. Não foi, no entanto, Daniel Gluckstein, mas Trotsky, quem escreveu acerca da Alemanha: “*O desespero contra-revolucionário apoderou-se da massa pequeno-burguesa com força tal, que esta arrastou atrás de si camadas significativas do proletariado.”* É igualmente Trotsky que, a propósito da situação em Itália, escreve em 1922: “*A sua tarefa imediata (dos comunistas italianos), tarefa de importância imensa, é introduzir a desagregação na parte popular e, mormente, na parte operária dos elementos que apoiam o fascismo (...).”*

A propósito de alguns desenvolvimentos recentes

O surgimento em França daquilo a que se veio a chamar o “movimento dos coletes amarelos” (mais à frente se examinará a imprecisão e inexactidão desta designação) suscitou uma vaga de comentários que não correspondem necessariamente à realidade. Quanto maior o afastamento do autor do local dos acontecimentos, mais estes pareciam extraordinários:

Trump chegou a dizer que “*Paris está a arder*”. Muitas parangonas, se bem que não fossem tão longe, tendiam a indicar que a guerra civil estava a despontar à volta das rotundas ocupadas por militantes determinados, quando, por exemplo, ocorreram manifestações em que “coletes amarelos” e forças da ordem colidiram brutalmente...

Ao rejeitar estas interpretações deliberadamente exageradas, não se está a negar a importância do acontecimento. Qual foi o pavio que tudo inflamou? O governo Macron instaurou uma nova taxa sobre os carburantes, justificando-a com preocupações ecológicas. A taxa foi sentida como intolerável por uma série de consumidores de rendimentos apertados, obrigados a usar o carro à falta de transportes públicos. Os afectados eram em primeiro lugar artesãos, comerciantes, pequenos empresários, mas também, evidentemente, assalariados atingidos pela medida, tal como reformados que sobrevivem de pensões miseráveis. A escala local, alguns declaram-se porta-vozes improvisados do descontentamento, lançando apelos à “*resistência*” nas redes sociais. Foi este o ponto de partida de um protesto que encontrou o seu símbolo no porte de um colete amarelo e a sua forma de acção na ocupação de rotundas e, nessa base, em iniciativas com o objectivo de empatar o trânsito. A ocupação de rotundas viria rapidamente a combinar-se, após o apelo a uma primeira manifestação a 17 de novembro de 2018, com a organização de manifestações todos os sábados.

Se dizemos que a denominação “movimento dos coletes amarelos” é imprecisa é porque, falando com propriedade, não há “movimento”, no sentido de um agrupamento em que aqueles que nele decidem participar tomam decisões e delegam em alguns as tarefas necessárias à sua aplicação prática. Os “porta-vozes” e “chefes de fila” são autoproclamados e não dependem de controlo da parte dos que se reúnem nas rotundas. Além disso, as manifestações que a cada sábado se repetem não coincidem, na sua composição, com a componente de quem ocupa as rotundas: são mais amplas, mais variadas, assistindo-se também à afirmação de elementos — nomeadamente ligados à extrema-direita — que desempenham um papel de provocadores.

A rapidez com que os protestos se desenvolveram, a sua perenização, a simpatia que despertaram mostram que eles são fruto da situação intolerável em que as necessidades do capital financeiro — expressas pelo governo Macron — têm mergulhado as camadas sociais que neles participam, em primeiro lugar, portanto, as tais camadas “inferiores, oprimidas e exploradas” da pequena burguesia de que falava Trotsky. Esta situação inscreve-se no desafio ao governo Macron e à sua política, cuja primeira expressão têm sido as múltiplas acções da classe operária, as greves, a luta contra os projectos e medidas reaccionários do poder.

● ANÁLISE

>>> No interior disso a que se chama o “movimento dos coletes amarelos” existe uma forte componente hostil ao movimento operário enquanto tal, para quem os trabalhadores organizados e os direitos que eles conquistaram aparecem como “privilégios”, a denunciar ao mesmo título que os privilégios de uma “oligarquia”.

O protesto afirma-se quando o governo está desenvolvendo todos os seus planos anti-operários, nomeadamente os que visam a destruição do sistema de aposentação no seu conjunto, assim como da segurança social, enquanto as direcções das organizações operárias se mantêm singularmente nas covas face a esta ofensiva. O “movimento dos coletes amarelos” nem sequer menciona estes projectos. Não são o alvo dos seus protestos.

O governo Macron, não deixando, nas manifestações, de lançar mão de uma repressão brutal, reconheceu logo a existência de “movimento dos coletes amarelos”, com o qual entabulou negociações de igual para igual. Aceita, assim, receber representantes do movimento que ninguém sabe quem são nem quem os designou. Far-lhes-á algumas concessões modestas no estrito terreno em que o protesto se constituiu (anulação do novo aumento do preço dos carburantes), mas as medidas destinadas a aumentar o poder de compra dos assalariados com mais baixos salários são pretensas medidas (o ruidosamente proclamado aumento de 100€ do salário mínimo não passa de uma burla, que foi desmontada no nº 168 (quarta-feira, 12 de dezembro de 2018) de *La Tribune des travailleurs*. Os tais 100 euros decompõem-se, com efeito, em 20 euros de revalorização do salário mínimo em 1,8% já anteriormente decidida; 60 euros correspondentes ao pagamento de um “prémio de actividade”, um complemento salarial para os assalariados remunerados a entre metade e 1,2 vezes o salário mínimo, pago pela Caixa dos Subsídios Sociais, e 20 euros de redução das contribuições salariais — com o que o pretensu aumento não custa um tostão ao empregador).

Mais do que a força das mobilizações que então ocorrem, o que vem ao de cima é a fraqueza do governo, a sua crise profunda. O que provocou a crise não foi o “levantamento dos coletes amarelos”; a crise é que faz de caixa de ressonância dele.

A realidade política que os variados porta-vozes dos “coletes amarelos” pretenderam negar, afirmando o seu carácter “apolítico”, desvenda-se hoje na diversificação de um movimento que se pretendia unificado: nos últimos dias, surgiram, pelo menos, três projectos de listas para as eleições europeias, todas balizadas pela aceitação das instituições.

Enquanto se foi desenrolando, a mobilização dos “coletes amarelos” foi sempre marcada pela presença e influência de correntes políticas e organizações de extrema-direita. Viu-se isso na caça aos “migrantes clandestinos” em algumas rotundas, na hostilidade proclamada para com as organizações operárias, na vontade de sujeitar estas aos ditames emanados dos “coletes amarelos” e na violência contra grupos de manifestantes que se reivindicassem do movimento operário.

Estas posições, objectar-se-á embora, não foram as que tomaram todos os que estão metidos no movimento dos “coletes amarelos”. Evidentemente que não, mas ninguém que falasse em nome dos “coletes amarelos” as condenou, assim como não é menos curioso observar não ter havido um único exemplo de ocorrências de sinal contrário. Durante semanas, em nenhuma manifestação convocada em nome dos coletes amarelos se levantou a bandeira vermelha nem se cantou a Internacional. Elas desenrolaram-se exclusivamente ao som da Marselhesa e nas pregas da bandeira tricolor — bandeira com frequência acompanhada de emblemas regionalistas ou monárquicos). Tão pouco se tem apontado um único caso de uma rotunda ocupada em que flutuasse a bandeira vermelha ou em que aos ocupantes se tivesse juntado um contingente de trabalhadores organizados vindos de uma empresa da cidade.

Não estamos querendo dizer que muitos dos que têm participado nas manifestações colocadas debaixo da égide dos coletes amarelos não tivessem vontade de entoar a Internacional ou que ficassem chocados com a presença de bandeiras vermelhas. O que é facto, contudo, é que tal não ocorreu. Por razões históricas, todas as manifestações operárias em França foram sempre acompanhadas por bandeiras vermelhas — é a cor das bandeiras sindicais —, e sempre nelas se cantou a Internacional, mesmo nas manifestações mais anónimas. Que tenha sido a bandeira nacional — a bandeira do Estado — e a Marselhesa — hino oficial — os símbolos únicos das manifestações de coletes amarelos dá uma indicação clara quanto às referências políticas e sociais de quem constituía a ossatura do movimento.

De resto, muitos dos que saudaram os “coletes amarelos” como anunciadores do início de uma nova era, como Jean-Luc Mélenchon, explicaram que, face ao movimento, eles se achavam em concorrência com os mais abertamente reaccionários partidos burgueses. Assim, no seu blogue, Jean-Luc Mélenchon explica que *“Cremos ter conseguido impedir a terrível fractura que estava iminente: que o movimento se visse obrigado a virar à direita ou à extrema-direita para conseguir ter um veículo político.”*

Uma das particularidades do movimento e da maneira da sua instrumentalização é a de ter gerado, à guisa de lugar-comum, a noção de que os “pontos de vista” de “direita ou de esquerda” — a referência, portanto, a posições políticas opostas — não tinha importância, pois a unidade contra a miséria se fazia ignorando-os, e essas referências eram a última coisa a fazer, pois representariam um factor de divisão. Isso, mesmo quando estavam em causa posições abertamente anti-operárias e actos contrários à democracia mais elementar. Assim, mesmo os “coletes amarelos” que denunciavam as agressões contra outros coletes amarelos — por exemplo, um cortejo do NPA (Novo Partido Anticapitalista) foi agredido por um comando de militantes da extrema-direita — aceitam que os autores da violência façam tanto parte do “movimento” como os agredidos, desde que não haja violência.

Não é possível enumerar aqui todos os incidentes

deste tipo. No entanto, esta vontade de apagar todas as clivagens políticas é claramente afirmada por *L'Humanité* (o diário do Partido Comunista Francês), na sua edição de 17 de fevereiro de 2019. O diário cita, sem sinais de indignação, as declarações de um participante numa assembleia de coletes amarelos no município de Avon (departamento de Seine-et-Marne): “*Gosto muito de escutar toda a gente. Pode-se falar com quem vote no Rassemblement national, quem seja de extrema-esquerda, quem seja do centro, isso não é o essencial.*” Comentário de *L'Humanité*: “*Nesta ágora surpreendente, misturaram-se, na verdade, um responsável local do PCF e pessoas que mostram o seu contentamento por ver Marine Le Pen com bom aspecto.*”

O exemplo vem de cima. Manuel Bompard, por exemplo, um dos dirigentes da *France insoumise*, dizia, a propósito de diferentes plataformas publicadas por coletes amarelos, “*No primeiro documento de reivindicações, à parte a reivindicação de devolver ao país de origem os indeferidos de direito de asilo, tudo o mais corresponde às ideias que nós defendemos*” (excerto de um artigo de Abel Mestre e Lucie Soullier no *Bilan du Monde* de janeiro de 2019). Que importância tem expulsar imigrantes se todos constituímos “o povo”?

Este contexto faz com que a luta dos militantes da IVª Internacional assumida toda a sua dimensão, conforme foi recordado em nota da direcção da TCI datada de 19 de novembro de 2018. “*Encontramo-nos numa situação em que tudo se faz para apagar as linhas de classe e organizar a destruição das organizações — partidos e sindicatos — que se reclamam do movimento operário, acentuando as ofensivas ‘bota-abaxistas’, que encontram quem as veicule dentro dessas mesmas organizações. Significativo que Mélenchon, logo a seguir ao 17, não só não ignorasse, mas reivindicasse e teorizasse a promiscuidade com Marine Le Pen: “É, de novo, a clivagem que houve no referendo sobre a Constituição Europeia de 2005. De um lado, todos os ‘importantes’ e variadas cabidos de clérigos bem-pensantes, do outro, um povo de composição ampla.” Será uma caracterização social, operários de um lado, patrões do outro? Não, é uma caracterização política, visto que Mélenchon esclarece: ‘A France insoumise, que disputa à extrema-direita, hoje dominante, a representação política do “povo-popular” ligou-se directamente ao movimento no mais absoluto respeito das suas características “de autonomia e auto-direcção”. O próximo número de La Tribune des travailleurs focará as tais características “de autonomia e auto-direcção”, que, para dizer a verdade, pouco devem à espontaneidade. Convidamos os militantes a lerem atentamente a citação de Mélenchon (tirada do seu blogue de 19 de novembro) e a responderem a esta pergunta: estaremos assim tão longe da estranha combinação que acabou na coligação entre a Liga do Norte e o Movimento 5 Estrelas, as duas cabeças do “povo popular” em Itália?’*”

Não está claro que as referências à experiência adquirida através da luta contra o fascismo — assim como do desastre a que a política de frente popular conduziu — não têm apenas mero interesse histórico? Como antes se salientou, analogia não quer dizer identidade de situações diferentes. O que não obsta a que, na ausência de direcção operária, a influência e a pressão da classe exploradora, da burguesia, pese obrigatoriamente sobre qualquer

movimento da pequena burguesia. A cólera dos elementos esmagados e desesperados pode ser desviada contra aqueles que são qualificados de “privilegiados”, os trabalhadores com regalias estatutárias, mormente os funcionários, os trabalhadores que beneficiam de uma pensão de aposentação legal e, obviamente, as suas organizações, os sindicatos. Em tal situação, a política dos aparelhos dirigentes intervém como factor decisivo. Porém, ao precipitarem-se atrás de movimentos pequeno-burgueses, ao largar o lugar que as organizações operárias deveriam tomar, absolve-se, na prática, as direcções de toda a responsabilidade e permite-se o desenvolvimento de uma ofensiva contra as organizações da classe operária enquanto tal, para a qual se arranja cobertura com as falsas teorias reunidas sob o nome de “populismo de esquerda”.

Há discípulos deste novo evangelho que tendem a ultrapassar o mestre. Estão neste caso os actuais dirigentes da CCI. Mais acima se mencionou a maneira muito especial que é a deles de informar os seus militantes das divergências entre nós. Os ataques caluniosos foram mero ponto de partida de uma posição articulada num documento intitulado “*Declaração do Secretariado Internacional da IVª Internacional sobre a Europa: o Levantamento dos Coletes Amarelos, Primeiro Sintoma de um Movimento que Amadurece em toda a Europa*”. Observemos, para começar, que o conteúdo do texto não corresponde ao título. Aquilo que se denomina de “*levantamento dos coletes amarelos*” é, para os autores do documento, muito mais do que um sintoma, pois “*o levantamento dos coletes amarelos abre um novo período na Europa*”. (O secretariado do CORQI fez uma análise desta declaração; temos ambos os documentos à disposição dos leitores).

O texto consegue, na verdade, a proeza ideológica de qualificar um movimento que não radica na mobilização da classe operária enquanto tal como o movimento revolucionário mais acabado que se tem visto, até porque, sem intervenção da classe operária enquanto tal, deu origem a autênticos “conselhos operários”:

“*Eles (os coletes amarelos) rasgaram uma brecha. Ao ocuparem as rotundas, adoptaram uma forma de organização que lhes permitiu escapar ao ferrolho imposto pelas direcções burocráticas às organizações de classe. Acharam uma forma de organização que lhes permitiu manter o controlo do seu movimento.*”

“*Centrando-se em assembleias democráticas, começaram a responder à pergunta que atormenta o movimento operário, há meses e meses proibido de concentrar as suas forças para ir para o embate e enfrentar o governo representante dos interesses do capital financeiro. Pode-se dizer, sem medo de errar, que o levantamento dos coletes amarelos imprime desde já a sua marca a todos os desenvolvimentos da situação europeia.*”

● ANÁLISE

>>> É lícita a dúvida: nesta afirmação, levará a melhor o enfeitamento dos princípios mais elementares do marxismo ou a negação mais absoluta da realidade? É que, se há movimento em que os que nele estão metidos estão privados de qualquer controlo sobre a sua acção para além do nível local, esse movimento é o dos coletes amarelos!

Um dos aspectos notáveis do documento, que apela à generalização, em todos os países da Europa, do que ocorreu em França, é precisamente nele se não examinar a situação política em França. Para além da glorificação dos coletes amarelos, nada há, nem uma palavra, sobre as organizações que, mesmo diminuídas ou em crise, representam a continuidade com os partidos tradicionais da classe operária — e com a sua funesta política. Ainda que se aceitasse a visão simplificadora de querer fazê-los desaparecer, ainda ficava a *France Insoumise* (e tudo o que ao seu redor gravita, incluindo a CCI). Não falar nela oferece, naturalmente, a vantagem de não ter de dizer nada sobre a orientação da *France Insoumise* e cingir a própria política ao aplauso aos coletes amarelos.

“Coletes amarelos” que, mesmo os comentadores que por eles têm simpatia o reconhecem, pouco têm que

ver com as reivindicações fundamentais ligadas aos interesses da classe operária. Em *Le Monde Diplomatique* de fevereiro de 2019, por exemplo, Serge Halimi e Pierre Rimbert escrevem: “Neste inverno, são as reivindicações de justiça fiscal, de melhoramento do nível de vida e de recusa do autoritarismo do poder que têm indiscutivelmente ocupado o primeiro plano. A grande ausente tem, no entanto, sido a luta contra a exploração salarial e o dedo apontado à propriedade privada dos meios de produção. Ora, nem a restauração do imposto sobre a fortuna, nem o regresso aos 90 km/h nas estradas secundárias, nem o controlo mais apertado das ajudas de custo dos representantes eleitos, nem sequer o referendo de iniciativa cidadã põem em causa a subordinação dos assalariados na empresa, a repartição fundamental dos rendimentos ou a natureza postíca da soberania popular dentro da União Europeia e na globalização.”

Esta é a base comum do diálogo com Macron: manter as relações de exploração capitalistas, as instituições da Vª República que as protegem e o quadro da União Europeia necessário à sua preservação.

François Forge
13 de fevereiro de 2019

Os trotskistas franceses e o chamado movimento dos “coletes amarelos”

À escala internacional, os meios de comunicação têm dado ampla cobertura ao movimento dos coletes amarelos (em França, a estação patronal *BFM télé* preparava as concentrações e seguia-as em directo, e continua).

ACABA POR SER NATURAL haver tanta confusão, com as imagens que por aí proliferam. Ainda por cima quando, à propaganda dos meios de comunicação capitalistas, se veio acrescentar a voz de todas as correntes políticas em França (assim como à escala internacional), que têm incensado o movimento. Todas as correntes... menos uma: os trotskistas da TCI (secção francesa da IVª Internacional).

Com isso, têm ganho muita simpatia da parte de militantes e trabalhadores, mas também não poucos ataques de todos os conversos adeptos de uma nova religião: o “amarelismo”.

Não é a primeira vez na história da secção francesa e da IVª Internacional que a corrente “lambertista” fica isolada da opinião pública dos aparelhos, pequenos como grandes. No relatório introdutório ao 53º congresso da secção francesa, recorda-se: “É preciso reapropriarmo-nos da nossa história. No correio dos leitores, um leitor reaproveitou a velha fórmula: “Nem tudo o que mexe é vermelho”, que foi elemento de demarcação da nossa corrente política há algumas décadas. Sobretudo a OCI sofreu uma data de ofensivas informadas pelo esquerdismo desenfreado. (...) Depois de maio de 1968, quando esquerdistas, PSU, pablistas, apelavam a abandonar a UNEF e escreviam nas paredes: “Os sindicatos são bordéis, a UNEF é uma puta”, nós combatemos pela preservação da UNEF, por trazê-la para o terreno das reivindicações práticas e materiais dos estudantes, contra a participação. Era ou não correcto? É verdade que isso deu a alguns o ensejo de denunciarem a OCI e a AJS como “direitistas” por comparação com os grandes “revolucionários” — muitos dos quais vieram a ser ministros do PS, ou mesmo apoios de Macron. (...) Na revolução portuguesa de 1974, organizaram-se comités de soldados e comités de trabalhadores (na realidade, completamente manipulados pelo aparelho estalinista e pelo exército) com o objectivo de voltar a levar o exército ao poder (na forma do Movimento das Forças Armadas — MFA). Eles pretenderam proibir a expressão do jornal socialista “República”. Quando todos os esquerdistas do mundo, a começar pelos pablistas, participavam nas manifestações e ataques, inclu-

sive físicos, para fechar a sede do jornal “República”, e uma fracção significativa da classe operária saiu à rua para defender a liberdade de expressão do “República”, gritando até “Partido Socialista, Partido Marxista” (o que, na altura, se podia compreender, ainda que veiculasse ilusões), era ou não correcto defender a liberdade de expressão do “República”, ou seja, a democracia política para a classe operária e recusar a ditadura que se desenrolava entre o aparelho militar e o aparelho estalinista?

Podiam-se dar outros exemplos, nomeadamente o que o SU fez na América Latina com a sua guerrilha, que deu no massacre de milhares dos seus próprios militantes, ao passo que a fracção ligada ao SWP dos Estados Unidos resistia, contrapondo-lhe o que eles muito bem designavam por estratégia leninista de construção do partido. Independentemente da evolução posterior (e da capitulação) da direcção do SWP, era ou não correcto recusar o apoio à linha guerrilheirista?

Reivindicamos integralmente a nossa continuidade porque ela tem consequências imediatas. Aqueles que hoje correm atrás dos coletes amarelos não fazem mais do que outros fizeram antes deles: andar à procura de “novas vanguardas” para por elas substituir a construção do partido: o MFA, Castro, Ben Bella, Sékou Touré, Nasser e outros. Hoje, Mélenchon e os coletes amarelos. Não passa de desistência de construir um partido, de desistência do papel da classe operária. Na melhor das hipóteses, é reflexo de uma desmoralização completa de gente que foi militante revolucionária numa dada época e depois passou a achar que a classe operária não queria lutar nem era capaz de lutar, preferindo eles andar atrás de tudo o que mexe em vez de construir um partido revolucionário face à política traidora dos aparelhos e contra ela.

O problema não são os coletes amarelos. O problema é este: lutamos ou não, no movimento operário, mesmo contra a corrente, para ajudar a manter os sindicatos como sindicatos operários?”

Ao assumir esta continuidade, o 53º congresso pôde igualmente averbar as consequências, em termos de reforço, de uma política firme no terreno da independência de classe. Tomou, assim, nota da ultrapassagem da meta da TCI dos 1.000, com 1.021 quotas registadas durante os seus trabalhos.

Decidiu-se, em consequência, publicar numa brochura — disponível a todos os militantes operários — o relatório introdutório ao congresso, as resoluções adoptadas, bem como os documentos adoptados pela direcção nacional da TCI em agosto, setembro, outubro e novembro de 2018.

● DOCUMENTOS

O simples facto de poder publicar e submeter à crítica dos trabalhadores e militantes documentos redigidos no lapso de vários meses é indicador de uma política de princípios. A situação política é complexa. Abrange aspectos francamente contraditórios. As formações políticas vêm-se, todas elas, obrigadas a mudar de posição de um dia para o outro, a articular argumentos contraditórios, passando de um ponto de vista para outro sem linha directriz. Pela sua parte, a secção francesa da IVª Internacional pode voltar a publicar todos os documentos adoptados nos últimos meses sem precisar de mudar uma linha. Eles são, evidentemente, susceptíveis de discussão. Pode-se concordar com eles ou não. Ninguém lhes pode, contudo, negar coerência. A explicação disso é a que o relatório introdutório dá: a coluna vertebral da intervenção da IVª Internacional assenta no reconhecimento da luta de classes, na ruptura definitiva entre classe operária e burguesia e, por conseguinte, na necessidade que a classe tem de dispor das suas próprias organizações, sindicatos e partidos.

No propósito de os leitores d'*A Internacional* poderem formar o seu próprio juízo, publicamos aqui extractos dessa brochura e, também, artigos de *La Tribune des travailleurs*, órgão do Partido Operário Independente Democrático (POID), em cuja construção os trotskistas participam, com outros, assim como extractos da nota semanal enviada a todos os militantes da TCI (intitulada 'nota do executivo').

Escusado será dizer que todos os documentos citados estão disponíveis, na íntegra (em francês), bastando solicitá-los.

26 de agosto de 2018. Resolução da Direcção Nacional (DN) da TCI

“O foco da preparação do 53º congresso da secção francesa está no combate pela constituição imediata dos comités unitários e na preparação da conferência de delegados dos comités unitários. (...) São comités políticos que não disfarçam ao que vêm, dizendo: das lições que tiramos das lutas de classes em andamento (tais como as dos ferroviários e outros sectores), da avaliação que fazemos da brutalidade da ofensiva do governo, tiramos a conclusão de que nada pode servir de obstáculo à realização da unidade, de cima para baixo como de baixo para cima, em torno de palavras de ordem que todos reúnem: “Não toquem nos nossos regimes de aposentação! Retirada do plano Macron!”. O tronco comum destes comités é político, com uma chamada para “Fora Macron e a Vª República!”, para a Assembleia Constituinte, para a ruptura com a União Europeia e, sem dúvida, num momento dado, para a formulação clara da questão do como, isto é, da greve até ao fim, da greve geral.”

22 e 23 de setembro de 2018. Resolução da DN da TCI

“O eixo que resolutamente escolhemos é o que se pode designar por eixo operário. Somos pela frente única. Frente única implica lutar pela unidade dos trabalhadores e organizações. Unidade cujo selo são as reivindicações. Temos dito e temos

que não fazemos nenhuma concessão ao bota-abaixo anti-sindical que visa destruir as organizações de classe, muitas vezes a pretexto de não se estar de acordo com os aparelhos. Tudo isso está muito bem.

Só que nós não fazemos nenhuma concessão aos aparelhos. O nosso ponto de mira permanente não é apenas a unidade dos trabalhadores e das suas organizações, são também os “órgãos autónomos” da classe operária. Num texto de 1958, Lambert designa com esse vocábulo, “órgãos autónomos da classe operária”, a busca dos delegados, dos comités de greve, já que o ponto de partida da nossa política são as necessidades das massas, as suas reivindicações legítimas, mesmo quando a maneira de elas se exprimirem não é a que nós considerássemos mais desejável.”

14 de novembro. La Tribune des travailleurs (nº 164)

“Numa situação de rejeição geral de Macron vinda de todo a parte, até da comunicação social, apresenta-se o apelo de 17 de dezembro como a resposta em que todos os descontentamentos hão-de convergir. Mas donde partiu o apelo às barragens de 17 de novembro? *Le Monde* (de 7 de novembro) evoca uma petição “por uma redução do preço do carburante ao abastecimento”, lançada há cinco meses na plataforma change.org por uma mulher franciliana de 32 anos. Esta petição terá recolhido 775.000 assinaturas, com uma aceleração nítida em meados de outubro. Nesse mesmo momento, um humorista popular nas redes sociais põe em linha uma canção que é uma paródia com o mesmo tema, e dois motoristas de camião da Seine-et-Marne criam um evento no facebook, apelando a barragens rodoviárias à escala nacional no dia 17 de novembro contra o aumento das taxas sobre o diesel. No entanto, o video mais visto nas redes sociais continua a ser o de Frank Buhler, que, excluindo do Rassemblement national (ex-FN) há alguns meses, aderira ao Debout la France (França, de pé! - NdT), o partido de Dupont-Aignan. (...) Aqueles que envergaram o colete amarelo no dia 17 de novembro fá-lo-ão por razões bem diferentes, em muitos casos contraditórias.

O 17 de novembro corre, assim, seja qual for a vastidão da mobilização, o risco de vir a ser marcado por um grande equívoco. É urgente que as organizações operárias, sobretudo as organizações sindicais, retomem a iniciativa no terreno que é o delas, o da luta de classes, pelo aumento geral dos salários, dos mínimos sociais e das pensões, pela recuperação do poder de compra, do congelamento dos preços e a preservação de todos os regimes de aposentação.”

14 de novembro. Nota do executivo nº 117

“A operação reaccionária de 17 de novembro é tornada possível pela capitulação total e visível de todos os aparelhos face à ofensiva desenfreada de Macron, não obstante este enfrentar uma rejeição sem precedentes na história da Vª República. O apelo de Jean-Luc Mélenchon e da France insoumise para o dia 17 aumenta a confusão. Deliberadamente. Estamos em presença da intensificação da ofensiva do “bota-abaixo” reaccionário que destabiliza, nomeadamente, muitos militantes da CGT que tomaram conhecimento da nota confederal que condenava o 17 como operação manipulada pela reacção e dela se demarcava claramente. O próximo número da *TT* revisitará

a nossa posição relativamente a esta operação bota-abaxista e populista (veja-se a condenação pela imprensa burguesa (*Libération*) da posição da CGT, denunciada como sindicato “foleiro” do “velho mundo”...), tomando em consideração a exasperação popular e operária “à flor da pele”. Serão as barragens de 17 de novembro a solução, interroga *La Tribune des travailleurs*, fornecendo, à pergunta, respostas baseadas nos factos objectivos? É evidente que a iniciativa de 17 de novembro se enquadra no fundo de revolta crescente em todos os sectores da classe operária e da população. Este governo é mais rejeitado e mais minoritário do que nunca. É-lhe necessário conseguir neutralizar as organizações operárias, custe o que custar. Nesse ponto de vista, a recuperação e o desatar da ofensiva de bota-abaxio anti-sindical, que cada dia experimenta novos desenvolvimentos, aponta para um considerável agravamento da operação bota-abaxio.”

19 de novembro. Nota do executivo n.º 118

“Estamos numa situação em que tudo se faz para tentar apagar as linhas de classe e organizar a destruição das organizações — partidos e sindicatos — que se reclamam do movimento operário, acentuando as ofensivas bota-abaxistas, usando correias de transmissão dentro das próprias organizações. Significativo que Mélenchon, a seguir ao 17, não só não ignorasse, mas reivindicasse e teorizasse a sua promiscuidade com Marine Le Pen: “*Reencontramos a clivagem que se abriu no referendo sobre a Constituição Europeia de 2005. Por um lado, todos os importantes, assim como os diversos cleros bem pensantes, por outro lado, um povo de composição ampla.*” Caracterização social, com operários de um lado, patrões do outro? Não, caracterização política, porquanto Mélenchon especifica: “*A France insoumise, que disputa à extrema-direita hoje dominante a representação política do “povo popular”, estabeleceu ligação directa com o movimento no mais completo respeito das suas características de autonomia e autodirecção.*”

21 de novembro. Editorial de *La Tribune des travailleurs* (n.º 165)

“Vermelha é a bandeira dos trabalhadores”

“*Seja qual for a amplitude da mobilização*”, o 17 de novembro “*corre, assim, o risco de vir a ser marcado por um grande equívoco*”, escrevíamos nestas colunas na véspera da jornada das barragens dos “coletes amarelos”. Os factos relatados neste número de *La Tribune des travailleurs* confirmam amplamente este prognóstico.

Palavras de ordem do tipo “Macron, demissão!” são, sim, reflexo, em todas as camadas da população, de uma rejeição sem precedentes do presidente-Bonaparte caído do poleiro, rejeição que perturba já cada uma das etapas da sua “itinerância da memória” no Leste e Norte do país, no início do mês.

Entre os manifestantes, estão, sim, representadas todas as camadas sociais, incluindo trabalhadores, desempregados, jovens que aproveitam a ocasião para darem asas à sua raiva contra o governo.

Tudo isto é bem certo. Bastará, contudo, ficar por aí, como fazem partidos e organizações de “esquerda” e de “extrema-esquerda” que aplaudem o “êxito do 17 de novembro”, uns com entusiasmo delirante por um movimento cuja direcção disputam à Frente Nacional, outros com mais moderado, mas real apetite?

Pela nossa parte, temos, como os nossos leitores sabem, um “pé atrás”: encarar todas as questões não pelo ângulo do “povo” (com que nos bombardearam todo o fim de semana), mas pelo prisma das classes sociais e da luta que as opõe.

Analisemos o significado do 17 de novembro a esta luz. Que se pode dizer do rompante dos preços dos produtos petrolíferos que esteve na génese da operação “coletes amarelos”?

Para o operário ou empregado com o salário congelado há anos; para o aposentado cuja magra pensão o governo se prepara para amputar; para a mãe de família que não consegue chegar ao fim do mês — dizer “não ao aumento de taxas sobre os petrolíferos” é a maneira de exigir mais poder de compra dos salários, pensões e subsídios sociais.

Já para o patrão da empresa de construção civil que manda 50 camiões para uma barragem no dia 17 de madrugada, para as empresas que contribuem generosamente para a logística da operação, para os meios de comunicação social, propriedade dos grandes grupos capitalistas, que apelaram sem descanso para as barragens e as chegaram a co-organizar na prática, dizer “não às taxas” sobre o petróleo é um primeiro passo que cedo se começa a ampliar: não às taxas em geral, não aos impostos, “o Estado leva-nos tudo” para pagar funcionários que não fazem nenhum, desempregados que se aproveitam, serviços públicos inúteis, pensões escandalosamente elevadas e até para ajudar os imigrantes “que o melhor era mandar para trás”. Mais, acrescentam os patrões e seus acólitos de amarelo vestidos, “não são só as taxas: temos de pagar a segurança social, as aposentações, todos os encargos sociais que nos asfixiam as empresas e nos impedem de ter lucro.” Terá o pequeno patrão que usa esta linguagem bem consciência que está simplesmente a repetir... o programa de Macron, apesar de se estar a manifestar contra ele?

Foi este discurso que dominou as barragens do fim de semana, geralmente proferido por “coletes amarelos” experientes e organizados, muitos deles militantes políticos da direita extrema e da extrema direita chegados com as suas cargas de bandeiras tricolores e de insultos racistas, os seus métodos de terror e o seu ódio do operário.

O operário, porém, o desempregado, o aposentado, a mãe de família, do que eles têm necessidade é de que abram escolas, hospitais e estações de correios, não que fechem! Precisam da sua “sécu” (segurança social), das suas pensões!

É nisso que reside todo o logro do 17 de novembro. Debaixo do colete amarelo, o operário continua a ser operário, o patrão, patrão. Para nem falar daqueles que vêm com a fralda da camisa castanha a espreitar por baixo do colete amarelo (*).

Quem tem a responsabilidade por esta extraordinária confusão? O trabalhador, o desempregado, o jovem, assim arrastados para actuar, de facto, contra os seus próprios interesses, ao lado dos seus inimigos de classe? Não: responsável é quem deu azo a esta situação.

O facto é este: os “dirigentes da esquerda” que apelaram a votar Macron em 2017 negam-se, desde essa altura, à acção unida para barrar a sua política e correr com ele, pelo respeito que têm pela Vª República, pelas suas instituições, pelo seu calendário eleitoral... e hoje ainda aumentam mais a confusão ao virem apoiar os “coletes

(*) Uniforme dos SA, secções de assalto do partido hitleriano na Alemanha nos anos vinte e trinta.

● DOCUMENTOS

>>> amarelos”. Outro facto: os dirigentes das centrais sindicais, se têm resistido, com razão, às pressões para os arastarem para os coletes amarelos, nem por isso deixam de entrar em “concertação” com o governo sobre a contra-reforma das aposentações (e as outras), em vez de organizarem a acção unida da classe para barrar tais ataques destruidores.

Os militantes do POID são partidários de correr com Macron. Têm-no mostrado durante toda a campanha pela unidade, com o lema “Macron, um ano, já basta!”, que desaguou, no dia 13 de maio último, na manifestação de muitos milhares, com esta palavra de ordem, em Paris, ao lado de trabalhadores e militantes de todas as tendências do movimento operário e democrático.

O que nós, no entanto, não somos é aventureiros. Correr com Macron, sim, mas não para substituí-lo por um tipo qualquer. Correr com Macron compete aos trabalhadores e jovens, intervindo no terreno de classe, a fim de impor a liquidação da Vª República, a eleição de uma Assembleia Constituinte soberana que rompa laços com a União Europeia e o advento de um governo operário capaz de dar remédio ao sofrimento que esmaga o povo trabalhador.

Num ponto de vista operário, a questão do poder de compra clama por medidas comuns. Será preciso lembrá-las? Citem-se por exemplo: a revogação do IVA (o mais injusto dos impostos), da CSG (contribuição social generalizada) e das exonerações de contribuições sociais concedidas aos patrões; o aumento geral dos salários, pensões e subsídios para recuperar o poder de compra perdido desde a desindexação de preços (1983); o congelamento dos preços dos produtos de consumo corrente, das rendas de casa e do abastecimento de energia; o financiamento de todas estas medidas por um aumento da tributação dos lucros das grandes empresas, a começar pela confiscação pura e simples dos 100 mil milhões de lucros das empresas do CAC40 (bolsa de Paris) em 2018; etc.

Que os “partidos de esquerda” que se meteram no 17 de novembro rompam a promiscuidade com os patrões, a direita e a extrema-direita; que os dirigentes das organizações sindicais deixem de amparar o governo, caucionando a “concertação”, e apelem à mobilização contra as contra-reformas; então, começarão, sem dúvida, a reunir-se condições, não já para a equívoca “unidade do povo” de 17 de novembro, mas para a unidade operária na, pela e para a luta de classe que há-de varrer o governo e a sua política.

O objectivo da classe operária não pode ser gritar “Macron, demissão!” na companhia de quem, na realidade, exige de Macron que ele leve a sua política até ao fim. O objectivo só pode ser correr com essa política.

Os trabalhadores não têm nada a ganhar em envergar o colete amarelo, cor dos fura-greves.

Nada têm a ganhar em brandir a bandeira tricolor, a bandeira da Vª República e, antes dela, dos versalheses que fuzilaram os 100.000 da Comuna de Paris para defender a ordem burguesa. Vermelha é a bandeira que vogueava sobre as barricadas de 1848 e 1871 e nas greves gerais de 1936 e 1968. Vermelho é, no mundo inteiro, a cor da classe operária organizada para lutar.

Vermelha é a bandeira dos trabalhadores.

24 e 25 de novembro de 2018. Resolução da DN da TCI

“1 — O imperialismo, na sua fase de decomposição, não recua ante nada para tentar quebrar a luta de classe que o ameaça. Divide, atomiza, desvia a atenção. Nos últimos trinta anos, tem valido tudo, da multiplicação de guerras pretensamente étnicas, do desmembramento da Iugoslávia, à instrumentalização da religião, o comunitarismo, o racismo. O que se quer é tentar apagar as fronteiras de classe, pôr os trabalhadores uns contra os outros e acabar por sujeitá-los aos interesses da classe inimiga, acorrentando-os a ela com os mais diversos pretextos.

2 — No âmbito desta ofensiva, a classe capitalista e os seus representantes empenham-se muito em especial em desmantelar as formas organizadas da democracia política, que é o quadro mais favorável à expressão e organização da classe operária para e por si própria. Foco particular é a vontade de atomizar os partidos operários, de um lado, as organizações sindicais, do outro.

3 — O bota-abaixo impôs-se com força no palco político francês com a eleição de Macron e o resultado obtido por Mélenchon na eleição presidencial de 2017. O “bota-abaxismo” — que despreza critérios de classe, reivindicando o desmantelamento das formas organizadas da democracia política — é um reflexo específico da ofensiva anti-operária geral do imperialismo.

4 — Esta ofensiva é tanto mais perigosa para a classe operária por ter correias de transmissão dentro das organizações de classe, mormente na forma do bota-abaixo anti-sindical. (...)

5 — Com a operação dos “coletes amarelos”, abriu-se uma nova etapa desta ofensiva de desmembramento. A sua eclosão e o seu impacto (relativo), as suas repercussões no plano político e institucional, são evidentemente um indicador do grau a que chegou a crise do regime, particularmente alimentada pelo sentimento de esmagamento de todas as camadas populares pela política anti-operária do governo, aplicando as directivas da União Europeia. Qual é, porém, a sua função? Quando o que cada classe tem a ganhar e a perder ganha crescente nitidez em todos os aspectos da situação política; quando os conflitos de classes não param de se agudizar, (...) é indispensável tentar desviar a cólera operária e popular para um terreno que não seja classista, um beco sem saída que sirva para reforçar a desmoralização, a atomização e a decomposição da resistência operária. (...)

7 — A natureza social e política de um movimento é dada pela sua composição, organização e objectivos.

A composição social do movimento dos coletes amarelos é extremamente heterogénea. Encontram-se lá uma ampla camada da pequena burguesia esmagada pela decomposição do capitalismo e pela política do governo (artesãos, comerciantes, etc.), muitos pequenos patrões, apoiados por sectores importantes do grande patronato, em todas as formas; encontram-se lá, mobilizadas enquanto tal, empresas, municípios (de preferência de direita e de extrema-direita); e também lá se encontram trabalhadores, alguns revoltados, alguns desesperados, desempregados, camadas marginalizadas pela decomposição da sociedade; tantos, decepcionados, desiludidos

pela política dos partidos de esquerda no poder ou na oposição; encontram-se, ainda, elementos desclassificados, “lumpen” de toda a espécie; e encontram-se, também, militantes políticos, nomeadamente da “extrema-esquerda”, chegados para participar na “insurreição cidadã” e procurando, com maior ou menor êxito, “mergulhar” nela os sindicatos.

Facto político marcante nestas concentrações é só ser autorizada a bandeira tricolor, acompanhada, eventualmente, pela bandeira bretã, corsa, occitana, alsaciana, etc.; único cântico autorizado: A Marselhesa. As bandeiras dos partidos e as bandeiras sindicais são proibidas e não surgiram, na prática, em parte nenhuma neste movimento (única tentativa conhecida: a da CGT de Perpignan, que aderiu com as suas bandeiras, vendo-se repelida). Ao proibir representações e a manifestação partidária e sindical, o movimento nem interclassista pode ser considerado (pois tal pressuporia a expressão das diferentes representações das diferentes classes). É um movimento de essência corporativista que serve para apagar a existência de classes e da luta de classes. Quanto à suposta espontaneidade: Mélenchon e Le Pen valorizam, cada um à sua maneira, o pretensão “movimento cidadão”, a sua “auto-organização popular”. Afirmam que os factos contradizem. Sim, no explosivo contexto da cólera que percorre todas as camadas operárias, populares e da pequena burguesia, palavras de ordem populistas e demagógicas podem permitir desviar a indignação de dezenas de milhar de trabalhadores ou de pequenos-burgueses desclassificados que têm, com certeza, espontaneamente, todas as razões e mais alguma para estarem revoltados contra o governo. Nem por isso, porém, a organização essencial do movimento fica a dever grande coisa à espontaneidade, assentando em boa parte na infra-estrutura militante de partidos de direita e extrema-direita, que aproveitam a ocasião para fazer prosperar as suas empresas políticas e cujos militantes aparecem cada vez mais no centro do dispositivo de organização dos coletes amarelos. (...)

8 — Este movimento de essência corporativista é chão fertilíssimo para a decomposição mais reaccionária, mais anti-operária, antidemocrática, totalitária.

9 — É significativo que os dirigentes das duas principais confederações sindicais se tenham recusado — pelo menos até à data — a aderir ao movimento dos coletes amarelos e a manifestarem-se ao lado dos patrões, com isso afirmando a necessidade de preservar o carácter de classe específico das organizações. Isto, apesar da pressão bota-abaxista que, dentro das duas confederações, tenta arrastá-los para aquela via. *A contrario*, há que notar o grandíssimo número de quadros e militantes destas organizações que resistem aos que tentam arrastá-los para tal aventura, que, em participando eles efectivamente nela, ameaçaria as organizações de classe de destruição. Do mesmo passo, porém, ao não abrirem os mesmos dirigentes nenhuma perspectiva no terreno de classe, continuam a receber alento a confusão, o caos político e sindical, aumentando a pressão que se exerce sobre os trabalhadores para irem ao encontro de um movimento que, por muito confuso que possa ser, surge como o único que actualmente tem expressão.

10 — Todos os períodos pré-revolucionários são caracterizados por uma radicalização fascistóide do lado dos sectores da pequena burguesia e dos sectores desclassificados da classe operária instrumentalizados contra a radicalização operária. Radicalização que se reflecte, em particular, na intensa actividade grevista que marca o país, em todos os sectores profissionais, independentemente (e apesar) de faltarem as consignas nesse sentido dos dirigentes. É uma lei da história: mais a classe resiste e combate, mais a reacção se organiza e radicaliza.

11 — Isso não quer dizer que todos os que participam no movimento dos coletes amarelos sejam fascistas, objecta-se-nos às vezes. Claro que não! A grandíssima maioria não o é. O fenómeno não é novo: ao operário alemão desempregado, desesperado pela política das direcções do movimento operário e esmagado pela política do imperialismo encarnada pelo tratado de Versalhes, não passava decerto pela cabeça, nem era seu objectivo, ao juntar-se às manifestações do partido de Hitler nos anos 1930-31, exterminar 6 milhões de judeus em campos de concentração e levar à morte na guerra 30 milhões de pessoas, dez anos mais tarde. A verdade, todavia, é que se internara por um terreno que apontava para esse resultado.

12 — Os militantes da IVª Internacional discutem fraternalmente com todos os trabalhadores, mesmo aqueles que consideram que devem envergar o colete amarelo. A nossa responsabilidade não é andar a convencer este ou aquele a deixar de o fazer, dado que compreendemos perfeitamente a relação que existe entre a política dos aparelhos — tanto os que apoiam o movimento dos coletes amarelos como os que, sem o apoiarem, não abrem nenhuma perspectiva — e o arrastamento potencial de trabalhadores para tal terreno. Compreendemo-lo e discutimo-lo fraternalmente. (...) Sabemos que todos os que participam nos coletes amarelos estão longe de ser reaccionários, ainda menos fascistas, mas sabemos que o terreno para que os arrastam é um terreno que, na melhor das hipóteses, não abre nenhuma via à classe operária, a enfraquece, a desorganiza, a desorienta; e que, no pior dos casos, alimenta as maiores aventuras contra a democracia e a classe operária. É pela luta política que procuramos contribuir para juntar os trabalhadores no terreno de classe.”

28 de novembro, *La Tribune des travailleurs* (n° 166)

“O nosso partido é operário. É nosso princípio encarar todas as questões pelo prisma das classes em presença, da defesa dos interesses específicos da classe operária, da sua organização independente. É um dos fundamentos da democracia. É condição para um combate operário virado para a emancipação. Foi por este prisma que, na semana passada, tratámos do movimento chamado dos coletes amarelos no editorial e em duas páginas consagradas ao que realmente se passou no dia 17 de novembro. Estes artigos entusiasmaram muitos leitores. Chocaram ou contrariaram alguns outros.

O nosso partido é democrático. Portanto, abrimos as nossas colunas, no âmbito da preparação do nosso IIIº congresso, a uma discussão com os leitores e militantes que deram a conhecer os seus desacordos, reservas e interrogações.”

>>>

● DOCUMENTOS

>>> 4 de dezembro, Nota do Executivo nº 118

“É evidente termos entrado numa fase de crise aberta do regime. (...) Em todos os sectores da classe operária, a questão que está em cima da mesa é a das reivindicações, da revogação das contra-reformas, do aumento geral dos salários.

Na juventude, cresce uma mobilização pela questão da revogação das reformas do liceu e do “bac” (exame final de acesso à universidade). Nos últimos dias, salta à vista — o jornal fala disso —, como todas as forças políticas institucionais se têm coligado para evitar que a crise do regime chegue longe demais. Os partidos políticos seguiram bem-comportadamente o convite do primeiro-ministro. Cada um deles fez as suas propostas de moratória, de discussão. Aguentem-se Macron, aguentem-se as instituições!

No movimento operário, assiste-se cada vez mais claramente, em ambas as confederações, a uma ofensiva de bota-abaixo aberto da parte de forças que não desistem de querer sujeitar as organizações sindicais ao movimento dos coletes amarelos e fazê-las desistir do seu carácter de classe. O populismo mostra-se, mais do que nunca, com a sua verdadeira face: a de uma empresa de negação da luta de classes.”

5 de dezembro, *La Tribune des travailleurs* (nº 167)

“Preocupados porque se estejam a fazer amál-gamas, vários leitores nos pedem que registemos que a imensa maioria dos que envergam um “colete amarelo” não pertence à extrema-direita. É indiscutível. Não menos indiscutível é nunca se ter visto — pelo menos no último meio século — tal expressão à luz do dia de uma extrema-direita descomplexada, que arvora as suas palavras de ordem racistas e anti-operárias em muitos piquetes, barragens e manifestações de coletes amarelos, chegando ao abuso físico, nem sempre suscitando a hostilidade de quem a rodeia, ou tendo mesmo a sua aprovação. O mais surpreendente é que a maior parte daqueles que são, em princípio, os seus adversários declarados, parecem para já preferir fechar os olhos. Mas factos são factos. O presidente da câmara de Béziers, o racista Robert Ménard, assiste ao conselho municipal de colete amarelo, com os eleitos da sua maioria. A câmara de Hayange: coberta por coletes amarelos depositados pela vereação dirigida pelo Rassemblement national. Na mesma linha, vários “porta-vozes”, antes de envergarem o colete, figuraram em listas da Frente Nacional, casos do do “País Catalão” e do do Vaucluse, Christophe Chalençon, excluído este depois por “demasiado racista”. Diz este que “para governar, há gente competente ao nível do exército, da polícia, da guarda, da polícia de choque”. Nas redes sociais, qualifica o islão de “religião de degenerados”. “O que é preciso é um homem de pulso à frente do governo”, como o “general de Villiers”. Encontram-se igualmente, entre os coletes amarelos, animadores da “manif para todos” ou, ainda, Yvan Benedetti, do Partido

Nacionalista Francês, bem como outros grupúsculos neonazis.

Muitos foram, aliás, os abusos registados nos últimos dias: em Brionne, no departamento do Eure, barragem à porta da empresa Rayan-S, acusada de contratar estrangeiros, recusando-se a guarda a aceitar a queixa feita. Em Grande-Synthe (Norte), uma militante do ‘Albergue dos Migrantes’ conta o que os voluntários da associação viveram: “*Também disseram com toda a clareza que se houvesse comida para os refugiados na carrinha, ‘estávamos mortos’.*”

Neste movimento, constituem-se, estruturam-se e inter-vêm enquanto tal à luz do dia grupos fascistas, nalguns casos em ligação com a polícia. Mais uma vez: haverá que calar estes factos?”

15 e 16 de dezembro de 2018. Conferência Nacional da TCI (53º Congresso da secção francesa)

“Estamos em 2018, e há um aniversário que ainda não celebrámos: o 170º aniversário da revolução de 1848. É a altura de o fazer. Em 1848, deram-se processos revolucionários em todo o continente. E duas revoluções em França, a de fevereiro e a de junho, que merecem destaque especial para os marxistas.

Fevereiro é a última revolução que, num país em que o capitalismo é dominante, vê o proletariado aceitar a direcção política da burguesia, se bem que tentando impor as suas próprias exigências sociais. Lamartine, um dos representantes eminentes daquela burguesia que aderiu tardiamente à República, atreveu-se a formular a seguinte esperança (ou ilusão) a propósito do governo provisório empossado no dia 24 de fevereiro de 1848: “*É um governo que suspende este terrível mal-entendido que existe entre as diferentes classes.*”

A burguesia esperava, pois, que a classe operária, uma vez satisfeitas algumas reivindicações democráticas, renunciasse às suas reivindicações sociais fundamentais. Porém, quatro meses mais tarde, em junho de 1848, face à recusa da burguesia — por muito republicana que fosse — em responder à aspiração legítima e fundamental da classe operária, foi a revolução proletária que se levantou contra o governo burguês democrático. A sangrenta repressão da reacção fará milhares de mortos. É, porém, escreve Marx, o momento da “*separação definitiva entre burguesia e proletariado*”.

O *Manifesto do Partido Comunista*, escrito alguns meses antes, antecipava estes processos. Desde então, todo o pensamento e acção de Marx e Engels serão, por todas as formas, virados para afirmar a necessidade de a classe operária dispor do seu próprio partido, de lutar pelo seu próprio governo, de não depositar nenhuma confiança na burguesia, mesmo quando esta é “democrática”, e só contar com as suas próprias forças e a sua independência.

Todos os que, no seguimento de Marx e Engels, das IIª, IIIª e IVª Internacionais, porão a sua luta ao serviço da constituição de partidos operários, de uma Internacional Operária, fá-lo-ão a partir desta compreensão enraizada na experiência do movimento operário: deixou de ser possível qualquer compromisso entre burguesia e proletariado, menos ainda na época do imperialismo.

Em 1848, Marx escreve uma obra, *As Lutas de Classes*

em França, a que posteriormente Engels acrescentou algumas observações. Acerca da revolução de junho de 1848, escreve ele: “O povo já não está nas barricadas para cantar: “Morrer pela pátria”. Os operários do 23 de junho [de 1848 — NdR] lutam pela sua existência, a pátria perdeu para eles todo o significado. La Marseillaise e todas as lembranças da grande revolução desapareceram. Povo e burgueses pressentem que a revolução em que entram é maior do que 1789 e 1793 (...). Foi a luta decisiva entre República vermelha e República tricolor, entre operários e burgueses (...). Só impregnada do sangue dos insurrectos de junho a bandeira tricolor se tornou na bandeira da revolução europeia, a bandeira vermelha.”

Estas palavras adquirem particular ressonância quando os trabalhadores são por alguns convidados a aderir — mas metendo a bandeira vermelha no bolso ou no lixo e com *A Internacional* relegada para as lembranças esquecidas — a manifestações cujos únicos sinais de reconhecimento autorizados são *A Marselhesa*, a bandeira tricolor e o colete amarelo. A questão não está nos símbolos. Para nós, militantes da IVª Internacional, a nossa existência não depende de símbolos, mas da compreensão de que o sistema capitalista, assente na propriedade privada dos meios de produção, arrasta a humanidade para o abismo, para a negação de todas as conquistas da civilização humana. Assenta na compreensão de que a classe operária necessita da sua própria representação política, da mesma maneira que necessita das suas próprias organizações sindicais.

Para nós, o problema não é o movimento dos chamados coletes amarelos propriamente dito. Este tipo de movimentos já tem aparecido; e continuará a aparecer; são movimentos socialmente heterogêneos, politicamente equívocos.

Nós não dirigimos a sociedade. Pode haver muitas manifestações, umas vezes progressistas, outras reaccionárias, outras ainda, insólitas. Nós, IVª Internacional, não temos que andar a contá-las. O nosso problema nem sequer é a composição social do movimento por si mesmo. Que nele participem trabalhadores não chega para determinar a sua natureza social. Às vezes, trabalhadores podem ser arrastados para movimentos inteiramente reaccionários. Por exemplo, em muitos países, mesmo em França, há algumas décadas muitos trabalhadores iam à missa ao domingo. Não foi por isso que alguém alguma vez pretendeu que a missa fosse um quadro de organização da classe operária. Socialmente, há algumas igrejas que são maioritariamente compostas por trabalhadores. Individualmente, um operário pode ser progressista ou reaccionário, racista, bêbado. Os marxistas não exaltam o operário individual por si só, alienado na sociedade capitalista. O que nos interessa é a classe como **classe para si**, como a definiram Marx e Engels, servindo-se da terminologia de Hegel. A classe, portanto, consciente dos seus interesses de classe, reflectindo-se nas instituições e organizações que a classe operária constituiu. O que a distingue **da classe operária em si**, simples adição de indivíduos postos em idêntica relação social no ponto de vista da

produção, mas sem consciência dela enquanto dela não tirarem conclusões organizadas.

Que, portanto, haja ou não operários num dado movimento é uma característica meramente sociológica, destituída de significado político particular. (...) A nossa preocupação é com o que é útil à classe “para si”, organizada como classe em oposição à classe capitalista, organizando a sua luta de classe pelas suas reivindicações imediatas e pelo poder. Neste ponto de vista, a principal característica dos coletes amarelos é o rejeitarem a classe operária organizada. Com raríssimas excepções, quem lá tentou ir como partido ou sindicato foi intimado a dar meia volta. Com toda a lógica, dado só lá se permitir uma bandeira, a bandeira tricolor (mais, às vezes, bandeiras monárquicas e regionalistas), e um cântico, *A Marselhesa*, logo, a unidade da nação e a negação das classes (e da luta de classes).

Quando a característica principal de um movimento consiste em proibir no seu interior todas as formas de expressão organizada da classe operária, poder-se-á ignorar esse significado político anti-operário, conquanto o movimento se componha em parte de operários?”

(Excerto do relatório introdutório)

7 de janeiro de 2019, Nota do executivo n° 122

“Este país entrou numa situação cada vez mais complexa, instável, num contexto de crise económica mundial em que o governo está disposto a ir até ao fim e a ameaçar, portanto, até, a sua própria existência, se isso for preciso para responder às exigências do capital. Pois, contraditoriamente, há as greves operárias que alastram. Na direcção nacional, debruçámo-nos, em particular, sobre as características da greve vitoriosa do Hyatt Park Hotel com as organizações sindicais e sobre o que foi acontecendo no ensino antes das férias. A verdade é que esta situação, em que o surto da luta de classes se depara com a ofensiva de decomposição em toda a linha contra o movimento operário, se explica por um duplo vazio: por um lado, a ausência de qualquer perspectiva política à esquerda, com as derivas cada vez mais aceleradas do populismo; por outro lado, o desatar da ofensiva, no interior das próprias organizações operárias, para sujeitá-las à disciplina dos coletes amarelos e, portanto, renunciar ao seu carácter de classe.”

9 de janeiro, Editorial de *La Tribune des travailleurs* (n° 171)

“Por muito que desagrade aos nossos críticos, os trabalhadores não confundem os sindicatos por eles construídos na sua luta de classe com a política das respectivas direcções. É esta legitimamente susceptível de discussão, aprovação ou contestação pelos sindicalizados (mormente quando se enquadra na concertação com o governo sobre as contra-reformas) — tal em nada impede os trabalhadores, pelas greves e outros movimentos de classe (e nas eleições profissionais), de manifestarem o seu apego aos sindicatos. Estes pertencem-lhes, com efeito, são os instrumentos do seu combate de resistência. (...) Pela nossa parte, permanecemos fiéis ao que nos ensinaram os que vieram antes de nós, a saber que “*durante uma luta mais do que secular em defesa dos seus interesses (...), a classe operária edificou organizações, partidos e sindicatos, que a unem perante a classe capitalista*”,

● DOCUMENTOS

>>> razão por que “a existência dessas organizações e a preservação da sua independência sempre revestiram importância fundamental.” (Pierre Lambert, *Itinéraires*).

20 de janeiro, Apelo do IIIº Congresso do POID

“Sim, a política que Macron leva a cabo é uma política de classe, a política que lhe ditam banqueiros, capitalistas, especuladores e a União Europeia.

A esta política de classe consideramos nós urgente que se oponha outra política de classe. Uma que se concentra numa palavra de ordem muito simples: “*Não toquem nos nossos regimes de aposentação! Retirada do projecto de reforma do governo!*”. E, também: retirada de todas as contra-reformas que atingem a SNCF, o direito laboral, os serviços públicos e a instrução pública. É indispensável a unidade dos trabalhadores e da juventude. Há que bloquear esta ofensiva do governo, e não há mil caminhos: a greve geral operária é o único meio para defender e preservar os interesses do povo trabalhador face a uma minoria de aproveitadores e especuladores cuja única preocupação é engordar os seus lucros.

Ouve-se de todos os cantos: não há perspectiva política. Sim, há perspectiva política. Correr com Macron, mas não só isso: correr com a Vª República e as suas instituições antidemocráticas, acabar com os ditames da União Europeia, revogar os tratados e formar um governo operário que tome as medidas indispensáveis para a preservação do povo trabalhador.”

22 de janeiro de 2019, Nota do executivo nº 124

“Ajudar a luta de classe começa por ser ajudar a greve e os delegados eleitos a romperem, as assembleias gerais, as formas de auto-organização da classe operária quando ela se agarra às suas reivindicações e aos seus sindicatos. A crise do regime aprofunda-se de dia para dia, a começar nas “barracadas” da criação do “grande debate” organizado por Macron e a acabar nos intermináveis episódios do caso Benalla, etc. Não menos indiscutível é que se vai reforçando e diversificando o dispositivo de todos os aparelhos políticos e dentro do movimento operário para salvar o regime e respeitar o calendário eleitoral e, com ele, o calendário das contra-reformas.”

30 de janeiro, Editorial de La Tribune des travailleurs (nº 174)

“Nestes últimos dias, os coletes amarelos deram à luz um partido político e uma lista às eleições europeias. (...) A iniciativa teve o aplauso de Ian Brossat, cabeça de lista do Partido Comunista Francês para as europeias: “*Digo-lhes*

welcome (...). Estou ansioso por ver o programa deles e poder debater com eles.” Idêntica aprovação de Fabien Roussel, secretário nacional do mesmo partido, que acha positivo os coletes amarelos “*organizarem-se*”, animando-os a “*encontrar candidatos*” e “*dotarem-se de um programa*”. Manon Aubry, que encabeça a lista de La France insoumise às europeias, partilha este entusiasmo: “*É sempre boa notícia ver as pessoas a empenharem-se politicamente e promoverem temas ligados à justiça fiscal, à partilha do poder e da riqueza, ecoando as propostas que temos feito há bastante tempo.*” Quanto ao porta-voz do governo, Benjamin Griveaux, vê um “*processo interessante*” felicitando-se por o debate “*se fazer nas urnas, de cara descoberta*”.

Em suma, universal tranquilização: as coisas parecem estar a regressar à ordem... das instituições, com cada um convidado a participar bem-comportadamente no jogo eleitoral e a deixar-se do que, a certa altura, pôde dar a ilusão de uma vontade de ruptura. O que, como se vê, se aplica também aos que se troavam a respeito da “*revolução cidadã*” e outras “*insurreições republicanas*”.

Para concluir (provisoriamente)

Uma vez mais: todos os documentos aqui citados estão à disposição dos nossos leitores.

Eles estabelecem a validade do método do marxismo. Ao analisar a situação baseando-se nos princípios, a secção francesa da IVª Internacional — recusando-se a ceder às modas e à opinião pública oficial (tanto dos meios de comunicação às ordens como dos aparelhos) — definiu a natureza do movimento dos chamados coletes amarelos num ponto de vista clasista.

Claramente determinou diante dos trabalhadores que a questão central era a da independência do movimento operário, o qual não se pode dissolver e aceitar que desapareçam as fronteiras de classe.

Tendo preservado a sua própria independência, ela pôde organizar, segundo os princípios da democracia operária, a discussão com os trabalhadores, militantes e jovens a braços com uma situação complexa.

Guiando-se pelos processos reais que corriam na classe operária e no tenteante movimento grevista, ela pôde tomar iniciativas independentes, tanto na luta de classes directa como nas discussões internas das organizações do movimento operário e, ainda, no terreno da reunião de força política na luta para acabar com o governo capitalista.

ARGÉLIA

Crise Aberta

Algumas notas sobre a crise de decomposição do regime, o ascenso das lutas operárias e populares e a construção do partido operário revolucionário. A *Internacional* publica a presente contribuição recebida de um militante argelino, que, datada de 16 de fevereiro, não podia ainda integrar as manifestações sobrevindas no dia 22 de fevereiro, contra o quinto mandato.

Em menos de quinze dias, Abdelaziz Bouteflika levantou três interrogações que pesavam sobre a vida política do país e estavam na gênese da crise que se foi tecendo durante o verão passado. A próxima eleição presidencial desenrolar-se-á, pois, no dia 18 de abril. A convocação do eleitorado dentro dos prazos foi anunciada por simples comunicado de imprensa. O presidente em exercício volta-se a candidatar a suceder a si próprio, num eventual quinto mandato. Acompanham a candidatura, entretanto, duas propostas anunciadas em carta de Abdelaziz Bouteflika “à nação”: uma reforma constitucional que criaria o posto de vice-presidente, suprimindo, assim, fisicamente, a ausência do Bonaparte da esfera pública, e a organização de uma “conferência nacional de consenso inclusivo” consagrada à elaboração das futuras “reformas económicas”; na prática, para avaliar os planos anti-operários a levar a cabo depois das eleições, já nas gavetas do FMI e do Banco Mundial. As forças essenciais do regime e o imperialismo puseram-se de acordo quanto a este projecto global, como solução menos dispendiosa num período em que se acumulam na sociedade cargas explosivas. A eleição será plebiscitária. O objectivo é idêntico ao de sempre: que o Bonaparte suceda a si próprio. Todos os outros cenários evocados nos últimos seis meses — outro candidato do regime, adiamento da eleição, reforma constitucional antes da eleição, etc. — foram liminarmente abandonados. O simples facto de se ter falado neles é sinal do embaraço do regime e do imperialismo (com os Estados Unidos e a França como primeiros interessados) quanto à via a seguir⁽¹⁾.

A estreitíssima via escolhida acaba por ser um sintoma do grau de crise do regime. Os quatro partidos da aliança presidencial, a FLN, o RND, o TAG e o MPA⁽²⁾ resolveram pedir a Abdelaziz Bouteflika — praticamente ausente da vida política desde 2013, data do seu AVC, sendo a sua precária saúde ela própria essencial elemento da crise do regime — que se apresentasse como candidato à sua própria sucessão, fazendo calar outras personalidades que, lá dentro, ambicionavam candidatar-se. O secretário geral da UGTA⁽³⁾, nos seus próprios termos “soldado do presidente cessante”, e o patrão dos patrões lançaram o mesmo apelo. O MPA, quarta componente da aliança presidencial, fez durante algum tempo grupo à parte, recusando-se a fazer o apelo — o seu presidente, Amara Benyounes, ficou

irritado por se obrigar “um cidadão argelino (Abdelaziz Bouteflika) a candidatar-se” — até que se resolveu e se juntou aos outros partidos no terreno, arranjando assinaturas para patrocinar Abdelaziz Bouteflika.

Abdelaziz Bouteflika é ainda, por força das suas prerrogativas (já que concentra formalmente todos os poderes), posto que terrivelmente enfraquecido (diz-se que a função presidencial está dispersa, embora ninguém o possa afirmar com certeza), continua a ser “senhor do tempo eleitoral e do tempo político”. Tem em mãos todas as alavancas para conseguir formalizar a sua eleição. É senhor de todos os instrumentos: o Conselho Constitucional, cujo novo presidente ele acaba de nomear, a comissão eleitoral (cuja composição acaba de ser mudada), a administração e o governo. Através do Conselho Constitucional, tem até a possibilidade de escolher os seus adversários. As decisões do Conselho não são passíveis de apelo. No dia D, no terreno, quem se encarregará de escrutinar os resultados serão magistrados — especialmente os ligados à procuradoria, com carreira, portanto, dependente do ministério da justiça. Por este ângulo, a eleição de 2019 é irmã gémea da anterior. Está fechada a cadeado. Não obstante, viu-se a burguesia e o imperialismo publicamente divididos quanto às soluções para assegurar a sobrevivência do regime. Com efeito, o contexto não podia diferir mais do da eleição de 2014, e isso, pelo menos, quanto a quatro factores: crise do regime, crise económica, surto de lutas populares e forte sentimento de rejeição da eleição presidencial entre a população. Não há comparação com o escrutínio anterior.

Desfizeram-se talvez três incertezas, mas sem isso servir nem de mata-borrão nem de barragem para a profunda crise de decomposição do regime. Ela lá está, lavra. Pode surgir sem ninguém esperar, mas a um nível superior, ocasionada por incidentes internos ao regime (a escolha da personalidade prevista para ocupar a posição de vice-presidente só poderá ser aceite com dor) ou por uma nova queda súbita dos preços do petróleo no mercado internacional, agravando mais ainda a crise económica; ou então incidentes na sociedade: desde o anúncio da candidatura do presidente actual, os estádios de futebol transformaram-se em templos da contestação; todos os dias, em todas as regiões do país, organizam-se concentrações de jovens contra o “quinto mandato”; depois de uma primeira concentração em plena estação de metro, uma segunda

(1) Dois sinais da hostilidade da França a uma nova candidatura de Abdelaziz Bouteflika: a saída do livro de um ex-embaixador francês em Argel, “rev-elando” que “o presidente argelino era mantido vivo artificialmente”; e a visita a Argel do presidente francês continua por realizar.

(2) FLN (Frente de Libertação Nacional), RND (União Nacional Democrática, saída de uma cisão da FLN), TAG (Partido da Esperança, saída de uma cisão do MSP, outro partido islamista), MPA (Movimento Popular Argelino, saída de uma cisão do RCD).

(3) UGTA (União Geral dos Trabalhadores Argelinos, fundada em 1956 e integrada no aparelho de Estado desde 1964).

● ANÁLISE

>>>

está para ocorrer no próximo dia 22 de fevereiro, enquanto a intersindical da educação nacional organiza nova greve geral nos dias 26 e 27 de fevereiro. Em tais condições, o equilíbrio interno das forças no poder é de tal maneira frágil, que poderá vir a ser necessário desfazê-lo para poder salvar o essencial, antes como depois da eleição presidencial.

O exército, coluna vertebral do regime, está dividido...

O chefe do Estado-Maior, Gaid Salah, não esperou muito tempo para deitar às urtigas o princípio da neutralidade do exército em matéria política, por ele defendido meses a fio, percorrendo o país. Recomeçou a sua volta das capelinhas da Argélia para dizer como achava bestial o balanço, em todos os domínios, de Abdelaziz Bouteflika. A sua entrada na arena foi forçada: é que o exército está dividido.

Liamine Zeroual, o ministro da defesa e, depois, chefe de Estado no período de 1993 a 1999, distanciou-se clara e publicamente da candidatura do presidente cessante. Declarou ele: “*Chegou o momento de os jovens argelinos tomarem o seu destino nas suas próprias mãos.*” Na vida política argelina, é inédito um ex-oficial superior do exército opor-se publicamente à candidatura do presidente cessante oficialmente apoiado pela hierarquia militar. Nunca visto que Ali Guediri, major general acabado de se reformar, passasse por cima dos ameaçadores conselhos do chefe de Estado-Maior Gaid Salah, três vezes solenemente repetidos, de acatar a obrigação de recato, lançando-se sem esperar na corrida à presidência. Candidato à candidatura (escusado é esclarecê-lo), pois, para poder, não basta querer. É preciso preencher condições muito estritas para ter a sanção do Conselho Constitucional, cujo veredicto não tem apelo. Na passada, a candidatura de Ali Guediri dá um empurrão a todas as outras, nomeadamente à do presidente cessante (que só estava para dar constância da sua candidatura no dia 24 de fevereiro), compelindo-o a reagir mais rapidamente do que se previa. Fica pública e notória a divisão da instituição militar a respeito das soluções a arranjar para sair da crise. Resta ao ex-major general e às forças que o apoiam um breve período para, se não impor a sua candidatura, pelo menos pesar nas decisões finais do regime.

Esta candidatura engendra uma interrogação: irá Ali Guediri até ao fim, ou é só uma candidatura para fazer pressão — mas por conta de quem? — sobre as forças essenciais do regime que o candidato à candidatura não põe em causa? Na sua longa declaração de intenções, Ali Guediri escreve claramente: “*Este grande desafio [a sua candidatura] enquadra-se, para a sua realização, num projecto inovador, articulado em torno de um objectivo: ruptura sem renegação.*” Numa das suas mais recentes entrevistas, esclarece o seu pensamento e, por conseguinte, os seus objectivos: “*O sistema político que fez o país funcionar desde a independência tinha uma certa coerência de conjunto, tinha os seus actores, o seu modo de funcionamento, a sua lógica e uma finalidade. O que estamos vivendo denota de maneira flagrante a finitude deste sistema. Para abreviar, direi simplesmente que um homem, seja ele qual for, não pode fazer um sistema.*”

No documento programático publicado pela imprensa, dá à acta os seus projectos económicos. Escreve: “*Comprometo-me a romper com o discurso demagógico, as práticas populistas e a distribuição politicamente interessada de renda.*” O que está por trás desta frase é nada mais, nada menos do que um xeque às regalias dos trabalhadores, nomeadamente do apoio do Estado aos produtos de primeira necessidade, nos termos recomendados pelo FMI e pelo Banco Mundial e adoptados pelo governo para aplicação depois das eleições.

Como se vê, estamos longe da apresentação da personagem feita pelos seus correligionários, entre os quais os responsáveis do diário *El Watan*⁽⁴⁾. Não é uma candidatura de ruptura com o regime. Milita pela sua continuidade, mas com pessoal novo, que restabeleça a “*coerência de conjunto, o modo de funcionamento, a lógica e a finalidade*”. É muito simplesmente um caso clássico de luta da “coluna vertebral” (concretamente, uma parte desta) contra o Bonaparte, para assentar ou reassentar o regime ou, pura e simplesmente, recuperar um lugar dominante nele. As forças que dão a Ali Guediri coragem para avançar são perfeitamente identificáveis. São elas, em primeiro lugar, forças internas ao exército, oficiais superiores no activo ou afastados nos últimos vinte anos pelo Bonaparte para o deixar ser presidente a parte inteira. Por interesses próprios, recusam a subordinação da instituição militar ao Bonaparte. Procuram devolver-lhe o lustro de outrora. A última campanha “mãos limpas”⁽⁵⁾, contra a qual se insurgiram, propiciou, sem dúvida, a sua emergência e a sua determinação. São, depois, determinadas forças, impropriamente baptizadas “da sociedade civil”, que abrangem a esmo uma parte do patronato — com traços compradores muito marcados, furiosa igualmente com a situação que lhe é criada na atribuição dos contratos estatais e com o bloqueio dos seus projectos —, uma boa parte da imprensa, correntes neoliberais.

O imperialismo, que não põe todos os ovos no mesmo cesto, não vê esta candidatura com maus olhos. Vai-lhe servir de meio de pressão suplementar sobre o regime, se for preciso, para pôr em causa as poucas “medidas de patriotismo económico”, nomeadamente o controlo, muito parcial, do comércio externo e as condições de investimento do capitalismo estrangeiro, conforme pretendido pelo FMI e pelo Banco Mundial. Neste aspecto, o regime antecipa-se. O ministro da energia anunciou que “*a norma dos 51/49 não é o Corão*”.

Nada há, portanto, de surpreendente em que Ali Guediri receba diplomatas americanos (recusou-se a pronunciar-se sobre a situação na Venezuela), em que o sítio de informação contínua “Algérie patriotique”, pertencente ao filho de Khaled Nezzar, antigo chefe de Estado Maior, considere que o ex-oficial superior é “*uma esperança para a Argélia*”, em que seja recebido por Issad Rabrab, chefe do maior grupo económico privado, em que os seus primeiros apoios de peso na sociedade viessem do advogado Mokrane Ait Larbi, um dos fundadores da Liga dos Direitos Humanos e do RCD, e da porta-voz da Moutawana — um pretensio movimento de cidadãos — há meses essencialmente empenhada em lutar contra uma candidatura Bouteflika e, por fim, que a sua campanha seja abertamente conduzida por vários órgãos de informação, incluindo os da corrente neoliberal. Todas estas forças que estão à

(4) Todos os diários privados torcem pelo ex-oficial superior, com excepção de *L'Expression*, que vai pelo presidente cessante. Nunca a palavra “independente”, utilizada, nomeadamente, pela imprensa internacional para definir o estatuto da imprensa privada, foi tão mal empregada.

(5) Esta nova operação pretensamente anticorrupção sobreveio à descoberta de várias toneladas de cocaína em carne importada do Brasil.

sombra ou ao lado de Ali Guediri convenceram-se de que havia que fazer esta batalha em função da observação de que, desta feita, “*tudo leva a crer que o povo parece decidido a não se deixar enganar*”. Assombra-os, também, a revolução tunisina. Em seu nome, escreve Rachid Benyelles, ex-oficial superior: “*Os riscos de movimentos sociais acompanhados de violência são cada vez mais elevados (...), a força armada nem por isso se premune contra uma insurreição popular e uma viragem da situação, como aconteceu na vizinha Tunísia, onde o regime policial de Zine el-Abidine Ben Ali foi corrido em poucos dias.*”

A oposição, fora-de-jogo, por insignificante...

Os principais partidos políticos, erradamente classificados como “de oposição” tanto fizeram, nestes meses mais recentes, para contribuir para assegurar a continuidade do regime, que se vêem impotentes ou atados de pés e mãos para poderem encarar lançarem-se na corrida. Mesmo o apelo a uma candidatura única da oposição, lançado por um dirigente islamista, ficou, para já, sem eco.

Mouloud Hamrouche, que, na sua qualidade de “*maior esperança*” liberal, antigo chefe de governo, serviria para o efeito, saiu recentemente de um longo silêncio que impôs a si mesmo por “*lucidez*” sobre a realidade do poder, com uma longa contribuição escrita sobre a construção do Estado, cujo único interesse político consiste na confirmação de que não fará nada se o exército apelar para ele como salvador supremo. Para decepção dos seus nostálgicos partidários, recrutados em grande parte entre os liberais mais vigorosos e que, dotados de memória, se lembram de ele ter sido o único a tentar varrer brutalmente todas as regalias sociais vindas da luta pela independência, nomeadamente o carácter público de centenas de empresas, com o argumento de que tais reformas punham em questão a “*economia da renda*”. “*Ou vai ou racha*”, dizia na altura. Em treze anos de abstenção política, Mouloud Hamrouche nunca tentou construir uma força política, mesmo quando Hocine Ait Ahmed lhe “ofereceu” generosamente a cabeça da FFS. Preferiu-lhe os costumes do regime, assim descritos pelo falecido Houari Boumediene no livro que lhe consagrou Paul Balta, correspondente do jornal *Le Monde*, recentemente falecido: “*Amuar e esperar, sem fazer nada, que venham chamar outra vez por ti.*”

“*Amuar e esperar*” é coisa que Ali Benflis, ex-secretário geral da FLN, ex-director do gabinete de Abdelaziz Bouteflika, sabe fazer e continua a fazer, não obstante ter fundado um partido político depois de ser expulso. Um partido que lhe serve, desde 2004, para poder fazer campanha eleitoral de cinco em cinco anos, quando lhe dão licença para participar. A candidatura a candidatura de Ali Benflis foi anunciada no domingo, 20 de janeiro. Ocupa o mesmo espaço e a mesma utilidade política da de Ali Guediri, ainda que mobilizem, a priori, forças diferentes. Nem mais nem menos. Poderão conjugar-se, mas nesse caso, enfraquecer, ou eliminar-se mutuamente.

“*Amuar e esperar*” é o que faz também Ahmed Benbitour, antigo primeiro-ministro de Abdelaziz Bouteflika. Recusou todos os pedidos para se candidatar, em nome da

luta para realizar uma “*frente nacional de salvaguarda*”.

A corrente islamista já não é o que era, eleitoralmente. Está igualmente dividida. Várias formações deram o seu apoio ao presidente cessante. O MSP⁽⁷⁾ continua a ser o partido islamista legal mais importante da corrente. A sua influência reduziu-se consideravelmente por causa das suas participações no executivo governamental e, a seguir, de dele sair, com a consequência de uma cisão significativa. O MSP já não é adversário do regime. Ainda que formalmente na oposição, luta pela sobrevivência. Abderrazak Makri, o seu presidente, que poderá beneficiar de uma “wild card” para abril próximo, é o responsável político que procurou aplicadamente prolongar o mandato anual do presidente Bouteflika. Reagindo à convocação do eleitorado, voltou a oferecer os seus serviços para o pós-eleições. O MSP, na realidade constituído por três fracções, sairá dividido, já que Aboudjerra Soltani, um dos seus principais dirigentes, antigo ministro, declarou apoiar a candidatura de Abdelaziz Bouteflika.

O RCD⁽⁸⁾ e a FFS⁽⁹⁾, essencialmente implantados na Cabília, tomaram praticamente a mesma posição. O RCD decidiu rejeitar aquilo que considerou ser “*mais uma operação de designação de um chefe de Estado*”, acrescentando que “*o impasse histórico do sistema político que rege o país desde 1962, confiscando a vitória do povo argelino contra a França colonial, não deve acabar no caos.*” Ou seja: não se apoia nenhum candidato declarado nem se apresenta candidato saído das próprias fileiras. O seu secretário geral fez uma aparição notada, ao criticar duramente as poucas posições tomadas por Ali Guediri (nomeadamente a favor da pena de morte) e Issad Rabrab, pelo apoio político e logístico dado ao ex-oficial superior.

A FFS decidiu boicotar “*activamente*” a eleição. Na realidade, por trás do termo “*boicote activo*”, na aparência muito radical, leia-se “*abstenção*”, já que não existem condições para um boicote activo em parte nenhuma do país. Esta posição da FFS era esperada desde a realização do seu conselho nacional, durante o verão. Ela adoptara uma resolução afirmando “*a sua disponibilidade*” para participar num “*consenso nacional*” depois das eleições. Até lá, a FFS “*considera que as condições para um eleição democrática, livre, honesta e transparente não estão reunidas. Assim sendo, a FFS não apresentará candidato e não apoiará nenhum candidato, dado que a participação serve apenas para dar uma falsa fachada democrática a um escrutínio fechado à partida a favor do candidato do regime*”. Só que o partido está em crise de cima a baixo. A crise liberta forças que querem alterar com o regime. Há militantes que se juntam à revelia da posição oficial do partido com um texto que manifesta a vontade de voltar ao programa original: “*Responder aos desafios políticos, encurralando o poder para que se criem condições políticas para a eleição da Constituinte, que é a solução para a crise e base para a instauração da 2ª República.*” Pelas mesmas razões, seis vereadores da FFS largaram o presidente da câmara, da FFS, de Béjaia. Durante o verão, a direcção do partido expulsou vários deputados e responsáveis locais da FFS, acusados de apoiarem Salima Ghezali, deputada, antiga conselheira do dirigente histórico do partido, Hocine Ait Ahmed e directora do jornal do partido, que dirigira uma

(6) Movimento dirigido por antigos ministros.

(7) MSP (Movimento da Sociedade pela Paz), criado por Mafoud Nahnah, antigo terrorista nos anos oitenta, entretanto arrependido.

(8) RCD (União pela Cultura e pela Democracia, saída de uma cisão do FFS), partido implantado, essencialmente, na Cabília. É um partido burguês liberal, alinhado com o imperialismo. Última posição tomada: a favor de Juan Guaidó na Venezuela.

(9) FFS (Frente das Forças Socialistas). Com a FLN, mais antigo partido argelino, membro da IIª Internacional. Nem por isso é um partido operário-burguês, mas antes uma organização interclassista, dada a sua identificação muito forte com o combate berberista.

● DISCUSSÃO - DOCUMENTOS

>>> carta aberta particularmente virulenta ao chefe de Estado-Maior Gaid Salah.

O MDS⁽¹⁰⁾, saído de uma cisão do PADS, um dos dois partidos estalinistas que sucederam ao PCA, apresenta um candidato à candidatura. A fraqueza do movimento torna quase impossível obter o beneplácito do Conselho Constitucional. Formalmente, o seu projecto previa o combate “*para acabar com o sistema que está a espoliar a Argélia e a fragilizar o Estado, caminhar para um amplo governo de trabalho e um Estado de direito. A nossa economia assenta no import-import, na fuga de capitais e na sobre facturação. Cinquenta por cento da economia nacional está fora do controlo do Estado. Há, por conseguinte, um problema de soberania. Um governo de trabalho centrará as suas escolhas no investimento. Livrar-nos-á do import-import.*” É preciso traduzir esta prosa: o MDS é partidário de “uma economia de mercado social e ética” e, nesse âmbito, pronto para entrar num governo de ampla união nacional.

O Partido dos Trabalhadores⁽¹¹⁾ é o único que oferece uma alternativa à população, opondo “*a convocação de uma Assembleia Constituinte soberana*” a todas as outras pretensas soluções de saída da crise. A sua participação ou não na eleição, questão, para o PT, táctica, será decidida antes do mês de fevereiro. O último comité central da formação dividiu-se em três tendências: pela não participação, pela apresentação de uma candidatura e, por fim, por esperar antes de decidir. Louisa Hanoune, secretária geral do partido, advoga, pela sua parte, a “não participação”. As três tendências fazem a mesma análise da situação política e têm uma visão comum da campanha (pela Assembleia Constituinte soberana) a fazer com ou sem candidato. Durante a sua mais recente presença ante os meios de comunicação, a abrir a reunião do secretariado, Louisa Hanoune pronunciou, segundo a imprensa, um autêntico requisitório contra o sistema, interpretado como reorientação da linha política do partido. O PT abandona, com efeito, a “súplica” ao presidente cessante para convocar a Assembleia Constituinte soberana em proveito de uma orientação que faz da mobilização do povo trabalhador por esta palavra de ordem o eixo da sua linha política.

A Crise de Decomposição do Regime...

Antes de serem tornadas públicas a data das eleições e a candidatura do presidente cessante, o regime e a burguesia viam-se a braços com um crise profunda, com as suas diferentes componentes divididas quanto às políticas a levar a cabo, num cenário de crise económica de grande magnitude e lutas operárias e populares em crescendo. A publicidade dada a este choque só se tornou possível pelas falhas criadas, que tenderam a ampliar-se em consequência da intensidade das trocas de galhardetes e da qualidade das personalidades em liça. O regime está sem fôlego e no limite das suas capacidades; decompõe-se.

O que resta, realmente, do “flamejante” regime bonapartista de abril de 1999⁽¹²⁾, assente no princípio do salvador supremo, alcandorado acima das classes para melhor defender os interesses da burguesia, à pala do interesse geral?

Hoje, vinte anos mais tarde, Abdelaziz Bouteflika não passa de um Bonaparte fantasma. Uma caricatura de Bonaparte, uma caricatura de si próprio. O seu estado de saúde é um factor objectivo da situação política. O seu quase desaparecimento da vida pública formal alimenta a crise do regime. A “sociedade” constituída na sua esteira depois da vitória de abril de 1999, que nunca parou de se desenvolver, pesa com todo o seu peso para que a resposta às “recomendações” do FMI e do Banco Mundial seja positiva. O Bonaparte inspira cada vez mais desconfiança na sua capacidade de governar sem causar desordem. As forças reputadas mais próximas do Bonaparte mostram-se incapazes de disciplinar friamente todas as componentes do regime. O exército, a polícia e a guarda, coluna vertebral do regime, foram decapitados durante o verão no altar da pretensa luta anticorrupção. As condições especialmente brutais e humilhantes em que dezenas de ex-oficiais superiores foram demitidos das suas funções e, nalguns casos, encarcerados, criaram divisões que se têm aprofundado. O presidente da Assembleia Popular Nacional foi destituído sob pressão das mesmas forças, violando assim a Constituição deles e o regulamento interno da assembleia. Empurrado, o secretário geral da FLN, em nome de quem o poder é formalmente exercido, demitiu-se inopinadamente. O seu substituto foi designado a mata-cavalos no meio da confusão, virando abertamente costas aos estatutos do partido. O próprio governo está fracturado. Nunca visto: o ministro da justiça a acusar publicamente o seu primeiro-ministro, responsabilizando-o pela política de austeridade, pela liquidação de milhares de empresas públicas durante a década de 90 e por meter na prisão os seus quadros superiores para facilitar a operação.

O regime está, pois, em crise, sobrevive graças às prerrogativas do Bonaparte, mas também porque todas as forças políticas e o imperialismo estão empenhados em mantê-lo e garantir a sua continuidade, com algumas mudanças formais, se necessário. É-o.

Economicamente, predomina, por uns tempos, o imobilismo. A indecisão revelada pelo círculo mais próximo do Bonaparte, ao ver a mais pequena decisão tomada em seu nome acabar por se virar ao contrário, desorganiza cada vez mais as instituições do Estado. A lei orçamental para 2019, assinada no final de dezembro, não passa de uma cópia exacta das que têm sido adoptadas desde 2015, data em que se inaugurou uma política de austeridade com o objectivo de fazer com que os trabalhadores e as camadas populares paguem o fracasso do regime, a braços com uma grave crise económica, causada pela queda significativa dos preços do petróleo no mercado mundial e pela crise económica mundial emanada dos Estados Unidos em 2008. As reservas cambiais do país “caíram para cerca de 79.800 milhões de dólares”, segundo o primeiro-ministro. Em 2015, eram de cerca de 200.000 milhões. O governo vê-se obrigado a recorrer à emissão de papel, 40.000 milhões de dólares, única hipótese para fazer face à situação. Alguns projectos do planos de obras públicas foram congelados. Os salários estão congelados. O desemprego atingiu um record oficial de 12%, embora, na realidade, se deva presumir no dobro. Na função pública, a criação de emprego é proibida. Esta medida foi ampliada a todas as empresas públicas. Esta política tem alimentado um ascenso

(10) MDS (Movimento Democrático e Social). Partido estalinista nascido da explosão do PADS (Partido da Vanguarda Socialista), este por sua vez surgido para dar continuidade ao Partido Comunista Argelino desde 1966. O MDS, como o PADS (Partido Argelino para a Democracia e o Socialismo), o outro partido resultante da cisão, converteu-se à economia de mercado.

(11) PT (Partido dos Trabalhadores), o partido mais importante entre as organizações operárias.

(12) Abdelaziz Bouteflika foi eleito para um primeiro mandato em abril de 1999.

das lutas populares e operárias inédito desde o início dos anos 2000. O espectro da revolução tunisina, abertamente evocado pelos oficiais de alta patente na reforma, incitou à prudência o círculo restrito directamente ligado ao Bonaparte, que, contra a vontade expressa do primeiro-ministro, impôs uma lei orçamental para 2019 que não inclui novos apertos do torno da austeridade nem prevê novas operações de privatização de empresas públicas — adiando-as, todavia, para depois da eleição presidencial.

O imperialismo, actor importante, enfiou pedras em todos os sapatos, de modo a ter a certeza de ganhar sempre, para onde quer que as coisas virem. A pretensa luta antiterrorista permitiu-lhe concentrar algumas das suas forças (francesas, mas também americanas), com a bênção da ONU e da NATO, na fronteira sul do país, onde passaram a circular livremente grupos armados vindos da Líbia e da Síria. A recentíssima visita do primeiro-ministro israelita ao Chade participa desta estratégia. Benjamin Netanyahu propôs ao presidente do Chade que o exército israelita defenda as suas fronteiras.

Todas as componentes da cúpula da sociedade argelina sossegam o imperialismo: os planos elaborados pelo FMI e pelo Banco Mundial serão levados a cabo a seu tempo. A Argélia é considerada pelas instituições financeiras do imperialismo como o “bom aluno da turma”. Todos e cada um receiam, porém, que a maneira escolhida para gerir a situação acabe, contra o pano de fundo do ascenso das lutas populares e operárias, por provocar uma explosão social geral e nacional.

A imprensa argelina afere correctamente uma parte dos sentimentos populares na presente conjuntura. Assim, *El Khabar*, o grande diário de língua árabe, considera, fazendo-se eco das sondagens no terreno, que “*Bouteflika assassina as presidenciais e anula a mínima esperança de uma eleição aberta*”. Os cidadãos interrogados diziam-se impressionados pelas patéticas imagens de Bouteflika, da última vez que aparecera em público, no dia 1 de novembro, ar ausente, incapaz de se mover. Vários dirigentes políticos falam de uma “*decisão irresponsável*”, de um “*golpe de força*” que afecta a “*dignidade cidadã*”, “*a Argélia acaba de entrar numa fase que anuncia tumultos, confrontações e derivas securitárias*”, “*a rua pode reagir*”, a eleição pode “*acabar em desordens que nenhuma força nacional interna ou externa ao sistema será capaz de canalizar*”.

O regime não faz mistério de se estar a preparar para isso. Enviou aos prefeitos uma circular a incitá-los a reprimir todos os ajuntamentos. Foi por não ter impedido os primeiros ajuntamentos de protesto que o director geral nomeado no verão foi saneado e substituído pouco depois por um polícia de alta patente, a quem o ministro do interior atribuiu a “*missão de garantir a segurança da eleição presidencial*”. Ahmed Ouyahia, o primeiro-ministro, sossega: “*O Estado demonstrou no passado que é capaz de controlar a rua.*”

As massas operárias combatem, mas sofrem tragicamente da ausência de uma central sindical única,

democrática e independente e de um partido operário, independente e de massas.

As massas, pela sua parte, cada vez mais rejeitam, com efeito, a política iniciada em 2015 pelo ex-primeiro-ministro Abdelmalek Sellal, depois prosseguida pelo actual governo. As greves e movimentos de protesto de toda a natureza multiplicam-se. Nunca o país conheceu tal efervescência. Oficialmente, quase 8.000 protestos eclodiram em todo o país em 2017 e 2018. Facto significativo da conjuntura, dezenas de milhar de reformados do exército mandaram para as urtigas a sacrossanta obrigação de recato, mobilizando-se publicamente contra a indigência das suas pensões. Semana após semana, têm, desde há meses, barrado o trânsito nos grandes eixos rodoviários do país. A marcha massiva sobre Argel de novembro último foi duramente reprimida pela guarda ao atingir os subúrbios da capital, sem que o “protesto” pudesse ser domado, tal era a vontade de luta.

Idêntica vontade anima os estudantes do ensino secundário contra a reforma do ‘bac’ (exame final de acesso à universidade) e a selecção à admissão à universidade, os simples cidadãos que se vêem obrigados a ocupar as câmaras municipais ou a barrar estradas para denunciar a manipulação das listas de beneficiários de alojamentos sociais, os cidadãos de Aokas mobilizados para impedir o desaparecimento da sua floresta, ou os habitantes do Sul, para bloquear a prospecção do gás dos xistos. Esta vontade e esta determinação emparelham com as lutas dos assalariados dos grandes centros urbanos e das zonas industriais.

Os trabalhadores aproveitam todas as ocasiões para manifestar as suas reivindicações contra a política de austeridade do governo e a sua vontade de parar com ela. É quase instintivamente que, nas suas lutas, os trabalhadores procuram dotar-se de sindicatos operários ou reconquistá-los. No corrente mês de novembro, 13 federações sindicais fundaram a Confederação Sindical da Argélia, após uma década à apalpadelas. Na zona industrial de Annaba, no Leste do país, os trabalhadores ocuparam a Casa dos Sindicatos da UGTA para impor eleições sindicais livres, das quais saíram uma centena de novos delegados. Esta última luta é exemplar do período. A aspiração dos trabalhadores a terem delegados “seus” apareceu como uma necessidade durante a luta pelas suas reivindicações, nomeadamente na rejeição da privatização da sua empresa, decidida pelo primeiro-ministro. O facto de o círculo restrito do Bonaparte tê-la posto em causa deu alento à luta e densidade à vontade dos trabalhadores de se reapropriarem do seu sindicato.

O regime bonapartista agarra-se às suas reformas anti-operárias: aposentações, segurança social, seguro de desemprego, saúde, ofensiva contra todas as regalias, particularmente as laborais. Perante todos estes planos de verdadeira guerra contra as camadas populares, estas só podem bater-se. Têm que exigir a satisfação de todas as suas reivindicações: aumento geral dos salários e das pensões de aposentação de 10.000 dinares (74€), um salário mínimo de 50.000 dinares >>>

● ANÁLISE

>>> (370€), escala móvel de salários e preços, manutenção do apoio aos produtos de primeira necessidade e outras regalias vindas da luta pela independência, retirada das reformas laborais que põem em causa os contratos sem termo, a saúde, o ‘bac’, a admissão à universidade, o LMD (licenciatura-mestrado-doutorado) desqualificador, a exigência de um plano de grandes obras, nomeadamente de criação de alojamentos para satisfazer as necessidades manifestadas pelos trabalhadores e pelos jovens e, por fim, o respeito dos direitos democráticos de expressão, greve, manifestação e organização.

Seria preciso que as organizações sindicais, a CSA e a UGTA veiculassem todas estas reivindicações. Fá-lo-ão? Darão seguimento à proposta de “greve geral simultânea e em todos os sectores” para satisfação de todas as exigências operárias e populares, avançada pelo presidente da União Nacional do Pessoal do Ensino e da Formação (UNPEF), hoje coordenador da CSA?

Não subsiste nenhuma dúvida de que, se tal apelo fosse lançado, os trabalhadores responderiam em massa, tal é a sua exasperação e tanto se têm deteriorado as suas condições de vida e de trabalho. Juntar-se-lhes-iam todas as camadas populares, os jovens e os desempregados, que, como os trabalhadores, estão prontos para o combate.

Ora, que fazem as direcções das organizações sindicais a todos o níveis, nacional, das wilayas e nas empresas?

A direcção da UGTA, que podia ter desempenhado um papel político inédito, apresentando um candidato às próximas eleições presidenciais, colabora ano após ano no âmbito das “tripartidas”, que reúnem central sindical, patronato e governo, cujo único propósito é associar a organização sindical à política e às decisões do poder, como foi o caso nos anos mais recentes com a reforma das aposentações, os projectos de modificação das leis laborais e da parceria público-privado.

Quanto à CSA, cuja criação, a 12 de novembro último, foi uma etapa importante da luta por uma central sindical independente, ela hesita entre a mobilização dos assalariados e a concertação com o governo, no mesmo registo da UGTA. Notar-se-á, não obstante, o seu apelo à greve geral de toda a Educação Nacional no dia 21 de janeiro, amplamente seguido, apesar das muitas pressões, nomeadamente as da justiça, que declarou a greve ilegal. Esta greve foi maciçamente seguida. Completaram-na, a 22 de janeiro, concentrações à frente de todas as academias do país. A importância do nascimento da CSA foi perfeitamente apreendida pelo regime, que lhe recusa a licença, do mesmo passo que legaliza a principal organização patronal como sindicato. Indicador da situação é os dirigentes da CSA terem resolvido prosseguir a batalha pela legalização.

Em tais condições, só há um caminho: que os trabalhadores conscientes, os quadros sindicais honestos imponham às direcções sindicais que

rompam a concertação e colaboração com o governo e as direcções das empresas públicas e privadas, imponham o apelo à unidade para não aceitar as medidas de austeridade e combatê-las, organizando a resposta “todos juntos”. Foi este o caminho por que enveredaram os trabalhadores de El Hadjar e saíram-se bem.

Todas as autoridades terão, se assim for, dificuldade em aplicar os seus planos, tanto mais que o governo não tem hoje qualquer legitimidade para actuar, produto que é de instituições espatifadas e, sobretudo, minoritárias no país à luz da simples democracia formal. O primeiro partido do país é a abstenção; o segundo, os votos expressos, mas nulos, cidadãos, portanto, que se recusam a avaliar o regime e a sua política. Como há-de ele, em tais condições, poder hoje e, mais ainda, amanhã, decidir do futuro do país?

Em democracia, a evidência é só uma: acabar com todas as instituições ilegítimas e deixar o povo tomar a responsabilidade de novas instituições através da convocação de uma Assembleia Constituinte soberana, composta por delegados eleitos, mandatados, revogáveis, segundo a proporcionalidade integral dos partidos. Uma assembleia que disponha de todos os meios da soberania, dotada de todos os poderes para decidir da forma e do conteúdo social da democracia.

Neste quadro de competição leal e honesta, nós, militantes operários revolucionários, socialistas internacionalistas, bater-nos-emos por que a Assembleia Constituinte seja soberana, por que grave na pedra a devolução ao povo de tudo o que foi cedido aos oligarcas predadores e às multinacionais, bem como a preservação de todas as conquistas arrancadas durante os primeiros anos da independência depois de um combate revolucionário de quase oito anos. Bater-nos-emos para que, em todos os domínios, se efective a igualdade plena entre homens e mulheres. Que todos os direitos e liberdades democráticas sejam considerados invioláveis. Bater-nos-emos por que a Constituinte abra alas a um autêntico governo da classe operária e dos camponeses que rompa com todos os governos que o precederam, rompendo também com os tratados ou projectos de tratados com a União Africana, a União Europeia e a OMC.

Quem o imporá? Sobretudo, não esperar que o faça um presidente Bonaparte ou alguma das fracções do regime (que se entregam, juntas, à repressão, à recusa do direito de manifestação, ao impedimento da expressão livre e à prisão de militantes) ou que advenha de um hipotético resultado eleitoral em abril próximo. Eles só querem reformas constitucionais para preservar e reforçar o seu regime. A Assembleia Constituinte soberana é incompatível com a manutenção das instituições actuais.

Tal como na Tunísia em 2011, só a mobilização do povo trabalhador imporá a convocação de uma tal assembleia. Até lá, porém, não se pode deixar as mãos livres ao governo para dar cabo de tudo. É, por isso, estreito o laço entre a exigência de

unidade agora, imediatamente, na acção conjunta, na greve geral unida de milhões de trabalhadores com as organizações para barrar a política anti-operária e antipopular do governo, e a abertura do caminho para a Assembleia Constituinte soberana⁽¹³⁾, que instaure enfim, ao fim de cinquenta e sete anos de independência, o reino da democracia em todos os domínios. Democracia que, no que diz respeito aos trabalhadores, só pode ser verdadeiramente instaurada na forma da República Social e do governo operário e camponês. É esse o sentido do nosso combate. As nossas publicações, incluindo este artigo, são contribuições para um debate necessário para reagrupar os militantes operários de vanguarda, empenhados na luta de classe pela satisfação de todas as reivindicações e a independência dos sindicatos de trabalhadores, por um partido operário independente, a democracia e o socialismo. Pela nossa parte, travare-

mos este combate com a máxima simpatia pela IVª Internacional e armados do seu programa, cujo título integral traduz na perfeição a luta a travar: “A Agonia do Capitalismo e as Tarefas da IVª Internacional (a mobilização das massas por reivindicações transitórias como preparação para a tomada do poder)”. Enquanto método para a acção organizada nos acontecimentos em curso, ele viu-se confirmado pela luta de classes dos últimos oitenta anos, desde que foi adoptado pela conferência de proclamação da Internacional Operária. Tem mais actualidade do que nunca a sua afirmação de que “a crise histórica da humanidade se reduz à crise da direcção revolucionária do proletariado”. A nós cumpre içar-nos ao nível das exigências, contribuindo para construir a Internacional Operária e um partido operário revolucionário em cada país.

Abdelkader Bentaleb
Argel, 16 de fevereiro de 2019

(13) A reivindicação de Assembleia Constituinte soberana é a palavra de ordem que esteve subjacente à luta pela independência nacional desde a criação da Estrela Norte-Africana, no início dos anos vinte. O regime de Ben Bella, em 1962, teve que levá-la em consideração, mas desvirtuando-a. Os deputados não foram eleitos, mas escolhidos pela FLN. A Constituição foi aprovada ao fim de um dia de debate. Este lado grotesco levou muitos responsáveis à demissão, nomeadamente Ferhat Abbas, presidente da Constituinte, e Hocine Ait Ahmed, chefe histórico da revolução e futuro presidente da FFS, por ele criada em 1963.

● HISTÓRIA

Centenário do assassinato de Rosa Luxemburgo (primeira parte)

“É nosso dever transmitir às novas gerações do proletariado, em todo o seu esplendor e com toda a sua força educativa, esta deveras incomparável figura trágico-heróica.” Leão Trotsky⁽¹⁾

No dia 15 de janeiro de 2019, comemora-se o 100º aniversário do assassinato de Rosa Luxemburgo e Karl Liebknecht. O partido “*Die Linke*” (“A Esquerda”), cuja direcção arvora a pretensão de representar a tradição de Rosa Luxemburgo, de cujo nome baptizou a fundação política do partido — que é financiada com 64,1 milhões de euros pelo Estado burguês e, na forma de “transform europe”, pela União Europeia — irá, como muita outra “gente de esquerda”, entrar na corrida para instrumentalizar Rosa Luxemburgo para si e para a sua linha política.

Aqueles que se contam entre os sucessores de Ebert-Scheidemann-Noske, portanto dos que carregam a responsabilidade pelos assassinatos, celebram hoje a “fundação da democracia na Alemanha” e o seu presidente do Reich, Friedrich Ebert, cujo nome, em 1925, deram à sua própria Fundação²; bem como a “concertação social” que teria sido fundada pela “convenção Stinnes-Legien”³.

“*Acima de tudo, o SPD fez finca-pé absoluto em blindar a democracia parlamentar. Nos conflitos e lutas com os comunistas que daí resultaram desde novembro de 1918 e por 1919 adentro, não houve paninhos quentes. O governo do SPD utilizou o exército contra a tentativa de insurreição violenta dos comunistas.*” Escreve-o, cem anos mais tarde, a redactora em chefe do *Vorwärts* no antigo “órgão central da social-democracia da Alemanha” fundado em 1876, em edição especial consagrada à revolução de 1918/19. Segundo o *Vorwärts*, “*Militares assassinam Karl Liebknecht e Rosa Luxemburgo*”.

O *Vorwärts* e, portanto, a direcção do SPD de Ebert-Scheidemann-Noske tiveram a sua quota-parte de responsabilidade na criação de um ambiente de pogrom que preparou e acompanhou politicamente o assassinato da direcção espartaquista e do KPD. Friedrich Stampfer⁴, redactor em chefe desde 1916, publicou, em 24 de dezembro de 1918, um artigo intitulado “*Poder do povo ou poder do crime?*” de incitação ao ódio contras as massas e a Divisão Popular da Marinha [unidade de marinheiros de Kiel que participou na revolução - NdT]: “*O pior nem é que umas poucas cabeças baralhadas e diversos elementos pouco recomendáveis se entreguem à arruaça e se revejam na edificação dum regime de fome e terror asiático, como na Rússia. O pior é que as cabeças de mil operários de Berlim parecem ter perdido a bússola...*”⁵. Em 12 e 13 de janeiro de 1919, o *Vorwärts*

publicou rimas de Hermann Wilke e, a 13, de Artur Zickler. Wilke espuma contras as massas revolucionárias, que seguem Liebknecht, o “Hoder cego”: “*Ajoelhadas ante ídolos sanguinolentos, de rastros ante aqueles que são a chacota da humanidade, os asiáticos e mongóis da Rússia, ante Braunstein, Luxemburgo e Sobelsohn.*” Estala na hostilidade contra a Revolução de Outubro o antibolchevismo impregnado de ódio racista antijudeu⁶. Zickler deplora que, entre as vítimas dos fuzilamentos, do terror sangrento da campanha assassina dos “militares” e do governo Ebert-Noske faltem “*Karl, Rosa, Radek e companhia: nenhum deles, nenhum deles!*”.

Foi Noske, a quem Ebert entregara a direcção dos soldados republicanos, quem balizou o terreno: “*Eu garanto-vos que não será vertido sangue inútil. Sanearei... união da classe operária tem que ser unidade contra o espartaquismo*”⁷. Os assassinos de Rosa Luxemburgo e Karl Liebknecht foram recrutados numa divisão regular da tropa, a Divisão de Atiradores de Cavalaria da Guarda, por iniciativa do “Conselho dos Comissários do Povo”⁸, que era composto, desde o dia 29 de dezembro de 1918 [após a demissão dos membros do USPD - NdT], pela direcção social-democrata de Ebert, Scheidemann, Noske, Landsberg e Wissel, actuando às ordens de Noske na sua qualidade de “comandante supremo das tropas fiéis ao governo”.

A ordem directa veio de Waldemar Pabst — ver o artigo “*Fui eu que mandei executar Rosa Luxemburgo*” no *Der Spiegel* de 18 de abril de 1962 —, primeiro oficial de estado-maior da Divisão de Atiradores de Cavalaria da Guarda, financiada pelo barão do aço, Hugo Stinnes⁹. Pabst declarou: “*É óbvio que eu não tinha qualquer hipótese de efectuar a acção sem o acordo de Noske — com Ebert por trás. Muito pouca gente percebeu, contudo, que eu não tivesse sido sujeito a interrogatório nem acusado. (...) Como cavaleiro, a minha quitação da atitude da SPD nessa altura foi ter calado a boca durante cinquenta anos a respeito da nossa colaboração.*”¹⁰

Franz Mehring, dirigente espartaquista e biógrafo de Karl Marx, exclamou ao saber do duplo assassinato: “*Nenhum governo caiu mais baixo (...) Se a clique dos generais prussianos voltar ao poder, manterá o Noske, pois nem os junkers prussianos estão para assumir a responsabilidade de tais métodos.*”¹¹

Para o governo alemão ocidental, os assassinatos de Karl Liebknecht e Rosa Luxemburgo foram “fuzilamentos sumários”, cobertos, portanto, pelo estado de

sítio decretado por Guilherme II em 31 de julho de 1914.¹²

Foi Leo Jogiches, que assumiu a presidência do KPD após o assassinato de Karl Liebknecht e Rosa Luxemburgo, quem avançou com investigações, publicando o seu relatório na *Rote Fahne* (*Bandeira Vermelha*, jornal do KPD) em 12 de fevereiro de 1919: “*O Assassinio de Liebknecht e Luxemburgo — Crime e Autores*”. Uma declaração de guerra a Ebert-Scheidemann-Noske. Leo Jogiches foi preso e assassinado com um tiro na nuca pelo agente da judiciária Ernst Tamschik no presídio de detenção preventiva de Moabit. Tamschick foi promovido a tenente pelo ministro prussiano do interior Wolfgang Heine (SPD) pouco depois do assassinato, vindo a ocupar um cargo de oficial na unidade paramilitar aquartelada da polícia de segurança, criada por Pabst com Noske e Heine e afecta à “repressão da subversão”.

Rosa Luxemburgo conhecia há muito tempo os mandatários dos seus assassinos

Rosa Luxemburgo nasceu em 5 de março de 1871 em Zamość (Polónia, na altura parte do império russo). Aos 16 anos, organizou-se no partido *Proletariat*, fundado no ano de 1882. Escreveu no jornal do partido *Sprawa Robotnicza* (Causa Operária). Em 1894, o partido mudou de nome para *Social-Democracia do Reino da Polónia* (SDKP), alargando-se pouco mais tarde à Lituânia (SDKPiL). Durante toda a sua vida, Rosa Luxemburgo nunca perdeu a ligação a este partido¹³.

Destemida e consciente das suas capacidades, Rosa Luxemburgo intervém, aos 27 anos, nos debates do congresso do SPD de outubro de 1898, dominados — tal como os dos congressos seguintes — pelos prós e contra as posições revisionistas de Bernstein e seus seguidores. Bernstein escrevera em 1898, na *Neue Zeit*¹⁴, o artigo “*O Combate da Social-Democracia e a Revolução da Sociedade*”. Nele declarava ver “*pouco sentido e interesse*” no “*objectivo final do socialismo*”. O que a social-democracia “*tem a fazer, e ainda o terá a fazer por muito tempo, é organizar politicamente a classe operária e formá-la para a democracia, lutando por todas as reformas do Estado que tenham o condão de elevar a classe operária e reformar o Estado num sentido democrático.*”¹⁵

August Bebel leu alto a posição de Bernstein, limitando-se a declarar que não tinha o mesmo ponto de vista. O congresso não resolveu, adiando a discussão para o congresso seguinte. Era, no entanto, impossível não ver como as influências revisionistas e oportunistas no partido — Gradnauer, Heine, Schippel, von Vollmar, etc. — se reforçavam, firmemente determinadas a impor a sua adaptação às exigências do imperialismo que despontava.

Já no congresso de Hamburgo de 1897, Schippel e Heine, o mesmo Heine que, mais de vinte anos mais tarde, colocará o assassino de Leo Jogiches na polícia do Estado, se tinham manifestado contra a posição antimilitarista do partido, propagando o apoio à febre armamentista. Schippel tinha a opinião de que, não sendo possível impedir guerras, não se ia “*dar aos nossos soldados más espingardas e maus canhões*”¹⁶. Na campanha eleitoral, Heine formulara a posição de

que o grupo parlamentar no *Reichstag* (a dieta) — todas as forças revisionistas e submetidas ao parlamentarismo burguês faziam finca-pé na autonomia do grupo parlamentar em relação ao partido — podia perfeitamente aprovar exigências militares do governo (a lei da marinha, etc.) se, como contrapartida, obtivesse “*liberdades populares*”. Numa carta de 29 de setembro de 1898 dirigida ao *Reichstag*, Bernstein sublinha a sua posição. Rosa Luxemburgo, pelo seu lado, prepara a sua intervenção no congresso com uma série de artigos publicada no *Leipziger Volkszeitung* entre 21 e 28 de setembro de 1898: “*Reforma Social ou Revolução?*”. “*Depois destes artigos já posso fazer um discurso desafortado — contanto que os velhos não suprimam a discussão.*”¹⁷ Armada, deste modo, com a divulgação dos seus artigos no período que antecederia o congresso, Rosa Luxemburgo pôde intervir, tentando ganhar aliados.

Para Scheidemann, que, em abril de 1898, perdera para o SPD o mandato de Solingen no *Reichstag*, o problema está no objectivo final do partido: “*O que eu acho é que nós não somos apenas um partido do proletariado industrial, somos mais, somos uma representação da humanidade sofredora no seu conjunto, que sofre com as consequências nefastas do capitalismo. Quem trabalhe na província rural, há-de admitir que, em tantas assembleias, não conseguimos elucidar os nossos objectivos últimos (...). Por isso, facilitai-nos a agitação precavendo-vos bem no que dizeis; este pedido dirijo-o, em primeiro lugar, àqueles que só trabalham com o proletariado industrial.*”¹⁸

Klara Zetkin toma posição ao lado de Rosa Luxemburgo no debate contra o “*deputado Heine*”, que se põe do lado de Bernstein. Heine recusa o programa na prática, por exemplo como deputado ao *Reichstag*, mas no seu discurso manifesta-se de acordo, declarando pretender ir de encontro “*às tentativas de empolar formalmente pequenas diferenças como se fossem divergências de convicção, quando a verdade é que nisso estamos unos*”¹⁷ Klara Zetkin dirige-se ao congresso, reagindo à “*política representada e articulada pelo camarada Heine sob o lema da política das contrapartidas: canhões contra direitos para o povo. Em bom alemão: uma política de negociatas com o Estado capitalista. O Congresso tem de tomar posição nesta matéria.*”²⁰

“*As intervenções de Heine e de outros demonstraram que se tem obscurecido no nosso partido um ponto extremamente importante, que é o da compreensão da relação entre o nosso objectivo final e a luta quotidiana.*” Rosa Luxemburgo pega o touro pelos cornos, nomeando “*afirmações como as de Bernstein de que, mesmo quando for a nossa vez de tomarmos o leme, não seremos capazes de passar sem o capitalismo. Quando li isto, disse para mim: que sorte os operários socialistas da França não terem tido tal sabedoria em 1871, pois senão teriam dito: meninos, vamo-nos deitar, a nossa hora ainda não chegou, a produção ainda não está suficientemente concentrada para nós nos podermos aguentar ao leme. Nesse caso, teríamos assistido não ao espectáculo grandioso, à luta heróica, mas a outra coisa; os operários não teriam sido heróis, mas velhas caquéticas.*”²¹

● HISTÓRIA

Figuras do partido, como von Vollmar, que em 1891 havia reclamado que a social-democracia renunciasse à tática revolucionária e se orientasse para a remodelação da sociedade capitalista através de reformas, viraram-se rispidamente contra a “menina Luxemburgo”, pois “se falava aos veteranos do partido como se fossem meninos de escola.” Rosa Luxemburgo respondeu-lhe: “Bem sei que ainda terei que ganhar os meus galões no movimento alemão; mas quero fazê-lo na ala esquerda, onde se luta contra o inimigo, não na ala direita, onde se quer fazer compromissinhos com ele. (Interjeições) Mas se Vollmar, contra a objectividade do meu raciocínio, argumenta: tu, ó caloiira, eu podia ser teu avô; então isso é, para mim, a prova de que as suas razões lógicas estão a dar as últimas. (...) Não se podia fazer melhor elogio aos argumentos que expus do que dizer que são óbvios, mas nem todos neste congresso os acham óbvios (Oh!), por exemplo o camarada Heine e a sua política das contrapartidas. Como se conjuga ela com a conquista do poder político? Em que há-de consistir a política das contrapartidas? Nós exigimos o reforço dos direitos da população e liberdades democráticas, o Estado capitalista exige o reforço dos seus instrumentos de poder e dos seus canhões. (...) Ora, aquilo que o Estado capitalista obteria de nós tem existência sólida, bruta. Os canhões e soldados que aprovamos mudarão objectivamente as relações materiais de poder em nosso desfavor.”²²

“Reforma social ou revolução?”

Na controvérsia com Bernstein, Rosa Luxemburgo produziu duas séries de artigos, ambas dadas ao prelo no *Leipziger Volkszeitung* e depois publicadas em bloco em 1899, na brochura “Reforma Social ou Revolução?”²³. Escreve ela no prefácio, com enorme presciência: “Na controvérsia com Bernstein e seus adeptos, que toda a gente no partido tenha plena consciência disso, a questão não é meramente esta ou aquela forma de luta, esta ou aquela tática, mas a própria existência do movimento social-democrata.”²⁴

E, dirigindo-se aos leitores sociais-democratas, explica: “A reforma legal e a revolução não representam, por conseguinte, métodos diferentes do progresso histórico que se possam escolher à vontade no bufete da história, como salsichas quentes ou salsichas frias, mas momentos diferentes no desenvolvimento da sociedade de classes, que ora se condicionam, ora se completam um ao outro, ao mesmo tempo se excluindo, como, por exemplo, Pólo Sul e Pólo Norte, burguesia e proletariado. (...) É completamente errado e a-histórico conceber o trabalho de reforma legal como revolução esticada à largura e a revolução como reforma condensada. Uma revolução social e uma reforma legal não são momentos distintos na duração, mas na sua essência. Todo o segredo das revoluções sociais mediadas pelo uso do poder político está precisamente na transformação das mudanças puramente quantitativas numa nova qualidade; falando concretamente, na transição de um período histórico, de uma ordem social para outra.

*Por isso, quem se pronuncia pelo caminho da reforma legal em vez de, e em oposição à, conquista do poder político e à transformação da sociedade, está na realidade escolhendo não um caminho mais sossegado, mais seguro e mais lento para o mesmo objectivo, mas sim outro objectivo, a saber, em vez do advento de uma nova ordem social, meras modificações acessórias da velha.”*²⁵

A concluir o seu escrito, Rosa Luxemburgo mostra-se optimista — quanto à “social-democracia concebida como processo” que não se esgota nos limites organizacionais do Partido Social-Democrata e da IIª Internacional: “Tal manteve-se verdadeiro mesmo depois da edificação da doutrina do socialismo científico. Não se quer dizer com isto que o movimento proletário, mesmo na Alemanha, se tenha tornado social-democrata de repente, ele vai-se tornando social-democrata de dia para dia, mesmo durante digressões extremas pelo anarquismo e pelo oportunismo, na medida em que os vai constantemente superando, já que eles são momentos no movimento da social-democracia entendida como processo.

Dado este considerando, o que é surpreendente não é o surgimento da corrente oportunista, é a sua fraqueza. Enquanto ela se foi manifestando, na prática partidária, somente por casos individuais, ainda se podia supor atrás dela uma base teórica mais ou menos séria.

Agora, porém, que ela encontrou a sua expressão plena no livro bernsteiniano, toda a gente é levada a exclamar com pasmo: o quê, é só isto que tendes a dizer? Nem uma apara de pensamento novo! Nem uma ideia que não tivesse já sido, há décadas, calçada aos pés pelo marxismo, espezinhada, escarnecida, desfeita em pó! Bastou o oportunismo falar para mostrar que nada tinha a dizer.”²⁶

Já ia, contudo, avisando, no prefácio. Referindo-se ao facto de Bernstein falar a cada passo da social-democracia e dos seus objectivos, Rosa Luxemburgo recorda uma verdade importante: “a de que, desde sempre, na evolução da teoria e da política, cada nova orientação começa, nas suas primícias, por se encostar à antiga, mesmo quando no seu íntimo está em contradição directa com ela, começa por se vaziar nas formas que encontra feitas, por falar a língua que ouve falar. Só com o tempo a nova semente começa a nascer da velha vagem, e a nova orientação acha as suas próprias formas, a sua própria língua.”²⁷

Não descreverá este passo também com absoluta exactidão aquela que tem sido a evolução do centro revisionista, que, três anos e meio depois da cisão que fomentou — primeiro na secção francesa, depois na Internacional —, encontra agora, nos seus pronunciamentos, “formas próprias e uma língua própria”, ao, sobretudo, despojar-se do programa, por forma a melhor conseguir ligar-se a todos os “debates” possíveis e, até, aos coletes amarelos?

Revolução Russa de 1905 — a Greve Política de Massas

“A história do Conselho (Soviete) dos Delegados de São Petersburgo é uma história de 50 dias. No dia 26 de outubro deu-se a assembleia constituinte do Conselho — e, no dia 16 de dezembro, a sessão do Conselho foi dispersa pela invasão de tropas governamentais. (...)”

O Conselho organizou as massas operárias, dirigiu as suas greves e manifestações políticas, armou os operários, protegeu a população contra os pogromes. (...) O segredo desta influência esconde-se na circunstância de o Conselho ter surgido como órgão natural do proletariado no momento da sua luta directa pelo poder, resultante de como os acontecimentos se forem globalmente sucedendo.

(...) Já antes da criação do Conselho vemos numerosas organizações revolucionárias na área do proletariado industrial, cuja direcção era essencialmente assegurada pela social-democracia. Mas essas eram organizações no proletariado; o seu objectivo imediato era: a luta pela influência sobre as massas. Ora, o Conselho erigiu-se de um golpe em organização do proletariado, com o objectivo de — lutar pelo poder revolucionário. (...) A forma de luta principal do Conselho era a greve política de massas. O efeito revolucionário de uma greve assim consiste em, passando por cima do capital, desorganizar o poder do Estado.”²⁸

Leão Trotsky realça, no seu prefácio à segunda edição da “Revolução Russa de 1905”, que a evolução da revolução russa entre 22 de janeiro e outubro de 1905 informou nele juízos sobre a natureza do desenvolvimento revolucionário na Rússia que viriam a tomar a designação de teoria da “revolução permanente”.

“A erudita designação reflectia a ideia de que a revolução russa, que tinha à sua frente objectivos imediatos burgueses, não podia de forma algum deter-se neles. A Revolução não tem maneira de resolver as suas tarefas imediatas, burguesas, se o proletariado não se apoderar do poder. E, uma vez que este se apodere do poder, não poderá manter-se nos limites de uma revolução burguesa. Bem pelo contrário e, precisamente, para conseguir a vitória definitiva, a vanguarda proletária teria que penetrar profundamente nos domínios proibidos da propriedade, tanto a burguesa como a feudal. Em tais condições, defrontar-se-ia com demonstrações de hostilidade da parte dos grupos burgueses que o tivessem apoiado na início da sua luta revolucionária e também da parte das massas camponesas cuja colaboração a teria empurrado para o poder. Os interesses contraditórios que dominavam a situação de um governo operário, num país atrasado, em que a imensa maioria da população era composta por camponeses, só poderiam encontrar solução no plano internacional, na arena de uma revolução proletária mundial. Uma vez que, em virtude da necessidade histórica, o proletariado tenha rebentado com o apertado quadro democrático-burguês da revolução russa, ele ver-se-á obrigado a romper o quadro estatal

nacional, vendo-se, portanto, obrigado a aspirar conscientemente a transformar a revolução russa no prelúdio da revolução mundial.”²⁹

Rosa Luxemburgo escreve, pela sua parte: *“Deste modo, a revolução que hoje se desenrola na Rússia ultrapassa, pelo seu conteúdo, as revoluções que ocorreram até agora, não podendo, nos seus métodos, nem seguir as velhas revoluções burguesas nem as lutas que o proletariado moderno tem travado no terreno parlamentar. Ela criou um novo método de luta, que corresponde já ao seu carácter proletário, já à combinação da luta pela democracia com a luta contra o capital: a greve revolucionária de massas. É, portanto, quanto ao conteúdo e quanto ao método, uma revolução de tipo completamente novo. Formalmente democrático-burguesa, na sua essência proletária-socialista, ela é, tanto pelo conteúdo como pelos métodos, uma forma de transição entre as revoluções burguesas do passado e as revoluções proletárias do futuro, nas quais estará já em causa a ditadura do proletariado e a realização do socialismo. (...) Da mesma maneira que os destinos da Rússia e de toda a Europa foram decididos, nas revoluções francesas, pelas batalhas no paralelepípedo de Paris, do mesmo modo se decidem agora nas ruas de Petersburgo, Moscovo e Varsóvia não apenas o destino da sociedade russa, mas o de todo o mundo capitalista. A revolução na Rússia e a formação social única que dela sair não podem deixar de redefinir também, de um tranco, as relações de classes na Alemanha e em todo o lado. Com a revolução russa, termina o período de quase 60 anos de calmo domínio parlamentar da burguesia. Com a revolução russa, entramos já no período de transição entre a sociedade capitalista e a sociedade socialista.”³⁰*

A greve política de massas, a que Trotsky chamara a “forma de luta principal” do soviete de Petersburgo, veio muito rapidamente dominar o debate sobre as lições da revolução russa de 1905. Rosa Luxemburgo escreveu em 1906 “Greve de Massas, Partido e Sindicatos”³¹, tomando posição também com base na sua própria intervenção na revolução russa³². Num discurso que proferiu em 25 de setembro de 1906 numa assembleia popular em Mannheim, declarou: *“Posso-vos assegurar sem qualquer exagero e com sinceridade absoluta que os meses que passei na Rússia foram os mais felizes da minha vida.”³³*

Pouco depois da revolução russa de 1905, as relações entre Rosa Luxemburgo e Kautsky começaram por esfriar, dando depois lugar a divergências significativas e, por fim, à ruptura. Kautsky era hostil à ideia de adoptar na prática revolucionária da Alemanha os métodos revolucionários da revolução russa de 1905. Lenine escreveu o seguinte a esse propósito, em outubro de 1920:

“A luta revolucionária de massas daquele tempo engendrou organizações sem precedente histórico mundial, como os sovietes de deputados operários e, logo a seguir, sovietes de deputados dos soldados,

>>>

● HISTÓRIA

>>> *comités camponeses, etc. As questões fundamentais (poder dos soviets e ditadura do proletariado) que hoje ocupam o foco da atenção dos operários com consciência de classe do mundo inteiro já haviam, pois, sido suscitadas, na prática, no final de 1905. Se grandes representantes do proletariado revolucionário e do marxismo não falsificado, como Rosa Luxemburgo, reconheceram de imediato a importância desta experiência prática, analisando-a criticamente em reuniões e na imprensa, a grande maioria dos representantes oficiais dos partidos sociais-democratas e socialistas oficiais, entre os quais os reformistas e gente do calibre dos “kautskistas tardios”, mostraram-se (...) completamente incapazes de perceber o significado desta experiência e cumprir o seu dever de revolucionários e, portanto, estudar e propagar os ensinamentos desta experiência. (...) Os bolcheviques salientaram que os soviets de deputados operários eram ‘factualmente formas embrionárias de um poder de Estado novo, revolucionário’”³⁴.*

Se o entusiasmo de Rosa Luxemburgo pelo carácter “espontâneo” da greve de massas aparece claramente em primeiro plano, é menor o espaço que ela consagra à análise da importância e da função da social-democracia para e nos conselhos, bem como na organização, preparação e execução da greve de massas — quando estes aspectos, conforme Trotsky salienta, revestem importância central:

“Foi exactamente por, enquanto representação democrática do proletariado numa época revolucionária, estar na encruzilhada de todos os seus interesses, que o conselho/soviets caiu de imediato sob a influência determinante da social-democracia. Ganhou, assim, a possibilidade de absorver, de uma só vez, a soma das enormes vantagens que para aquela resultavam da sua preparação marxista. Graças à capacidade que a social-democracia tinha de se orientar politicamente no caos geral, ela transmutou quase sem esforço os conselhos, formalmente apertidários, em aparelho organizacional da sua influência.”³⁵

O escrito tem efeito duríssimo sobre os oportunistas, aprofundando as diferenças que se avolumavam com Kautsky e levando à clarificação das posições incompatíveis presentes dentro da social-democracia na Alemanha. As diferenças quanto ao método da greve política de massas e, em medida não inferior, à forma dos conselhos separam há 120 anos os revolucionários dos oportunistas e da “aristocracia operária”.

A brochura sobre a greve de massas é presente ao Congresso de Mannheim de 1906. Este estava para decidir sobre as posições opostas do partido e dos sindicatos sobre a greve de massas. No ano anterior, a “resolução de Jena” do Congresso de 1905 declarara a greve de massas (“paralisação de trabalho massiva”) um dos meios de luta mais eficazes da classe operária, confinando-a, no entanto, à defesa do direito de voto e de associação. Em 1906, Legien [ver nota (3) - NdT] chamara à greve geral “disparate geral”. Rosa Luxemburgo insiste

em que o partido aprenda da história. Replica deste modo a uma intervenção do dirigente sindical Legien:

“Estudar hoje, à vista da grandiosa revolução russa, que ficará durante décadas como a primeira professora dos movimentos revolucionários do proletariado, o problema da greve de massas principalmente com base no que se passa em Itália e em França significa demonstrar, como Legien acaba de demonstrar com o seu apelo à tradição, que não se é capaz nem de aprender nem de esquecer nada. Sim, sim, você não é capaz de aprender com a revolução russa. (Legien: “Tem razão!”)”³⁶.

A posição fundamentalmente anti-revolucionária de partes decisivas da direcção sindical firmara-se há anos. Legien declarara, por exemplo, ao 3º congresso sindical, em maio de 1899, em Franqueforte: *“Somos nós os primeiros, enquanto operários sindicalizados, a não desejar que se instale uma barafunda que nos obrigue a criar instituições sobre os escombros da sociedade, independentemente de serem melhores ou piores do que as que já existem. O que nós desejamos é uma situação de desenvolvimento tranquilo. (...) Consideramos este movimento operário como um factor eminentemente conservador do Estado (...) Nós, sindicalistas, somos do parecer de que só pode haver solução para a questão social, só se pode dar uma transformação da actual ordem estatal e social numa ordem melhor quando o operariado estiver suficientemente bem alimentado e espiritualmente e fisicamente saudável.”³⁷*

Paul Frölich escreveu em “Rosa Luxemburgo: Pensamento e Acção”: *“Em fevereiro de 1906, a presidência do partido chegara a um acordo secreto com a comissão geral dos sindicatos sobre as consequências da decisão de Jena sobre a greve de massas que reduzia esta decisão a palavreado vazio (...). Já em Jena [Rosa Luxemburgo] sentira que os velhos dirigentes do partido estavam evadidos de um espírito muito diferente do seu próprio. Em Mannheim, porém, August Bebel proferira abertamente que a social-democracia alemã não mexeria um dedo se ocorresse a Guilherme II pôr o exército alemão em marcha contra a revolução russa vitoriosa. Rosa percebeu que não estava em presença de uma aberração passageira e que, de futuro, teria de contar com Bebel e com a grande maioria do corpo de funcionários do partido entre os seus adversários.”³⁸*

O 5º congresso dos sindicatos da Alemanha, em 1905, em Colónia, recusa toda a discussão sobre a greve de massas. O presidente da federação dos pedreiros, Th. Bömelburg, rejeita, no seu relatório, a greve de massas como forma de luta dos sindicatos, exigindo parar com a discussão no movimento sindical: *“Alcançar o actual nível de organização custou-nos sacrifícios extraordinários; para continuar a desenvolver a nossa organização, do que, porém, no movimento operário precisamos é de sossego.”* Com 7 votos contra, o congresso considerava condenável toda a tentativa de, pela propaganda da greve política de massas, o fixar numa determinada

táctica. Recomenda ao operariado organizado que se oponha energicamente a tais tentativas. Th. Bömelburg declara ser, para os sindicatos alemães, muito mais importante, de momento, continuar a desenvolver a organização.³⁹ Esta posição de fundo encontra a sua consequência burocrática no dia 31 de janeiro de 1933: a 30 de janeiro de 1931, Hitler é nomeado chanceler do Reich pelo presidente Hindenburg. No dia seguinte, Theodor Leipart, presidente da Confederação Sindical Geral Alemã (ADGB), define a linha dos sindicatos nos seguintes termos, na Comissão Confederal da ADGB: “A palavra de ordem do momento é organização, não manifestação”.

No congresso do partido de Mannheim, em 1906, Bebel intercede com veemência — em acordo com Legien — por uma resolução que põe lado a lado, sem contradição, “Jena” e “Colónia”: “O congresso confirma a decisão do congresso de Jena quanto à greve política de massas e, não encontrando contradição entre a decisão do congresso dos sindicatos de Colónia e a decisão de Jena, considera resolvida a disputa sobre o sentido da decisão de Colónia. (...) Uma vez que a direcção do partido tenha por dada a necessidade de uma greve política de massas, a mesma terá que entrar em contacto com a comissão geral dos sindicatos e tomar todas as medidas que forem necessárias para levar a acção a bom porto.”⁴⁰

Mannheim decide em linha com os oportunistas e a separação definitiva entre partido e sindicato. Rosa Luxemburgo parte claramente do princípio de que “teremos simplesmente de contar com a inevitável resistência desta gente, se quisermos conduzir as massas mais além. (...) A nossa tarefa é agora opormo-nos, com o mais liminar protesto possível, ao enferrujamento destas autoridades, sendo certo que, no ponto em que as coisas estão, teremos contra nós tanto os oportunistas como a direcção e o August [Bebel -NdT]. Enquanto estava em causa a defensiva contra Bernstein e companhia, o August e companhia comprovaram-se na nossa companhia e ajuda — é que eles tinham sido os primeiros a borrar as calças. Mas na hora de passar à ofensiva contra o oportunismo, o Velho está do lado dos Ede (Bernstein), Vollmar e David contra nós.”³⁹

Esta posição sobre a greve política de massas e o direito irrestrito à greve, imposta, na Alemanha, pelas direcções dos sindicatos e pela social-democracia há mais de 110 anos, ao princípio com manobras de diversão, depois cada vez mais abertamente, constitui o fundamento político da colaboração de classes e é recompensada pelo papel social de lugar-tenentes operários da burguesia. Representa hoje, na Alemanha, a base política da “parceria social” e da jurisprudência antigreve acatada pelas direcções sindicais.

Max Schumacher

A segunda parte será publicada no próximo número d’A Internacional

NOTAS

(1) Leão Trotsky: “*Não Toquem em Rosa Luxemburgo*”. In: Leão Trotsky: Escritos sobre a Alemanha, Vol. 1. P. 334. Franqueforte/Meno: 1971.

(2) A Fundação Friedrich Ebert é financiada pelo Estado alemão, de quem recebe 170,7 milhões de euros.

(3) Stinnes, um dos “barões das chaminés” do “Vale dos Reis” em Mülheim/Ruhr, e Carl Legien, o presidente da “Comissão Geral dos Sindicatos da Alemanha”, fecharam a “Convenção entre agremiações patronais e de trabalhadores”, assim como o “Princípios do Trabalho Colectivo”. Este acordo, publicado em 15 de novembro de 1918 pelo Conselho dos Comissários do Povo [governo provisório alemão entre 10 de novembro de 1918 e 13 de fevereiro de 1919 - NdT], é hoje celebrado pelos aparelhos do SPD e do DGB (Confederação dos Sindicatos da Alemanha), juntamente com o governo e as confederações patronais, como a génese da “concertação social”. A direcção sindical — “reconhecida como representação habilitada do operariado” — coloca-se, desse modo, contra a revolução e totalmente dentro da moldura do Estado definida pela propriedade privada dos meios de produção.

(4) Friedrich Stampfer foi posto na direcção do “Vorwärts” por Ebert em 1916, como representante do regime da “concordia”. Ele era um dos que, no SPD e nos sindicatos, tal como Ebert, estavam mais do que dispostos a moldar-se à monarquia constitucional: “*Naquela altura, não teríamos arriscado sequer a vida de um candeeiro de rua para substituir por uma república uma monarquia constitucional com um monarca razoável.*” Friedrich Stampfer: *Experiências e Lições. Notas da Minha Vida*. P. 224. Colónia, 1957.

(5) Citado em: Richard Müller: “*A Guerra Civil na Alemanha*”, p. 15. Berlim Ocidental, 1974.

(6) Na mitologia germânica, o cego Hodur mata o irmão, Balder. “Os asiáticos e mongóis da Rússia” é uma alusão a Lenine, “Braunstein” (“pedra castanha”) é uma paródia de Trotsky (Bronstein) e Karol Sobelsohn é o nome de baptismo de Karl Radek.

(7) Citado em: Richard Müller, op.cit., p. 230.

(8) Conselho dos Comissários do Povo (*Rat der Volksbeauftragten*). Friedrich Ebert, o presidente do Reich às ordens dos representantes da monarquia tombada, constituiu um governo de união SPD-USPD dirigido contra o Spartakus e os delegados revolucionários (*revolutionäre Obleute*, rede de delegados operários independentes eleitos nas empresas - NdT). À pala de algumas concessões que davam a aparência de os conselhos de operários e soldados exercerem algum controlo, formou-se, em 10 de novembro de 1918, um governo composto paritariamente pelos dois partidos social-democratas, o *Rat der Volksbeauftragte*, que foi “reconhecido” por uma assembleia de cerca de três mil delegados de operários e soldados das fábricas e quartéis de Berlim, dominada pela tendência MSPD (SPD maioritário). O Conselho Executivo do Conselho dos Operários e Soldados da Grande Berlim

● HISTÓRIA

tinha a incumbência de controlar o Conselho dos Comissários do Povo.

(9) Hugo Stinnes, cf. nota 3.

(10) Citado em: Ronald Friedmann: “*Apesar de Tudo*”. Em *Disput*, 1/2019. No seu trabalho, Friedmann cita igualmente as “memórias” do general Wilhelm Groener: “*Ao iniciar-se o ano de 1919, pudemos pôr a hipótese de intervir e sanear em Berlim. Todas as medidas, nesse momento e depois, foram tomadas em estreita coordenação com o estado-maior do exército, embora a direcção e a responsabilidade ante governo e nação fossem de Noske, rapidamente nomeado ministro das forças armadas do Reich, que, seguindo as pisadas de Ebert, selou uma aliança estreita com os oficiais.*” A “estreita aliança” entre Ebert e Groener foi o “Pacto Ebert-Groener” de 10 de novembro de 1918, pelo qual Ebert deu autonomia à chefia militar, ao passo que esta se comprometia a defender o Conselho dos Comissários do Povo contra a ofensiva da revolução.

(11) Eduard Fuchs: Prefácio à 2ª edição (1919) da biografia de Karl Marx de Franz Mehring.

(12) Cf. o nº 27 do Boletim do Serviço de Imprensa e de Informação do Governo Federal, 8 de fevereiro de 1962.

(13) Não se propõe o presente texto apresentar a vida e obra de Rosa Luxemburgo. As mais de 9.000 páginas das “*Obras Completas*” e da “*Correspondência Completa*” de Rosa Luxemburgo disponíveis na Alemanha indicam, só por si, o lugar do presente texto: focar uma pequena selecção de textos para traçar, em esboço, determinadas etapas dos combates que Rosa Luxemburgo travou. Um escrito biográfico importante sobre Rosa Luxemburgo é indubitavelmente o de Paul Frölich: “*Rosa Luxemburgo: Gedanke und Tat*” (“*Rosa Luxemburgo: Ideias e Acções*”), publicado no exílio parisiense no ano de 1939. Em 1940, saiu em Londres a edição anglófona: “*Rosa Luxemburg. Her life and work*”. A obra só foi publicada na Alemanha Ocidental em 1949, em Hamburgo, e, em 1990, em Berlim, na editora Dietz. No seu posfácio, Klaus Kinner cita a posição de Paul Frölich, que, em 1925, apoiando-se na comparação que Lenine fizera com a águia (cf. nota 85), investiu duramente contra o “luxemburgismo” na “*Inprekor*” (5º ano, 1925, nº 46): “*Esta é a razão que justifica a publicação da obra completa, mais além do interesse puramente histórico. Terá particular eficácia precisamente neste momento, quando, no partido alemão, se tentou deparar a águia e apresentar como verdadeira imagem de Rosa Luxemburgo uma sua lamentável caricatura. (...) Para o partido, não é indiferente reconhecer ou ignorar a essência e a valia do seus grandes dirigentes e mártires; adquirir ou não plena consciência dos seus erros, a fim de evitá-los, e absorver ou não os seus grandes ensinamentos duradouros, deles tirando um fruto mil vezes multiplicado.*” (citado segundo K. Kinner: Posfácio. In: Paul Frölich: *Rosa Luxemburg: Gedanke und Tat*. Pp. 383/384. Berlim: 1990.)

(14) *Die Neue Zeit - Revue des geistigen und öffentlichen Lebens* (Novos Tempos, revista da vida intelectual e pública) foi a revista teórica central da

social-democracia alemã de 1883 a 1923. Foi dirigida por Karl Kautsky até 1917. Publicou artigos de Karl Marx, Friedrich Engels, Rosa Luxemburgo, Franz Mehring, para ela tendo também contribuído muitos socialistas europeus. Foi nesta revista que se publicou, por exemplo, o artigo de Leão Trotsky intitulado *O Conselho dos Deputados do POvo e a Revolução* (1907, no caderno nº 29).

(15) Citado em Hermann Weber: *Das Prinzip Links. (O Princípio Esquerda)*, p. 95. Ulm: 1973.

(16) Acta das deliberações do congresso do Partido Social-Democrata da Alemanha. Realizado em Hamburgo de 3 a 9 de outubro de 1897, p. 137. Berlim: 1897.

(17) Rosa Luxemburgo em carta a Leo Jogiches de 24 de setembro de 1898. In: Rosa Luxemburgo: *Correspondência Completa*. Vol. 1, p. 205. Berlim: 1989.

(18) Acta das deliberações do congresso do Partido Social-Democrata da Alemanha. Realizado em Estugarda de 3 a 8 de outubro de 1898, p. 86, Berlim, 1898).

(19) *Ibidem*, p. 91.

(20) *Ibidem*, p. 97.

(21) Rosa Luxemburgo: Discurso ao congresso do Partido Social-Democrata da Alemanha de 3 de outubro de 1898. In: Rosa Luxemburgo: *Obras Completas*, Vol. 1, tomo 1º, pp. 236-238. Berlim: 1974.

(22) Rosa Luxemburgo: Discurso ao congresso do Partido Social-Democrata da Alemanha de 4 de outubro de 1898. In: Rosa Luxemburgo: *Obras Completas*, Vol. 1, tomo 1º, pp. 238-239. Berlim: 1974.

(23) Rosa Luxemburgo: “*Sozialreform oder Revolution?*” (“*Reforma Social ou Revolução?*”). In: Rosa Luxemburgo: *Obras Completas*, Vol. 1, tomo 1º, pp. 367 - 466. Berlim: 1974. (incluindo o anexo, “*Miliz und Militarismus*” (“*Milícia e Militarismo*”).

(24) *Ibidem*, p. 370.

(25) *Ibidem*, pp. 428-429.

(26) *Ibidem*, pp. 444-445.

(27) *Ibidem*, p. 370.

(28) Leão Trotsky: “*A Revolução Russa de 1905*”. Pp. 191-192. Berlim: 1972.

(29) *Ibidem*, p. 5-6.

(30) Rosa Luxemburgo: “*A Revolução Russa*”. In: Rosa Luxemburgo: *Obras Completas*, Vol. 2, p. 9. Berlim: 1972.

(31) Rosa Luxemburgo: “*Greve de Massas, Partido e Sindicatos*”. In: Rosa Luxemburgo: *Obras Completas*, Vol. 2, pp. 91-170. Berlim: 1972.

(32) Rosa Luxemburgo participou, de dezembro de 1905 em diante, na luta revolucionária da classe operária polaca (a Polónia fazia parte do império russo), tendo sido presa em 1906 e libertada contra caução em julho do mesmo ano.

(33) Rosa Luxemburgo: Discurso de 25 de setembro de 1906. In: Rosa Luxemburgo: *Obras Completas*, Vol. 2, p. 177. Berlim: 1972.

(34) V. I. Lenine: “*Questões Históricas acerca da Ditadura*”. In: *Obras de Lenine*, vol. 31, pp. 333-

(35) Trotsky, op. cit., p. 192.

(36) Rosa Luxemburgo: Acta das deliberações do congresso do Partido Social-Democrata da Alemanha. Realizado em Mannheim, de 23 a 29 de setembro de 1906, p. 261. Berlim: 1906.

(37) Citado em Dieter Schuster: Cronologia do Movimento Sindical Alemão dos Inícios a 1918. Bona: 1999. (<http://library.fes.de/fulltext/bibliothek/tit00148/00148031.htm#E322E470>)

(38) Paul Frölich: “*Rosa Luxemburg: Gedanke und Tat*”. P. 165. Berlim: 1990.

(39) Citado em Dieter Schuster: Cronologia do Movimento Sindical Alemão dos Inícios a 1918. Bona: 1999. (<http://library.fes.de/fulltext/bibliothek/tit00148/00148036.htm#E322E284>)

(40) Acta das deliberações do congresso do Partido Social-Democrata da Alemanha. Realizado em Mannheim, de 23 a 29 de setembro de 1906, p. 305. Berlim: 1906.

(41) Paul Frölich: op. cit., p. 166.



● Correspondências d'A Internacional

Azânia/África do Sul



Black Republic

publicação da secção azaniana da IVª Internacional,
Nº 16, janeiro de 2019

O Forum Económico Mundial de Davos revelou e desmascarou de que maneira o governo sul-africano de Ramaphosa se prepara para cumprir os ditames do imperialismo (...)

Durante o consulado de Ramaphosa como presidente ilegítimo, tem havido diferentes tentativas de fazer passar a pauta do FMI e do Banco Mundial através de diversas cimeiras irrelevantes, a começar por aquilo a que chamaram a Cimeira do Investimento e depois dela a Cimeira do Emprego, que não passaram de embustes destinados a abrir caminho à multinacionais para explorar e saquear os recursos do país e da maioria trabalhadora negra contribuinte.

A cimeira dos investidores deixou bem claros os seus objectivos de maximizar o lucro reduzindo os custos do trabalho. Sugerem-se, nessa linha, zonas de comércio livre na SADC (Comunidade para o Desenvolvimento da África Meridional), especialmente nas fronteiras do Zimbabwe, África do Sul, Botswana e Moçambique. Enquanto secção azaniana da IVª Internacional, é claro para nós que isto não é cimeira de investimento nenhuma, mas sim um ardil para introduzir a estratégia do FMI e do Banco Mundial para salvar o já de si abalado sistema capitalista na SADC.

A Cimeira do Emprego, rejeitada pela SAFTU e por várias organizações sindicais, veio a ser aquilo que a secção azaniana da IVª Internacional tinha vaticinado, uma armadilha para dividir a classe operária e fazer aceitar o chamado salário mínimo acima do limiar de pobreza, quando já em 2007 as estatísticas declararam que, na África do Sul, uma família média sobrevive com menos de 1 dólar por dia. (...)

O rubicão está mais do que atravessado, e os factores acima mencionados servem para ilustrar até onde Ramaphosa e os seus estão a dispostos a ir na sua determinação em conseguir um "New Deal" com o imperialismo. Está em cima da mesa a privatização em massa das empresas públicas, a começar pela ESKOM e pelas linhas aéreas sul-africanas (SAA) como parte desse "New deal" e dos planos anti-nacionalização do governo do ANC dirigido por Ramaphosa, governo ilegítimo que tem sido anti-operário desde o princípio. A nacionalização das minas era outra reivindicação dos mineiros de Marikana, uma das razões por que Ramaphosa sugeriu uma "acção conjunta", o que acabou no massacre dos operários e na viragem política na Azânia. Com o governo do ANC pós-CODESA, tinha já havido várias tentativas de privatizar tudo e mais alguma coisa, deixando a maioria de mãos vazias. Bem sabemos quanto ficámos a dever ao indómito espírito lutador de sindicatos operários como o NUMSA, que permitiu a criação da central SAFTU — sem esquecer o contributo crucial do SOPA antes de ter sido liquidado.

A nossa tarefa enquanto Maioria Negra da Azânia prende-se agora com a vontade de formar uma Frente Única do movimento operário na luta contra estas baixas manobras do ANC, que outra coisa não almeja do que outro "New Deal" para continuar o saque, como antes do acordo CODESA e depois de 1994. É missão da secção azaniana da IVª Internacional pôr-se à cabeça desta obrigação revolucionária, conforme consagrado nos princípios fundadores da secção.

Benim



Le Bulletin du Golfe

Editado por militantes operários do Benim, Costa do Marfim e Togo
Nº 6, janeiro de 2019

Eleições de abril de 2019: que lugar para os trabalhadores e suas reivindicações?

No dia 28 de abril decorrerão as eleições para a Assembleia Nacional. As eleições socorrer-se-ão de novos instrumentos eleitorais (lei eleitoral e estatuto dos partidos, nomeadamente) elaborados pelos próximos do presidente da República Patrice Talon e votados pela Assembleia Nacional graças ao Bloco da Maioria Presidencial (BMP). Para conseguir ter maioria no Parlamento da actual legislatura, o presidente teve de se socorrer de todos os meios necessários, incluindo a compra da consciência de parlamentares. Se lhe permitiu fazer passar numerosas leis, maioritariamente desfavoráveis à classe operária (privação de direito de greve dos agentes em saúde e pessoal de segurança, restrição do direito de greve para as outras categorias de trabalhadores, lei das parcerias público-privado, disposições em matéria de hiperflexibilidade para o despedimento de agentes, nomeadamente no sector privado), a dita maioria já não lhe permitiu rever a Constituição. Nas próximas legislativas, o presidente Talon procura dispor dos "seus próprios" deputados capazes de, melhor do que os da legislatura cessante, votarem leis "de olhos fechados". Quer, para falar claro, uma Assembleia muito dócil, com deputados às ordens, para poder rever a Constituição num sentido anti-democrático, que lhe garanta mandar nos trabalhadores e no povo e instaurar um regime policial. Para isso, o presidente da República mandou os seus partidários fundirem os seus partidos e movimentos políticos em duas novas entidades: a União Progressista e o Bloco Republicano. Usando meios do Estado e uma bargagem publicitária nos meios de comunicação estatais, estes autênticos partidos de Estado começaram a campanha antecipadamente. No lado oposto, a oposição procura organizar-se, com alguns dos seus membros metidos na prisão ou votados ao exílio. Seja qual for o resultado das eleições, o povo mantém-se apegado às suas conquistas democráticas, não podendo tolerar qualquer atentado a elas. É igualmente claro que os trabalhadores, com as suas

organizações, continuarão a exigir a satisfação das suas reivindicações. Nada poderá impedir-lho, nem sequer as operações de sedução do presidente, iniciadas no recente encontro que manteve com os secretários gerais das confederações sindicais.

Brasil



Resistir

Declaração do Conselho Editorial
28 de janeiro de 2019

“Não foi um acidente e sim um crime cometido em nome do lucro”

A ruptura da Barragem da Vale em Brumadinho, com dezenas de vítimas fatais já confirmadas e centenas de desaparecidos, é hoje a segunda tragédia humana e ambiental causada pela privatização da empresa. Este fato, coloca na agenda, de maneira urgente, a necessidade de reestatização da Vale como medida de defesa nacional. O que aconteceu não foi um acidente, mas um crime cometido em nome do lucro.

Nós saudamos a declaração da presidente do PT, Gleisi Hoffmann, quando diz: *“A privatização de empresas em setores de grande impacto ambiental ou social, mais cedo ou mais tarde cobra seu preço da população. Ainda mais quando há impunidade de ocorridos anteriores, como no caso da Barragem de Samarco em Mariana. Esta, pela extensão que está sendo prevista, pode ter as mesmas consequências. É mais um alerta, doloroso, de que a política de privatizações generalizadas com o afrouxamento de regras para conservação e preservação ambiental podem aumentar, e muito, tragédias como estas”*. Gleisi Hofmann está absolutamente certa: a tragédia que acaba de acontecer é o resultado da privatização. Mas se é assim, a direção do Partido dos Trabalhadores não deve tirar a única conclusão possível exigindo a imediata reestatização da Vale? Infelizmente, é preciso reconhecer: quando o PT esteve no governo, por treze anos, não reestatizou a Vale. Agora é hora de retomar com força a reestatização da Vale como bandeira do partido. A CUT e os sindicatos devem fazer o mesmo. A tragédia de Brumadinho, como a tentativa de golpe que acaba de acontecer na Venezuela em razão do petróleo e das riquezas minerais, são duas ilustrações do que é a política de pilhagem dos recursos naturais do imperialismo - particularmente o imperialismo dos EUA - na América Latina.

Numa hora trágica como essa, é importante lembrar que com a “reforma” da previdência pretendida pelo governo Bolsonaro, em nome da ganância do mercado financeiro, prepara-se mais outra tragédia social e humana contra os trabalhadores e a maioria do povo brasileiro. Desde já as organizações dos trabalhadores devem construir a unidade necessária para — através de uma greve geral — barrar esta nova catástrofe anunciada.

Conselho Editorial do Jornal Resistir, 28 de janeiro de 2019

Burundi



Tribune libre des travailleurs

órgão do Parti des travailleurs et de la démocratie (PTD),
Nº 105, novembro de 2018

Conferência pública de Paul Nkuzimana de apresentação do seu livro na Universidade do Burundi, dia 29 de novembro de 2018.

“A conferência realizou-se no Campus Kamenge, no anfiteatro da Faculdade de Psicologia e Ciências da Educação, às 16h do dia 29 de novembro. Em foco, o livro do Professor Paul Nkuzimana. Ao apresentar o livro, *“Contribution à l'étude de la préhistoire et de l'histoire sociales de l'Afrique des Grands Lacs et de l'Est”* (Contribuição para a Pré-História e História Sociais da África dos Grandes Lagos e Oriental), o autor começou desde logo por indicar o método de que se servira para realizar a sua pesquisa referente a esses dois grandes períodos históricos da história da humanidade: a saber, o materialismo histórico ou marxismo. (...)

Do anfiteatro saíram numerosas questões, relacionadas com os seguintes aspectos.

— Como mudar a situação descrita? Os ricos continuam a enriquecer-se, ao passo que os pobres continuam a empobrecer. A classe média está desaparecendo. Que fazer então?

— Que lugar tem o materialismo histórico no ensino da economia?

— Como se há-de instaurar uma Assembleia Constituinte?

— A privatização provoca efeitos catastróficos, tanto para as populações como para o próprio país. Por que outro modo de produção se há-de substituir o capitalismo?

— Muitos quadros vão para o estrangeiro. Como hão-de, então, consciencializar outros ou, pelo menos, aconselhar-lhes os que ficaram?

— Que se há-de fazer para que os investigadores se lancem a obra tão significativa?

Entre os elementos de resposta proporcionados pelo relator, a reportagem publicada na *Tribune des travailleurs* indica: *“Na época do imperialismo, os dados do capital têm tendência a amplificar-se. É verdade que a classe média, ou a pequena-burguesia, tendem a desaparecer. Os monopólios-multinacionais esmagam e arruinam os pequenos produtores e comerciantes. Até os funcionários do sector público empobrecem a uma velocidade vertiginosa. Vejamos o exemplo de um “alto” funcionário de Estado, director-geral de uma administração central: o seu salário não lhe permite sequer pagar a renda da sua habitação! Graças ao seu diploma universitário, está classificado nos*

>>>

● CORRESPONDÊNCIAS

>>> “altos” quadros do Estado, mas o salário que recebe é inferior ao de um motorista de ONG. Ora, a verdade é que isto mergulha a sua raiz no processo de decomposição do Estado. Genericamente falando, há um processo de pauperização generalizada das massas. Sendo, por conseguinte, tais “quadros” objectivamente parte integrante da classe operária, cujas reivindicações partilham. (...) As privatizações dão obviamente cabo de tudo, o que fazem é expropriar trabalhadores e países. Vê-se, também, que as reivindicações das massas põem em causa o regime capitalista, o regime da propriedade privada dos meios de produção. O que significa que o modo de produção que devia estar na ordem do dia é o modo que satisfaça as necessidades da sociedade no seu conjunto. Não seria exagerado evocar a necessidade do modo de produção do comunismo moderno como único capaz de satisfazer tais exigências.”

Canadá



Bulletin de liaison (bilingue inglês-francês)

Comité de Ligação dos Trotskistas
Canadianos,
Nº 5, novembro de 2018

Embora tivesse começado por resistir a assinar o Acordo Estados- Unidos-México-Canadá (USMCA) por pressão de alguns sectores da burguesia canadiana, o primeiro-ministro deste país, Trudeau, acabou por capitular e assinar o novo Acordo Estados- Unidos-México-Canadá (USMCA) a 30 de setembro de 2018. O congresso americano fixara a data-limite de 30 de setembro de 2018 para excluir o Canadá se este não assinasse o acordo. Convocado de urgência no dia 30 de outubro de 2018 às 22 horas, o conselho de ministros do governo federal deu luz verde a Trudeau para apor a sua assinatura ao USMCA (...) Com o USMCA, o imperialismo americano mantém os direitos de importação sobre o aço e o alumínio nos valores de respectivamente 25 e 10%, decididos pela administração Trump no passado mês de maio, abrindo para si uma parte do mercado leiteiro quebequense. No que diz respeito à indústria automóvel, ficam para já suspensas as ameaças americanas, a concretizar a mais largo prazo. Já os serviços públicos canadianos ficam na linha de mira das privatizações, sob ameaça da reguada das multinacionais americanas. É o caso do sistema de saúde canadiano, denunciado como “socialista” pelo próprio Trump. Trudeau e Legault (futuro primeiro-ministro do Quebec, da coligação CAQ — Coligação pelo Futuro do Quebec — que acabou de ganhar as eleições provinciais de 1 de outubro de 2018) comprometeram-se já a apoiar os produtores de leite. Recorde-se que o governo do Quebec do liberal Couillard oferecera aos banqueiros e especuladores um montante de 863 milhões de dólares, alegadamente para eles enfrentarem os efeitos da *destabilização económica* criada pelas medidas da administração Trump. As

consequências da aplicação do USMCA só poderão, assim, ser desastrosas para a classe operária e para os povos dos três países e não só. (...)

Globalmente, as direcções sindicais consideram o novo acordo como elemento inevitável da vida em capitalismo. Nenhuma fez notar que o acordo é uma catástrofe para os trabalhadores dos três países afectados. O Sindicato Canadano da Função Pública (SCFP) deplorou que as cláusulas ISDS (em matéria de arbitragem de diferendos entre investidores e Estados) continuassem em aplicação no México, mas sem grande convicção. Claro que nunca um acordo de “comércio livre” entre países capitalistas serviu a classe operária de nenhum dos países envolvidos. O domínio da economia norte-americana enquanto mercado único continua a ser o objectivo da Wall Street e dos seus parceiros menores da Bay Street. A classe operária está disposta a lutar contra o USMCA, que compromete os seus direitos. Isso demonstram as ocorrências da luta de classes em vários sectores, tanto públicos como privados, de resistência contra as consequências da subordinação do Canadá às multinacionais americanas. O USMCA não é susceptível nem de negociação nem de emenda, é preciso aboli-lo.

Chile



Tribuna libre

Nova série, nº 2, janeiro de 2019

Declaração Pública sobre a intentona na Venezuela do *Movimiento por la Dignidad* (MPD)

“(…) Dizemos claramente: não fomos chavistas nem somos partidários de Maduro. Apesar disso,

apoiamos todas as medidas de libertação dos nossos povos. Tal como lutamos pela nacionalização do cobre para o povo do Chile, contra o saque das contribuições dos trabalhadores pelos fundos de pensões, pelo direito à educação, à saúde, à defesa do meio ambiente, da soberania da nação chilena, da justiça social, assim nos determinamos também pelos interesses de cada povo. Sabemos que os difíceis problemas que a população da Venezuela vive têm um responsável essencial: a política de boicote e sabotagem do imperialismo, que organiza tudo para pôr o povo à míngua, com carestia e mercado negro. O nosso saber é de experiência feita, porque no Chile, poucos dias passados do golpe militar de 11 de setembro de 1973, os produtos essenciais apareceram automaticamente. Sabemos que ao imperialismo e seus lacaios nacionais não interessa a democracia, nem o destino dos seus povos. Estamos ao lado da nação venezuelana oprimida pelo imperialismo, dos seus trabalhadores, jovens, mulheres, que se defenderão legitimamente, com todos os meios à sua disposição. Apoiamos a decisão do governo de Maduro de romper relações diplomáticas com Washington. (...)

Os militantes do *Movimiento por la Dignidad* apelam à velha geração de trabalhadores, aos militantes que sofreram as consequências do golpe militar de 11 de setembro de 1973, às novas gerações de trabalhadores, à juventude, para uma acção comum de mobilização contra a intentona e a intervenção militar na Venezuela. A verdadeiro homenagem aos nossos caídos, aos desaparecidos, aos milhares de detidos, perseguidos, postos à fome pela barbárie de um regime militar ao serviço de Washington é uma demarcação precisa em defesa da Venezuela, contra a ingerência imperialista. Aqui do Chile, dizemos:

Em nosso nome, NÃO!

Abaixo o golpe de Estado!

Imperialistas, fora da Venezuela e da América Latina!

Trump, Bolsonaro, Piñera, União Europeia, tirem as garras da Venezuela!

Direito do povo venezuelano a dispor do seu próprio destino!

25 de janeiro de 2019”

Estado Espanhol



La Internacional

Semanário, n° 20
24 de janeiro de 2019

A Crise de Podemos

O choque entre Íñigo Errejón e a direcção estatal de *Podemos*, liderada por Pablo Iglesias, em Madrid, trouxe para o primeiro plano uma crise larvar em que os “roxos” laboram há meses

em todos os territórios e que

se agudiza ao aproximarem-se os compromissos eleitorais desta primavera e os processos das primárias para eleger os candidatos.

Errejón representa há muito tempo a linha mais acabada da submissão ao “regime de 78”, contra o qual *Podemos* se erguera, reunindo à sua volta mais de cinco milhões de eleitores e dezenas de milhares de simpatizantes e militantes. “Amante” declarado que é da defesa de “Espanha e dos seus símbolos”, a aliança com Carmena, que, como uma Bonaparte sem controlo, se pôs acima das siglas e organizações na câmara municipal de Madrid, é o caminho mais rectilíneo para se converter em muleta do aparelho do PSOE. A porta-voz do executivo do PSOE, Adriana Lastra, abriu-lhe as portas de par em par.

Não sabemos em que acabará isto. Andam a orquestrar todo o género de manobras e pressões para *Podemos* chegar a acordo com Carmena, que o próprio Iglesias anima quando diz que “Errejón não é Carmena”. Na Catalunha, a direcção de *Podem*

decidiu, por acordo com Iglesias, não celebrar primárias autárquicas para Barcelona, deixando a confecção das listas nas mãos de Ada Colau e da sua equipa. A resposta dos militantes e dirigentes de *Podem* tem sido: mal-estar, críticas, demissões.

O “caso Errejón” não caiu do céu aos trambolhões nem foi fruto do acaso. Em nossa opinião, abriu-lhe caminho a própria política da equipa de Iglesias. A rejeição do referendo de 1 de outubro na Catalunha e a timidez da defesa que fizeram das vítimas de represálias, acatando sempre estritamente as instituições do Estado e a “separação de poderes”, o seu apoio incondicional ao governo de Sánchez, onde reclamaram ministérios, o seu aguerrido apoio ao orçamento do Estado negociado com Bruxelas, o republicanismo de salão, tudo isso tem transformado *Podemos* numa espécie de quinta roda do “Regime de 78”. Os “círculos” deixaram de existir como referência para a mobilização social. A vida política do grupo reduz-se ao terreno institucional, das Cortes ao último dos municípios.

A desfeita que sofreram na Andaluzia, onde os representantes da “*extrema esquerda*” de *Podemos*, encabeçada por Teresa Rodríguez, se apresentavam em coligação com a IU, reflecte, em nossa opinião, a rejeição que essa política encontra em cada vez mais sectores, entre os milhões que procuram uma saída de ruptura com o regime e as suas instituições.

Aos milhares de trabalhadores e jovens, aos militantes e simpatizantes que procuraram no *Podemos* uma política independente para ajudar à mobilização para acabar com o regime da herança franquista, perguntamos fraternalmente: não terá chegado a hora de levantar um Partido Operário, que defenda fielmente os interesses dos trabalhadores e dos povos face à dupla ditadura de Bruxelas e do aparelho franquista ao seu serviço?

Estados Unidos

The Organizer

Correspondência dos militantes e simpatizantes de *Socialist Organizer* (secção da IVª Internacional nos Estados Unidos)

Sobre os piquetes de greve dos professores em Los Angeles (a greve, que durou de 14 a 20 de janeiro, conquistou grande parte das reivindicações).

Algumas notas coligidas em discussões com militantes e simpatizantes do *Socialist Organizer* nos piquetes em Los Angeles.

— os piquetes tiveram muita força logo desde o >>>



● CORRESPONDÊNCIAS

>>> primeiro dia (14 de janeiro), mas foram ficando ainda maiores e mais fortes durante a semana.

— o sindicato pede aos filiados que assinem um livro de ponto quando chegam aos piquetes cada dia. Assinaram, todos os dias, entre 31.000 e 32.000 professores (no total, há 33.450 professores)

— , número sem precedentes em greves nos EUA. Não se esqueça que 97% dos professores votaram a favor da greve — percentagem superior até à de Chicago.

— o foco do sindicato foi a organização de piquetes e de comícios de massa. Esta semana, houve três comícios de massas, os dois primeiros debaixo de chuva torrencial. Todos tiveram entre 50.000 e 60.000 participantes. O de sexta-feira, ao sol, foi o maior: 60.000. Falaram no comício músicos e gente conhecida de Hollywood.

— o apoio dado pelos pais e pelos estudantes foi imenso. Há 654.000 estudantes no distrito escolar único de Los Angeles (LAUSD); dezenas de milhar de pais e estudantes, se não mais, estiveram presentes nos piquetes todos os dias. A mensagem deles é a mesma do sindicato. Todas as notícias da imprensa mostram a solidez do apoio de pais e estudantes aos professores.

— a greve dos professores de Los Angeles — coisa totalmente nova e sem precedentes — tem recebido apoio tangível e visível das duas federações nacionais em que se filiam — a American Federation of Teachers (AFT) e a National Education Association (NEA). A UTLA está filiada em ambas as federações. A presidente da AFT, Randi Weingarten, realizou duas conferências telefónicas com dirigentes da AFL-CIO (incluindo Trumka), com dirigentes da AFT e da NEA, presidentes estaduais da AFL-CIO e outros, a todos apelando para que:

adoptassem uma escola no LAUSD (para ouvir histórias de professores, estudantes e pais)

mandassem dinheiro ao fundo de solidariedade da greve (para dar de comer a pais, professores e estudantes presentes nos piquetes),

se recusassem a atravessar as linhas dos piquetes (camionistas, electricistas e filiados no SEIU que prestam serviços às escolas não atravessaram as linhas, lembrando a greve dos professores de Chicago),

organizassem comícios de solidariedade semanais bem visíveis e/ou conferências de imprensa em escolas dos seus estados em apoio à greve, instando com todos os professores e apoiantes do ensino público a nível nacional para usarem camisolas “Red for Ed” nos dias escolhidos e

enviassem delegações sindicais a Los Angeles que dessem apoio visível aos professores e depois disso dessem conta ao movimento sindical das suas cidades.

Nem os professores de Wisconsin que, em 2011, ocuparam o Capitólio do Estado, nem os professores de Chicago, tiveram tanto apoio do movimento sindical dos seus próprios estados, já para não falar de nacionalmente. Isto fica-se agora a dever:

ao alastramento aos “estados azuis (democratas)” do movimento profundo dos professores em luta

(na Virgínia Ocidental, Arizona e Oklahoma),

aos ataques crescentes aos sindicatos, especialmente com a decisão Janus, levando a que até os dirigentes sindicais cimeiros dissessem que “para o movimento sindical americano é hora de agir ou morrer” e

ao medo dos funcionários superiores de serem ultrapassados pelo movimento das bases.

Grécia

Ergatika Nea

Editado por militantes do CORQI Nº 17 - 24 de janeiro de 2019



Depois do Kosovo, miniatura de Estado nascido no seguimento de um dilúvio de bombas da l’NATO, é agora a vez da Macedónia do Norte. que está para se tornar na maior base militar americana em virtude do acordo de Prespes. No entanto, aqueles que andam a organizar as manifestações contra o acordo (um ex-senador americano, milionários com a Igreja de inter-

mediária, “democratas de direita”, na fímbria, até fascistas) não são inimigos da NATO. Nenhum deles alguma vez reclamou que as tropas americanas deixassem a Grécia. Panos Kammenos (ex-ministro “soberanista”, demissionário do governo Tsipras por causa do acordo), propusera a Nova Iorque construir na Grécia todas as bases militares previstas para a Macedónia do Norte.

A quem interessa atizar a chama do nacionalismo?

Os próprios defensores do acordo dão uma resposta: num debate televisivo, um responsável do Syriza (o partido de Tsipras, que está no poder) declarou: “*O nosso PIB é igual à soma de todos os outros países dos Balcãs. Claro que queremos desempenhar um papel importante.*” Desempenhar “um papel importante” significa os bancos e os oligarcas gregos poderem abrir novos campos de acção, como aconteceu depois da destruição da Iugoslávia.

Tsipras reivindica para a burguesia grega algumas migalhas caídas da mesa, enquanto o imperialismo americano se prepara para ocupar os últimos pedaços da ex-Iugoslávia.

Promotores e “opositores” do acordo de Prespes sabem que o nacionalismo é a melhor arma para voltar os povos uns contra os outros.

Há mais de cem anos que nenhum povo dos Balcãs pode decidir livremente o seu destino. Todas as fronteiras foram traçadas por potências e interesses estrangeiros, mas com o sangue dos trabalhadores de todas as nacionalidades. Não compete à classe operária nem a nenhum partido que pretenda falar em seu nome defender esta ou aquela fronteira. A tarefa de

m autêntico partido operário deve ser a de promover a unidade de todos os trabalhadores dos Balcãs, emancipados do capitalismo e da dominação imperialista. Não é uma utopia, é uma necessidade vital. O direito dos povos a disporem de si próprios aplica-se a todos os povos, incluindo, é claro, o povo macedónio, mas o acordo de Prespes não lho garante.

Hungria

Correspondência

Pela greve, os operários da fábrica Audi de Győr conquistam 18% de aumento de salário!

Acaba de decorrer uma greve na fábrica Audi de Győr (oeste da Hungria). Faz mais de vinte anos que as multinacionais implantadas na Hungria lá se aproveitam do baixo “custo do trabalho”. Durante anos, as tentativas de constituir sindicatos nestas fábricas eram duramente reprimidas pela administração.

Na fábrica de Győr (13.000 assalariados), no entanto, o Sindicato Independente da Audi Hungria (AHFSZ) tomou a iniciativa.

Ao fim de seis dias de uma greve que mobilizou provavelmente até 9.000 trabalhadores, o AHFSZ acaba de assinar um acordo histórico, pois a direcção teve de ceder. Com efeito, a greve paralisou a produção de motores e repercutiu-se noutras fábricas, nomeadamente na Alemanha. Note-se de passagem que a greve dos operários húngaros foi apoiada pelos sindicato metalúrgico alemão, o IG Metall.

O acordo assinado pela direcção e pelo sindicato consagra a conquista pelos trabalhadores de um aumento salarial de 18 % (aumento que não pode ser inferior a 75.000 forints, ou aproximadamente 240 euros/mês); um prémio de 400.000 forints em espécie por ano em 2019 e 2020 (cerca de 1.250 euros); uma diuturnidade de 6.000 forints mensais depois do quinto ano, além de outras diuturnidades; um fim de semana de licença garantida por mês.

A greve está levando os operários de muitas outras fábricas a porem a questão da greve pelos salários: na fábrica Bosch de Hatvan, na fábrica Starters E-Components Generators Automotive Starters de Miskolc, na fábrica Thyssenkrupp de Jászfényszaru.

Estas greves dão-se num contexto novo: o das manifestações que se têm sucedido nos últimos dois meses, ao apelo dos sindicatos e federações, pela retirada da “lei esclavagista”. Esta lei foi feita por medida para as multinacionais pelo governo populista de direita de Viktor Orban, permitindo impor até 400 horas extraordinárias/ano, o que é perfeitamente compatível com a legislação europeia, como o governo Orban fez questão de relembrar!

Só que os operários de Győr acabam de recordar a estes cavalheiros que, na Hungria como em

todo o lado, há mesmo duas classes, com interesses incompatíveis!

Haiti

Haiti Liberté

semana de 30 de janeiro de 2019 (excerto do editorial de Berthony Dupont)



O imperialismo tem sido sempre o maior obstáculo no caminho da emancipação e do progresso dos países e povos que lutam por alcançar níveis de vida condignos com as mais elementares normas do bem-estar e da dignidade humanas. Hoje, a hora é grave! (...) não basta denunciar e pronunciar mais uma condenação do gesto indecente dos dirigentes yankees! O povo venezuelano tem muita necessidade dos progressistas e revolucionários consequentes, para construir uma cintura de solidariedade internacional à volta do governo legítimo da Venezuela que evite a sua liquidação e a liquidação da resistência popular. O que a Venezuela espera de nós é a mobilização em toda a parte, mas, sobretudo, em todos os países que fazem corpo com Trump, visto que só uma luta sem quartel permitirá resolver de uma vez por todas esta contradição vergonhosa. Povo haitiano, socorramos os nossos irmãos venezuelanos, não fiquemos à espera do último minuto para agir, poderá ser demasiado tarde. (...) O melhor apoio que nós, haitianos, podemos dar ao povo venezuelano em luta contra as agressões das obscuras forças internacionais é lutar pela libertação do povo haitiano. Isso significa travar, neste mesmo momento, sem demora, uma luta incessante, activa entre nós, contra os reaccionários ao serviço do imperialismo. O mesmo é dizer que está em causa roer a corda em que assenta o regime putrefacto e corrupto de Jovenel Moise/Jean-Henry Céant, de ter o braço dos assassinos terroristas, autênticos carrascos às ordens de Donald Trump.

A chamada oposição popular e democrática não tem visto nas últimas acções do governo em relação à Venezuela tema de conversa. É assim porque ela própria se resigna comodamente aos objectivos do capitalismo. A sua luta é puro simulacro, uma farsa para embarcar as massas populares haitianas ao lado da exploração imperialista. (...) À violência imperialista sedenta de petróleo e das riquezas dos povos, opunhamos a resposta revolucionária! Temos a certeza de que o povo e o governo venezuelanos se manterão revolucionários e que todas as maquinações que se urdem contra eles se desfarão! Viva a luta das massas laboriosas da Venezuela até à sua libertação total!

>>>

● CORRESPONDÊNCIAS

>>> Índia



Spark
dezembro de 2018

Em novembro de 2016, Modi infligiu ao povo o tormento de uma desmonetização surpresa a pretexto de desvendar o dinheiro negro na economia e de quebrar a espinha do financiamento dos terroristas e naxalitas, colhendo enormes lucros políticos dessa

campanha nas eleições para a assembleia do Estado de Uttar Pradesh de fevereiro de 2017. Contudo, o último relatório do RBI, o Banco Central da Índia, desmascarou decisivamente a vacuidade da medida de desmonetização, esmiuçando o seu enorme custo económico para milhões de pobres e centenas de milhares de pequenas e médias empresas do sector informal — que ainda não recuperaram completamente dos transtornos causados pela desmonetização.

Na mesma linha, o imposto sobre bens e serviços (GST), embora tenha sido acolhido com apreço por uma larga franja do mundo empresarial e respectivos porta-vozes, veio a ser um novo assalto às pequenas e médias empresas do sector informal, fonte primária de emprego para a larga maioria dos trabalhadores indianos. Em conjugação com a aflição que se vive na agricultura — com milhares de agricultores a cometerem suicídio nos últimos quatro anos e dezenas de milhares de milhões de rupias bloqueadas em empréstimos por pagar — é evidente que a promessa de ‘achhe din’ (‘dias bons’) se tornou em pesadelo para o povo miúdo do país, ao passo que os ricos continuam a consolidar o seu mando da economia. Todos os indicadores mostram que a desigualdade de rendimento e patrimonial continua a crescer, enquanto as oportunidades de emprego bem pago encolhem a um ritmo alarmante.

Entretanto, sob o impulso da agenda social maioritária hindu do RSS (Organização Voluntária Nacional, seita hindu-nacionalista), os dalits (casta inferior dos “intocáveis”) e muçulmanos são vítimas de linchamentos por turbamultas, com a polícia a fazer de espectadora silenciosa ou a colaborar com elas. O frágil tecido social do país é alvo de uma investida. A liberdade das mulheres de casarem com o homem que entenderem, afirmarem a sua individualidade, entrarem em locais religiosos para rezar, entre outros direitos, são atacados a pretexto da ‘jihad do amor’ e da defesa das tradições da ‘cultura hindu’. Os dirigentes do BJP e outros militantes do RSS continuam a atacar os seus adversários com ar de desafio, incitando os seus apoiantes à violência, violando grosseiramente direitos e liberdades constitucionais. (...) Neste quadro, a hora é de unidade de todas as forças progressistas e laicas e das organizações que defendem os direitos humanos e as liberdades civis, dos grupos de mulheres e ambientalistas, das organizações tribais e de dalits para defender direitos e liberdades.

Itália



Tribuna libera

Mensário operário independente
janeiro de 2019

**Foco na... lei de estabilidade:
depois de três meses de fumo,
a realidade**

Todos nos lembramos de Salvini e Di Maio a dizerem: os interesses do povo italiano passam à frente dos ditames da UE. E que aconteceu?

No dia 19 de dezembro, o primeiro-ministro Conte cedeu à Comissão Europeia quanto à lei orçamental. Vimos uma lei decidida fora do país, em Bruxelas, a ser aprovada às cegas e a toda a velocidade.

Em que deu a soberania nacional tão cantada por Salvini? Vejamos os pormenores da capitulação nos termos relatados pelo jornal *La Stampa*, de 20/12/2018: “O presidente do executivo europeu, Dombrovskis, explicou: o acordo a que chegámos permite-nos evitar, por agora, o procedimento por infracção, contanto que as medidas sejam adoptadas na íntegra. O que significa isto? Se alguma coisa der para o torto, podemos voltar ao assunto em fevereiro. A Comissão Europeia obrigou a Itália a cativar dois mil milhões de euros, uma jogada cautelara decidida pelos comissários europeus para compensar a eventual derrapagem do défice. O governo italiano teve de cortar 9.300 milhões de euros, apesar do desconto de 3.150 milhões concedido pela UE a título da instabilidade geológica e da segurança das rodovias. Destes 9.300 milhões, 4.300 provêm do diferimento para 1 de abril do rendimento cidadão e da “quota 100” [pensão por inteiro - NdT] e da redução da sua base de cálculo. Outros 4.200 milhões provêm de cortes nos investimentos”. Esmiuçem-se agora estes 4.200 milhões de cortes, ainda segundo *La Stampa* de 20/12/2018: “850 milhões de cortes nos financiamentos das políticas comunitárias, 800 milhões de cortes no fundo de desenvolvimento e coesão social, 600 milhões de cortes nos caminhos de ferro do Estado, caem os montantes afectados à administração pública, sem se conhecerem com exactidão as poupanças”. Na página stradeautostrade.it: “Para a ANAS [empresa encarregada das estradas], esta lei orçamental faz baixar as verbas previstas de 3.090 milhões em 2018 para 538 milhões de euros em 2019, menos 1.827 milhões. Isto depois da derrocada da ponte Morandi, em Génova”. A capa de *La Stampa* de 21/12/2018 tem com o título: “Orçamento, o acordo com a UE tira a espoleta à raiva popular, explodem as receitas de IVA”. Nas páginas interiores: “Salvini e Di Maio, acometidos por polémicas violentas, apressam-se a dizer que, depois de anular os aumentos do IVA para 2019, farão outra vez o mesmo nos anos seguintes. Mas é um dado de facto que o acordo com a UE prevê um total de 23 mil milhões de aumento do IVA em 2020 e mais 29 mil milhões em 2022, altura em que a taxa ordinária do IVA poderá saltar para 26,5%. O Codacons [associação de defesa do ambiente e direitos dos consumidores] calcula em

1.200 euros por ano o aumento médio para as famílias”. Acrescendo que, segundo a Anief, os investimentos no ensino serão reduzidos, em 2020 e 2021, de 48.300 para 44.400 milhões, no lapso de três anos. Cortes também para as autarquias locais. *La Stampa* de 07/01/2019: “Chiara Appendino voa para Roma para tentar reduzir os cortes à lei de financiamento, o executivo municipal tinha feito os primeiros cálculos antes do Natal, que nas semanas seguintes nunca foram desmentidos. Agora, por causa do orçamento, terá de renunciar a uns vinte milhões; o fundo de compensação da passagem do IMU (imposto municipal único) para a TASI (contribuição por serviços gerais) terá cortes entre 6 e 7 milhões, e o fundo para os créditos de exigibilidade duvidosa terá de ser aumentado 10 milhões, a que se acrescentam os 563 milhões que todos as autarquias deviam ter arrecadado em 2019, mas ficaram cancelados”. Por fim, na *La Stampa* de 21/12/2018: “A ‘Quota 100’ servia para favorecer a rotação entre reformados e trabalhadores jovens. Porém, para as contas baterem certo, o governo adiou para 15 de novembro de 2019 os recrutamentos para a função pública. Resultado: muitos jovens que esperavam ser recrutados terão de aguardar”.

Marrocos



Tribune des travailleurs

Nº 6, janeiro de 2019

A administração americana empurra para a guerra e quer rebentar com o Magrebe!

Há vários meses que a administração americana vem exercendo consideráveis pressões sobre o nosso país para regressar ao

Plano Baker, portanto ao desmembramento das nações do Magrebe e de todo o Norte de África. “Creio que se devia fazer uma pressão intensa sobre todos os interessados, a ver se não conseguem resolver o problema”, afirmou o conselheiro de segurança nacional do presidente Trump, no mesmo fôlego em que se dizia “impaciente” por ver resolvido o conflito pelo Sara Ocidental, citado pela revista americana *The New Yorker* (29 de dezembro). Sobretudo Trump e o seu chefe da Segurança Nacional (NSC), John Bolton, quem multiplica as ameaças tanto para parar com o financiamento da MINUSRO como para anular o acordo de comércio livre que liga os Estados Unidos e Marrocos em proveito de um acordo “útil” — para Trump — com todos os países do Magrebe! Numa palavra, o imperialismo americano fomenta a guerra na nossa região, visando não somente desfazê-la paralelamente ao plano de desmantelamento do Médio

Oriente, através do famoso “acordo do século” e da retirada das tropas americanas da Síria, preparando o terreno para uma guerra infindável entre os países da região (Turquia, Irão, Iémen, Síria... etc.)

Pela defesa da soberania e da unidade da nação marroquina, para lutar por uma união livre dos trabalhadores e povos do grande Magrebe, da nação e a sua maioria; os trabalhadores das cidades e dos campos precisam de uma organização política independente que possa ajudar a reatar com o combate dos nossos antepassados contra o colonialismo e pela ruptura com o imperialismo e os seus planos, bem com p ara avançar na luta pela fraternidade e solidariedade dos trabalhadores e povos do Grande Magrebe. A nação e a sua maioria necessitam de um partido operário independente e democrático cuja prioridade seja abrir um debate amplo com as organizações, grupos e militantes do movimento operário de todas as tendências políticas e filosóficas, de modo a formar uma frente única e lutar por uma assembleia constituinte livre e soberana. Para avançar neste combate, os militantes que editam este boletim convidam-vos a abrir o debate fraterno.

Juntem-se a nós para debater! Juntem-se a nós para organizar a luta!

México



Transición

Suplemento publicado pelo Comité do CORQI no México - fevereiro de 2019

Solidariedade com os grevistas de Matamoros (México)

Nós — abaixo-assinados organizadores e apoiantes da Conferência Binacional contra a NAFTA e o Muro da Vergonha,

em Defesa dos Direitos Laborais (Carson/dez. 2017 e Chiapas/março 2018) — apelam à tua INTERVENÇÃO URGENTE em SÓLIDARIEDADE com o movimento grevista em Matamoros, Tamaulipas (México), em que participam, resistindo, cerca de 80.000 operários da indústria das maquiladoras [fábricas fronteiriças a baixos salários]. Os operários apelam a uma solução imediata para as suas reivindicações: PAGAMENTO IMEDIATO DO PRÊMIO ANUAL DE 32.000 PESOS e um AUMENTO SALARIAL DE 20%. (...)

Denunciamos as ameaças aos trabalhadores de Matamoros, especialmente contra a advogada laboral Susana Prieto Terrazas, uma das principais organizadoras do movimento, e apelamos para que envie posições às empresas, aos governos federal e do Estado no México, assim como aos funcionários sindicais envolvidos, responsabilizando-os pela segurança dos seus camaradas.

A greve em curso é histórica. É um sinal claro de

>>>

● CORRESPONDÊNCIAS

>>> que os trabalhadores mexicanos, tal como os seus camaradas do resto do mundo, estão dispostos a lutar para defender os seus direitos laborais. É uma demonstração do seu imenso poderio.

Com a paralisação completa da produção, puseram em xeque tanto as empresas multinacionais predadoras, especialmente as da indústria de peças de automóveis, como os funcionários superiores dos sindicatos milhares de trabalhadores marcharam até à sede do Sindicato dos Trabalhadores Industriais da Indústria *Maquiladora* de Matamoros, obrigando-os a declarar a greve em 45 empresas maquiladoras e forçando tanto as autoridades autárquicas como os chefes das empresas a autorizarem a greve. A greve rebentou às 2h da tarde de 25 de janeiro. Porém, as empresas fizeram todos os possíveis por parar o movimento, apelando à polícia para obrigar os trabalhadores a manter a produção a andar. Os trabalhadores não estão cedendo à pressão. Têm mantido à resistência.

Apelamos a que organize comícios e conferências de imprensa, a difundir largamente informação sobre a greve e a mandar posições ao presidente Andrés Manuel López e ao Ministro do Trabalho María Luisa Alcalde instando com eles pelo apoio aos grevistas e às suas legítimas reivindicações, incluindo o direito a formarem os sindicatos democráticos que entenderem, and apelando ao fim das ameaças e da repressão contra os trabalhadores, especialmente Susana Prieto Terrazas.

Portugal



O Trabalho

Nº 12, 4 de janeiro de 2019

Não, Não É Possível Reformar o Capitalismo

O orçamento para 2019 foi aprovado com os votos do PS, PCP e Bloco de Esquerda. É mais um orçamento de austeridade, que dedica migalhas a fazer de conta que aumenta menos de 1 em cada dez funcionários, centenas de milhões a subsidiar o fundo abutre a quem foi oferecido o Novo Banco e milhares de milhões a encher a barriga dos banqueiros com os juros da dívida. (...)

Mas este orçamento foi também acompanhado por algo que já se desenhava há muito: o Bloco de Esquerda declarou-se, na sua convenção, pronto a integrar o próximo governo, abandonando, nas suas cinco “reformas estruturais” prioritárias (interessante escolha de vocabulário), tudo o que pudesse incomodar o capital e a sua União Europeia.

Mesmo ao falar na importância da banca e da energia, é para pedir o “controle público” destes sectores, não a sua clara nacionalização sem indemnização. Disse a coordenadora do BE que o importante é que “as pessoas” possam dizer que “se

vive melhor” do que no início da legislatura. Afirmam em si duvidosa no que diz respeito àquelas “pessoas” que são trabalhadores, a braços com a perda constante de poder de compra e a destruição dos serviços de saúde, da educação pública e dos transportes colectivos. Mas, sobretudo, o Bloco de Esquerda declara que é possível ir conseguindo melhorias para os trabalhadores sem romper com este capitalismo em putrefacção e com a União Europeia que policia, na Europa, a ditadura do capitalismo destruidor. As nuvens negras de uma nova crise económica mundial adensam-se, Trump e quejandos fazem guerras (aliás com a ajuda do exército e do orçamento português) e ameaçam com novas guerras ainda mais catastróficas. Entretanto, a austeridade à La Costa mantém crianças em barracões a fazer de hospitais, deixa arruinar estradas e escolas e mantém o salário mínimo abaixo do de 1974.

E o Bloco de Esquerda escolhe esse momento para anunciar ao mundo que é possível reformar o capitalismo e “alterar” os tratados europeus (nada de revogar! mas onde verá o BE uma maneira de “mudar” os tratados? Por que eleições?! e que ele, Bloco, está disposto a participar nesse serviço com o “trabalho denodado” dos seus dirigentes no próximo governo. Pela nossa parte, reafirmamos: a “reforma” do capitalismo leva em linha recta os “reformadores” a defender o capitalismo contra o movimento dos trabalhadores. Na preparação deste orçamento, o sindicato dos professores disse que não se podia aprovar um orçamento que não restaurasse o tempo de serviço roubado aos professores pela troika. E que fizeram velhos e novos reformadores do capitalismo? Votaram o orçamento que não restaurou o tempo de serviço dos professores. Pela nossa parte, mantemos que a única saída é substituir a ditadura da austeridade capitalista e da UE pela socialização dos grandes meios de produção e pela unidade dos povos europeus soberanos. Para isso, é preciso construir um partido exclusivamente dedicado à defesa dos interesses dos trabalhadores e independente de quaisquer outros interesses.

Rússia



O Círculo Marxista de Irkutsk e os partidários do CORQI acabam de publicar uma brochura intitulada Pierre Lambert, Sur la question syndicale (Textes choisis) [Sobre a Questão Sindical (Textos Escolhidos)]. De seguida extractos do prefácio.

A construção do partido operário revolucionário internacional, capaz de lutar com êxito para tomar o poder e expropriar o capital, é a tarefa fundamental dos marxistas. A experiência dos bolcheviques em outubro de 1917 mostra que a

vitória do partido revolucionário depende da sua capacidade de conquistar a maioria entre as massas trabalhadoras no andamento da revolução proletária. É por isso que a questão sindical é uma das questões importantes da luta de classes.

Hoje, no contexto da falência do sistema capitalista à escala mundial, a luta da classe operária desenvolve-se em todos os continentes pelos seus interesses vitais, pela defesa das suas garantias e conquistas sociais, contra a ofensiva mundial que contra ela dirige o capital, os governos burgueses e as instituições capitalistas internacionais (FMI, União Europeia, etc.).

Continuam os sindicatos a ser necessários? Como se podem os trabalhadores defender contra a ofensiva em curso? Qual é o papel específico da organização sindical? Como lutar pela defesa da independência dos sindicatos, contra tentativas de integrá-los nos aparelhos de Estado? Com que obstáculos externos e internos se debatem hoje os operários avançados? Que relações entre partido operário e sindicatos? Todas estas questões (entre outras) não são novas.

Para resolvê-las no sentido dos interesses dos trabalhadores, os comunistas têm de estudar a experiência revolucionária dos seus antepassados. Por isso os marxistas de Irkutsk, conjuntamente com militantes do Comité de Organização pela Reconstituição da IVª Internacional, decidiram publicar (pela primeira vez em língua russa) e difundir junto dos seus camaradas russófonos da ex-URSS dois textos do célebre militante comunista e militante sindical Pierre Lambert.

O camarada Pierre Lambert nasceu em França em 1920, numa família operária. Jovem comunista, foi expulso das Juventudes Comunistas em 1934 por “trotskismo”, ao ter-se oposto à política externa da URSS estalinista. Aderiu posteriormente ao movimento pela IVª Internacional e à secção francesa. Durante a ocupação fascista da França e o regime fantoche de Vichy, participou na reconstrução dos sindicatos clandestinos da CGT (1940-1945). O camarada Lambert foi militante sindical (primeiro na CGT, depois, após a sua expulsão pelos estalinistas, da CGT-FO) toda a sua vida. Colaborou com os militantes pela independência da Argélia contra o colonialismo francês e desempenhou papel preponderante no processo que levaria à reproclamação da IVª Internacional em 1993. (...)

Togo



L'Emancipation

Nº 2, janeiro de 2019

Novo Atentado à Liberdade de Expressão

Foi na luta, pelo seu levantamento de 5 de outubro de 1990 e nos anos que se lhe seguiram, que o povo togolês conquistou a liberdade de expressão à ditadura do RPT/UNIR, então dirigida por Eyadéma Gnassingbé, o pai de Faure. No entanto, o regime procura constantemente pôr em causa esse direito.

Em 2 de novembro de 2015, mandou a sua Assembleia aprovar por maioria RPT/UNIR um novo código penal em que se incluía um artigo que se opõe às disposições do código da imprensa despenalizado que estava em vigor. (...)

Em 7 de dezembro último, o regime insiste, mandando a mesma Assembleia adoptar uma lei liberticida em matéria de cibersegurança. Em comunicado de 13 de dezembro, a Amnistia Internacional denunciava-a nos seguintes termos, pedindo ao poder que revogasse a lei ou a emendasse extensamente: “No dia 7 de dezembro, a Assembleia Nacional do Togo adoptou uma lei em matéria de cibersegurança que restringe consideravelmente a liberdade de expressão. Ela erige, nomeadamente, em infracção penal a publicação de informações falsas, com uma pena que pode ir até três anos de prisão, atentados à moral pública com penas até dois anos de prisão, e a produção, difusão ou partilha de dados que atentem contra a “ordem, a segurança pública ou a dignidade humana.” (...) As definições imprecisas (“susceptibilidade de distúrbio da ordem pública”, “atentado à moralidade pública”, à “ordem, a segurança pública ou a dignidade humana”, etc.) encerradas nestas leis liberticidas, assim como os poderes outorgados à polícia (política) para poderem espiar os cidadãos, mostram com clareza que o regime pretende utilizá-las como armas contra os jornalistas e os opositoristas políticos.

S. K. Koza

A Internacional

Revista do CORQI (Comité de Organização pela Reconstituição da IV^a Internacional)

Assina!

Assino *A Internacional* - 6 números: 24 euros

Apelido, nome:

Endereço:

Endereço electrónico:.....

Cheques à ordem de 'Réveil ouvrier' - 67, avenue Faidherbe, 93100 Montreuil, França

A Internacional

publica-se em versões alemã, árabe, espanhola, francesa, húngara, inglesa, italiana e portuguesa



